



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

FOME ZERO

NA GUINÉ-BISSAU

**DESAFIOS PARA ALCANÇAR A SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL (2018-2030)**



ÍNDICE

Prefácio.....	3
Resumo executivo: constatações e recomendações	5
Siglas e acrónimos	7
INTRODUÇÃO	9
Contexto geral	11
Antecedentes.....	12
Objetivos.....	14
Metodologia	15
1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DE NUTRIÇÃO	21
Disponibilidade.....	23
Acesso aos produtos alimentares	27
Uso dos alimentos e nutrição.....	28
Estabilidade.....	35
2. SISTEMAS CULTURAIS LOCAIS E A SUA RELAÇÃO COM O REGIME DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	37
Influência dos hábitos alimentares da sub-região na gastronomia local tradicional	44
Relação entre aspetos médicos e os regimes alimentares, segundo as regiões do país.....	45
3. A UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL NATURAL NO COMBATE À FOME E À INSEGURANÇA ALIMENTAR	47
Disponibilidade de recursos naturais.....	49
4. POLÍTICA NACIONAL E PROGRAMAS: RESPOSTAS DO GOVERNO E DOS PARCEIROS	53
Intervenções no sector da saúde e nutrição	55
Intervenções no sector da agricultura	56
Intervenções no sector da educação.....	60
Intervenções no domínio da proteção social	61
Intervenções no domínio legal com vista à conservação da biodiversidade	63
Organização da resposta nacional face às capacidades institucionais e mecanismos de coordenação.....	64

Título: FOME ZERO NA GUINÉ-BISSAU. DESAFIOS PARA ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (2018-2030)

Equipa Técnica: Carlos Cardoso (Coordenador), Miguel de Barros (Coordenador Adjunto), Adalgisa Ramos Santos, Daniel Rodrigues, Jamila Bathy e Simão Gomes

Produção Estatística: Bailo Queta, Malam Indjai, Momadou Sow e Suande Camara

Comité de Conselheiros: Alexandrina Marino, Helena Nosolini Embaló, David McLachlan-Karr, Ivone Moreira, José Biai, Sambu Seck e Tomane Camará

Lead Convener: Paulo Gomes

Supervisão: Kiyomi Kawaguchi

Revisão do texto: Ricardo Reis dos Santos

Paginação e produção gráfica: Finepaper, Lda.

Imagem da Capa: Miguel de Barros

Fotografias: Kiyomi Kawaguchi, Miguel de Barros e Malam Indjai

Propriedade: Governo da Guiné-Bissau

Financiamento: Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM)

Parceiros: PAM

Depósito Legal: Em aprovação

ISBN: 978-989-208998

Prefácio

5. BRECHAS NA RESPOSTA À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	67
Utilização insuficientes e/ou indevida do potencial natural.....	69
Falta de harmonização e divulgação do quadro legal que rege o sector de segurança alimentar e nutricional.....	71
Amamentação.....	71
Gestão Integrada da Desnutrição Aguda.....	72
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....	72
Falta de coordenação e de sinergia nas ações dos principais stakeholders.....	73
Falta de informação sistematizada (disponibilidade e circulação atempadas) sobre segurança alimentar e nutricional.....	73
Insuficiência de recursos financeiros e/ou disponibilização atempada.....	74
Deficiente funcionamento das estruturas de certificação dos produtos alimentares.....	74
Ausência de um programa de educação alimentar e nutricional nacional e do consumidor.....	74
6. OS EIXOS ESTRATÉGICOS, AS MEDIDAS E OS OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL	77
Os eixos estratégicos	
I. Político, legal e institucional.....	80
II. Produção e transformação.....	81
III. Acesso, distribuição e consumo.....	81
IV. Educação, informação e consciencialização.....	82
V. Financiamento.....	82
VI. Cooperação Sul-Sul e triangular.....	83
VII. Sistema de vigilância e fiscalização.....	84
VIII. Coordenação, seguimento e avaliação.....	85
ROTEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS.....	86
7. MODELO DE GOVERNANÇA E SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO	97
Bibliografia.....	102
ANEXOS.....	104

A segurança alimentar e nutricional é uma das condições essenciais para alcançar um desenvolvimento sustentável. Os indicadores coligidos aquando da formulação do Objetivo 2 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definiram a luta contra a fome, o alcance da segurança alimentar, a melhoria da nutrição e a promoção da agricultura sustentável como um dos seus eixos estratégicos.

No entanto, a África Subsaariana é a região com a mais alta prevalência de fome, onde cerca de uma em cada quatro pessoas está subnutrida. Os sucessivos governos da Guiné-Bissau apostaram e continuam a empenhar-se na elaboração e implementação de políticas e estratégias preparadas a nível nacional, como são os casos do Plano Nacional de Investimento Agrícola, da Política Nacional e Plano Estratégico de Nutrição, do Decreto-Lei das Cantinas Escolares, do Dia Nacional da Nutrição e do Estudo sobre o Custo da Fome. Esses esforços vêm corroborar as bases do Plano Estratégico Operacional Terra Ranka, no qual a segurança alimentar é apontada como uma das prioridades que respalda o investimento no Capital Humano.

A decisão de elaborar uma estratégia de longo prazo que, na base de um diagnóstico sustentado da situação da segurança alimentar e nutricional no país, delineasse os caminhos, as modalidades e os princípios que devem nortear as transformações desejadas, consubstancia um dos principais desideratos para impulsionar a construção da capacidade interna de resiliência a choques e de luta contra a pobreza, particularmente no meio rural, e constitui uma oportunidade de desenvolvimento local e integração regional.

É nesta base que o presente documento constitui um passo decisivo na consolidação da agenda nacional do desenvolvimento e no reforço da coordenação institucional entre os diferentes parceiros intervenientes, nacionais e internacionais. Sem o apoio e a colaboração destes últimos, teria sido impossível elaborar esta estratégia, e por isso a eles queremos aqui deixar o nosso profundo agradecimento pela disponibilidade e pelo compromisso demonstrados.

Alcançar o objetivo Fome Zero no horizonte 2030 vai exigir de nós, um país frágil em termos infraestruturais, um esforço hercúleo, sem margem para dúvidas. Contudo, apresenta-se como algo realizável e até como um impulso decisivo através do qual o governo passa a ter um importante instrumento onde cada um dos atores implicados pode encontrar inspiração para fazer da sua contribuição uma parte integrante da política pública nacional.

Com a crença de que as ideias-força desenvolvidas neste documento, acompanhadas por uma vontade política do governo e de toda a classe política, estamos em condições de tomar medidas, incluindo as de índole financeira, através da integração desta estratégia no Orçamento Geral do Estado, algo indispensável e revelador do compromisso e encorajamento do governo à implementação do roteiro delineado e favorecerá o espírito de apropriação nacional e da sociedade guineense.



Dr. Aristides Gomes
Primeiro-ministro e Ministro da Economia e Finanças

Resumo executivo: constatações e recomendações

A problemática da segurança alimentar e nutricional tem assumido uma importância crescente nos programas e políticas de desenvolvimento implementados na Guiné-Bissau. Porém, apesar dos esforços consentidos pelos principais atores que atuam neste sector (governo, parceiros internacionais e organizações da sociedade civil), o país continua a enfrentar enormes desafios.

Os constrangimentos ligados à segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau têm múltiplas causas e estão intrinsecamente relacionados com os problemas de desenvolvimento do país e o nível de pobreza da população. A permanente instabilidade política e governativa, com fortes impactos económicos e sociais, constitui um elemento fundamental para explicar as causas de pobreza e de insegurança alimentar no país. A ausência de estratégias de médio e longo prazos especificamente direccionadas para o desenvolvimento do sector agrícola, o fraco desenvolvimento das estruturas públicas e associativas, o elevado índice de analfabetismo e o baixo nível da educação nutricional, a par da ausência de condições e de estabilidade para um investimento privado robusto no sector agroalimentar e do agronegócio, são elementos centrais no condicionamento da Segurança Alimentar e Nutricional da população.

Enquanto não se alterarem estruturalmente as condições de produção e de distribuição de alimentos, sobretudo no sector agrícola, o país não será capaz de produzir o suficiente para alimentar, tanto em quantidade como em qualidade, a sua população. Como foi constatado por inúmeros especialistas¹, a Guiné-Bissau apresenta condições naturais especialmente favoráveis à produção agroalimentar, quer em termos de cereais, quer em termos de produtos hortícolas – raízes e tubérculos – e frutícolas, quer ainda em termos de produtos florestais não-lenhosos. De igual modo, a larga extensão costeira do país confere-lhe um acesso facilitado a recursos pesqueiros que podem e devem ser valorizados do ponto de vista da Segurança Alimentar e Nutricional.

Várias análises sobre a segurança alimentar demonstram que, em termos globais, não se pode falar de fome na Guiné-Bissau². Porém, constata-se que 20% dos agregados das zonas rurais se encontravam em situação de insegurança alimentar no mês de outubro de 2017. No meio rural, algumas regiões apresentam taxas de insegurança alimentar mais altas do que a média nacional, chegando a atingir os 27% na região de Quínara³. No meio urbano, em 2018, a taxa de insegurança alimentar foi de 3% dos agregados inquiridos, sendo que 65% recorreram a estratégias de sobrevivência baseadas no consumo para fazer face à escassez de alimentos.⁴

O chamado *duplo fardo* é, hoje em dia, uma realidade na Guiné-Bissau. As estimativas da análise sistemática dos dados dos inquéritos em relação ao peso e à altura da população de 188 países, publicadas em maio de 2014, mostraram uma prevalência muito elevada de excesso de peso e de obesidade na Guiné-Bissau, tanto nas crianças como nos adultos de ambos os sexos.

A problemática da Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau tem, portanto, diferentes causas a diferentes níveis. Ao nível da disponibilidade, existe de facto um défice de produção de alimentos que resulta da ausência de uma estratégia de desenvolvimento

¹ Cf., por exemplo, a entrevista de Diogo Ferreira, Bissau, Maio de 2018.

² Cf., por exemplo, a entrevista com Coronel Saliu Baldé, Bissau, Maio de 2018.

³ Dados do Inquérito SiSSAN, Outubro 2017.

⁴ Dados do Inquérito realizado no quadro da Estratégia Fome Zero, maio 2018.

do sector agrícola, da dificuldade de acesso, por parte dos pequenos produtores, a mercados e, essencialmente, pela ausência de estruturas públicas e associativas que apoiem a produção e os produtores. A este nível, a Guiné-Bissau necessita de revitalizar uma estrutura de extensão rural pública, com o apoio das estruturas associativas e cooperativas, que permita, de um modo sistemático, desenvolver o sector agrícola e apoiar tecnicamente os produtores.

Ao nível do acesso, existe um problema grave associado à escassez de rendimentos da generalidade da população, o que não lhes permite adquirir produtos alimentares de qualidade no mercado, mesmo que eles estejam disponíveis. Além do mais, verifica-se a ausência de uma política que permita às famílias mais vulneráveis e de baixa renda usufruírem de um mecanismo que possibilite o seu acesso aos alimentos de forma equitativa.

Ao nível da utilização, existe igualmente a necessidade de promover a diversificação alimentar, com vista à preparação de refeições mais equilibradas e mais ricas do ponto de vista nutricional. Este processo deverá ser acompanhado da intensificação e da expansão de programas de cantinas escolares associados a um maior acesso a informação e a uma maior sensibilização da população sobre a importância da segurança nutricional. Este processo deve ainda contemplar a presença, junto da comunidade, de agentes de nutrição para a orientação e a vigilância nutricional das comunidades mais vulneráveis.

Porém, os alimentos disponibilizados nem sempre estão em condições de serem consumidos de um modo seguro. A qualidade dos alimentos coloca problemas sérios à saúde pública, quer por falta de mecanismos e medidas adequados de inspeção, controlo e certificação da qualidade, quer porque os próprios hábitos alimentares não são os mais adequados, por falta de uma educação nutricional à altura.

As políticas e os programas implementados até à presente data não têm sido suficientes nem eficazes para reverter a situação, pese embora os esforços desenvolvidos por sucessivos governos. A capacidade de resposta do Estado e dos seus parceiros internacionais têm ficado aquém dos desafios. Têm-se colocado constrangimentos de várias ordens, mas os ligados à implementação dos programas com um sistema adequado de coordenação, monitorização e avaliação parecem ser os mais sérios e os mais críticos. Constata-se que os atores têm participado numa lógica de competição e de procura de visibilidade, atuando de um modo isolado e sem mecanismos de comunicação partilhada, o que não concorre para um quadro de ação mais harmonioso, tendo em vista a coparticipação e a coresponsabilização, algo que poderia potenciar o maior impacto dessas ações junto da população e, assim, aumentar a capacidade das instituições para cumprirem o seu papel.

Para que esta situação seja revertida, a Guiné-Bissau necessita de uma estratégia que, capitalizando as experiências do passado e as condições até agora criadas, permita traçar um roteiro que oriente o país, a sua liderança e os diversos atores que intervêm na Segurança Alimentar Nacional a procurar sinergias e a evitar desperdícios de recursos.

Resumindo, existem vários elementos promotores da Segurança Alimentar Nacional no país, mas todos eles apontam para a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia de Soberania Alimentar e não apenas de Segurança Alimentar Nacional. Deste modo, a *Estratégia Fome Zero* visa fornecer um roteiro que permita ao Estado guineense, juntamente com os seus parceiros de desenvolvimento, atingir, até 2030, o Objetivo 2 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

AMAE	Associação das Mulheres de Actividade Económica
ANAG	Associação Nacional dos Agricultores Guineenses
ANFA	Aliança Nacional para a Fortificação dos Alimentos
ANP	Assembleia Nacional Popular
ASC	Agente de Saúde Comunitária
CCIAS	Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CARI	Abordagem para o relatório consolidado de indicadores de segurança alimentar
CIPA	Centro de Investigação Pesqueira Aplicada
CNMSAN	Comité Nacional Multisectorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPDA	Carta de Política de Desenvolvimento Agrário
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DENARP II	Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DR	Distritos de Recenseamento
DSANSC	Direção de Serviço de Alimentação, Nutrição e Sobrevivência da Criança
EGALCPI	Estratégia Global para a Alimentação de Lactentes e Crianças de Primeira Infância
ENDCA	Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Cultura de Arroz
ESAN	Estratégia Regional de Segurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
GB	Guiné Bissau
GIDA	Gestão Integrada da Desnutrição Aguda
GPSA	Gabinete de Planificação de Segurança Alimentar
GTSAN	Grupo Temático de Segurança Alimentar e Nutricional
IBAP	Instituto de Biodiversidade e das Áreas Protegidas
IHAC	Iniciativa Hospital Amigo da Criança
INASA	Instituto Nacional de Saúde Pública
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa Agrária
IPHD	International Partnership for Human Development
JNVP	
MADR	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MICS	Inquérito dos Indicadores Múltiplos
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
ODS-2	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável N° 2
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAM	Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas
PESA	Programa Especial para a Segurança Alimentar
PFNL	Produtor Florestais Não-Lenhosos
PGIDA	Protocolo Nacional da Gestão Integrada da Desnutrição Aguda
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
PLACON-GB	Plataforma de Concertação das Organizações Não-Governamentais na Guiné-Bissau
PNIA	Plano Nacional de Investimento Agrícola
PNS	Plano Nacional de Sementes
PNSA	Programa Nacional de Segurança Alimentar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVVIH	Pessoas Vivendo com o Vírus da Imunodeficiência Humana
QNCOCPR	Quadro Nacional de Concertação das Organizações dos Camponeses e Produtores Rurais
RESSAN-GB	Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau
ROPPA	Rede das Organizações dos Camponeses e Produtores Agrícolas da África Ocidental
SAB	Sector Autónomo de Bissau
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SiSSAN	Sistema de Seguimento da Segurança Alimentar e Nutricional
SUN	Scaling Up Nutrition
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZEE	Zona Económica Exclusiva



INTRODUÇÃO





Contexto geral

A Guiné-Bissau (GB) é um país com uma área total de 36 125 km², situado na costa ocidental de África, limitada ao Norte pela República do Senegal, a Leste e ao Sul pela República da Guiné-Conacri e a Oeste pelo oceano Atlântico. O seu território compreende uma parte continental e uma parte insular. Esta última é composta por vários ilhas e ilhéus situados no oceano Atlântico, sendo as ilhas do Arquipélago dos Bijagós as principais. A sua população era estimada em 1 687 694 de habitantes, dos quais aproximadamente 70% vivia em meio rural.⁵

As terras aráveis perfazem uma superfície de 1 410 600 hectares, das quais 150 000 hectares são irrigáveis. A pluviometria é abundante (1500 a 1877 mm, em média, distribuída por 112 dias) e os recursos em águas superficiais e subterrâneas são significativos.

O país possui condições favoráveis ao cultivo de diversos produtos agrícolas, tais como arroz, tubérculos, amendoim, óleo de palma, frutos e legumes, e dispõe de importantes fontes de proteína animal. O seu recurso haliéutico (peixes, crustáceos e moluscos) é também abundante, devido à existência de uma rica flora aquática e de uma extensa plataforma continental (45 mil km²), com numerosos rios e uma parte insular.

A principal actividade económica é a agricultura, incluindo a pecuária e as florestas. Ela contribui para mais de 50% do PIB⁶, mais de 80% das exportações e emprega 82% da população ativa. A castanha de caju é o principal produto de exportação, tendo representado, em 2017, cerca de 98,7% da exportação global e 23,9% do PIB.⁷ Os produtos da pecuária representam cerca de 17% do PIB nacional e 32% do PIB agrícola. A pesca marítima, por sua vez, constitui a segunda fonte de divisas e de emprego na Guiné-Bissau.

Pese embora o seu grande potencial natural, a Guiné-Bissau faz parte do grupo de países mais pobres do mundo. O seu nível de pobreza é estimado em 69,3%, segundo o estudo realizado sobre a pobreza no quadro do seguimento dos indicadores de redução da pobreza (ILAP 2). O Índice de Desenvolvimento Humano (2016), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), classifica-o em 178.⁹ lugar, entre 188 países.

Desde que declarou a sua independência, em 1973, o país tem conhecido sucessivos conflitos, por vezes armados, que têm afetado gravemente a sua estabilidade política e institucional, e que tem provocado, entre outros males, o êxodo rural. O seu tecido infraestrutural na área social é bastante fraco, com impacto acentuado sobre os níveis de saúde e de educação. A taxa de escolarização é de 62,4% a nível do ensino básico e de 20,4% a nível do secundário. A taxa de alfabetização entre os jovens (15-24 anos de idade) é de 51% nas mulheres e de 70% nos homens.⁸ 75% da população está a usar uma fonte melhorada de água potável. Existem 60% dos agregados familiares sem água potável em casa. Somente 13% da população tem acesso a uma fonte de água potável e dispõe de instalações sanitárias melhoradas. Apenas 38% da população tem acesso aos serviços da saúde. A taxa de mortalidade neonatal é de 36 por cada 1000 nados-vivos e a taxa de mortalidade infanto-juvenil (menores de 5 anos) é de 89 por cada 1000 nados-vivos.⁹ A taxa de mortalidade materna, para o período 2007-2014, é de 900 por cada 100 000 nascimentos.¹⁰ A esperança de vida à nascença é de 48,6 anos.¹¹

⁵ Estimativa para 2016, do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau, *Contas Nacionais Definitivas 2015 e provisórias 2016*, Bissau 25 de agosto 2017.

⁶ Dados de 2015.

⁷ Dados do Ministério das Finanças, in Nota de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental, março de 2018.

⁸ Dados do MICS 2014.

⁹ Dados do MICS 2014.

¹⁰ Dados do MICS 2014.

¹¹ DENARP II, 2010.

Antecedentes

Este relatório apresenta uma revisão estratégica da situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na GB e define a estratégia do país para o sector, tendo como horizonte o ano 2030. É, pois, o culminar de um processo que teve início com a adesão do Governo da GB e dos seus principais parceiros, nomeadamente o Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, implicitamente, a cada um dos 17 Objetivos adoptados pelos Estados-membros das Nações Unidas, no quadro da Cimeira pós-2015, que decorreu em Nova Iorque, de 25 a 27 de Setembro de 2015.

Não obstante a instabilidade política que tem caracterizado a GB nas duas últimas décadas, os sucessivos governos não cessaram de procurar vias e meios para promover um desenvolvimento económico durável, baseado na exploração racional dos seus recursos e da SAN. De facto, o tema da SAN não é novo na GB, pois tem vindo a fazer parte de diversas agendas de vários governos no passado.

O Estado guineense é signatário de diversos acordos, convenções e outros instrumentos internacionais que reconhecem o direito à segurança alimentar e a uma alimentação adequada. Por exemplo, em 2004, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aprovou as *Diretrizes Voluntárias do Direito à Alimentação* que integra um conjunto de recomendações que visam apoiar os países a realizar, progressivamente, esse direito em cada contexto nacional. Sabe-se, por exemplo, que a GB é signatária e que ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o qual, entre outras disposições, reconhece o direito dos povos a uma alimentação adequada.¹² O país participou também nos principais eventos relacionados com a SAN, tais como a Conferência Mundial da Alimentação (Roma, 1996), a Conferência Mundial da Alimentação: Cinco anos depois (Roma, 2002), a Conferência de Alto-nível sobre Segurança Alimentar Mundial: Os desafios das alterações climáticas e bioenergia (Roma, 2008) e a Conferência Internacional (CIN2), onde foi adoptada a Declaração de Roma sobre a Nutrição e o Documento da Acção Estratégica (Roma 2014).

Tendo em conta a descontinuidade na implementação de políticas públicas e o alto nível de rotatividade do pessoal técnico e dirigente, o desafio da redução da pobreza através de uma melhoria da gestão macroeconómica e da coordenação da ajuda pública ao desenvolvimento não tem sido eficaz na criação de postos de trabalho, na geração de renda, na melhoria de acesso aos serviços sociais (saúde, educação e providência) e, consequentemente, na redução da insegurança alimentar e nutricional, a ponto de, em 2012, se ter criado uma Secretaria de Estado para a Segurança Alimentar como forma de enfrentar este desafio.

O compromisso do Governo de fazer face a estes diferentes desafios concretizou-se através da elaboração, em 2010, do *Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza* (DENARP II), no qual estas temáticas foram inscritas entre as prioridades nacionais. Em virtude da adoção das políticas públicas (*Plano Nacional de Investimento Agrícola* [PNIA], a *Política Nacional em Matéria de Nutrição*, *Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário*, introdução da educação ambiental nos currículos, programa de alimentação escolar, etc.) e da execução dos programas e projetos de desenvolvimento nos sectores produtivos, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, foram efetivamente realizados esforços animadores nestes diferentes domínios.

A adopção recente da *Estratégia 2015-2025* e do *Plano Estratégico Operacional «Terra Ranka» 2015-2020*, é um exemplo paradigmático desse esforço pelo qual o Governo

¹² Cf., por exemplo, *Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP – Diagnóstico de Base*.

guineense reiterou a vontade política de dar uma resposta efectiva a estes grandes desafios, com vista ao exercício dos direitos económicos e sociais garantidos pelos tratados e pelas convenções internacionais e regionais ratificadas pelo país, com a identificação das prioridades nacionais a prazo.

Por outro lado, o país também se esforçou na adaptação destes documentos estratégicos às convenções e aos tratados, bem como aos objetivos traçados em instâncias internacionais, como as Nações Unidas. Assim, em setembro de 2000, a GB participou na Cimeira Mundial do Milénio, tendo aí subscrito as resoluções finais. Pese embora os poucos resultados alcançados no quadro da implementação desses objetivos, o país realizou esforços louváveis no sentido de cumprir as metas traçadas.

Com efeito, a GB faz parte dos países que, em Setembro de 2015, se comprometeram com a *Agenda 2030*, abraçando os ODS e se disponibilizaram a medir e a monitorar o progresso em direção aos objetivos que os Chefes de Estado e de Governo traçaram coletivamente na Cúpula Extraordinária das Nações Unidas. O Objetivo 2 (ODS-2) manifesta a proeminência da SAN na *Agenda*, justamente com o objetivos de «acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e uma melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável» até 2030.

Em reconhecimento do compromisso do país para alcançar a *Agenda 2030*, o PAM das Nações Unidas iniciou um processo de planificação estratégica que visa contribuir para, em conjunto com os esforços nacionais, erradicar a fome até 2030, bem como analisar o atual portfólio de atividades do PAM para melhor se posicionar no sentido de apoiar o país a alcançar seus objetivos de fome zero.

A elaboração da *Estratégia Fome Zero* da GB permitirá ao Governo e aos seus parceiros articular as necessidades para que o ODS-2 (Fome Zero) no país possa ser efetivamente alcançado até 2030. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), há mais de 500 milhões de pessoas em situação de desnutrição no planeta. Por isso, uma das metas do ODS-2 é que, até 2030, os países desenvolvam programas e políticas que possam duplicar a produtividade dos pequenos agricultores, incluindo mulheres e povos indígenas, de modo a aumentar a renda das suas famílias.

Foi um exercício inclusivo, consultivo e liderado pelo Governo da GB, com a assistência do PAM. A elaboração da *Estratégia Fome Zero* fornecerá uma análise abrangente dos desafios enfrentados pelo país no cumprimento do ODS-2 até 2030, através de extensas análises e consultas que envolvem uma ampla gama de partes interessadas, nomeadamente o Governo, a sociedade civil, o sector privado, os doadores e as organizações internacionais.

Espera-se assim que o presente documento favoreça uma visão integrada e coordenada dos desafios, bem como das lacunas na resposta nacional à SAN, culminando no estabelecimento de parcerias com os intervenientes-chave nas diferentes áreas de atuação, de forma a assegurar que as ações preconizadas sejam implementadas de forma estruturada e permanente.

Objetivos

Apesar das suas potencialidades agro-silvo-pastoris e haliêuticas, a GB lida com uma insegurança alimentar e nutricional estrutural desde há vários anos. A produção nacional líquida de alimentos não é suficiente para cobrir as necessidades alimentares do país. Tal se deve à inexistência de mecanismos de apoio à produção, à transformação e à circulação dos produtos locais. A população rural, sobretudo as pequenas explorações familiares, as mulheres e os jovens, são os mais afetados por esta situação trágica, da qual resulta uma lógica de trabalho motivada pela sobrevivência, enfrentando altos níveis de morbilidade e de mortalidade. A pobreza e o desemprego têm repercussões dramáticas na SAN da população e estas, por sua vez, influenciam as capacidades cognitivas de aprendizagem e de produção.

A formulação de estratégias em diferentes sectores sensíveis à nutrição, i) que visem facilitar o acesso de todos a alimentos nutritivos e ii) que, paralelamente, apoiem a agricultura familiar camponesa como fonte de rendimentos, iii) que melhorem o acesso à água potável e ao saneamento, diminuindo assim a ocorrência de infeções e de doenças, iv) que garantam uma alimentação e uma nutrição adequadas ao pleno desenvolvimento das crianças, das suas capacidades de aprendizagem e das competências que lhes permitam ganhar a vida decentemente como adultos, v) que permitam o acesso a serviços de saúde de qualidade que garantam serem saudáveis, vi) que produzam uma prosperidade sustentável e uma população mais resiliente e saudável, preparada para melhor enfrentar situações de conflito e de emergência, são cruciais para aumentar o impacto de ações específicas da nutrição.

Nesta base, a elaboração da *Estratégia Fome Zero* persegue os seguintes objectivos:

- Fornecer uma compreensão abrangente do contexto da SAN na GB, incluindo estratégias, políticas, programas, capacidades institucionais e fluxos de recursos.
- Identificar os desafios de desenvolvimento e humanitários para atingir as aspirações de fome zero formuladas no ODS-2.
- Discutir o papel do sector privado na consecução do objetivo de fome zero, incluindo uma segurança alimentar e nutricional melhorada, e áreas relacionadas.
- Explorar o modo pelo qual a cooperação Sul-Sul e triangular pode contribuir para que o objetivo de fome zero, na GB, seja efetivamente alcançado, e também o modo pelo qual o país pode ajudar outros países a progredir em direção à fome zero, de acordo com a *Agenda 2030*.
- Propor áreas favoráveis onde os parceiros podem melhor apoiar a GB para fazer progressos significativos em direção à fome zero.
- Recomendar marcos para um Roteiro Nacional de Fome Zero.

Assim, no intuito de assegurar a apropriação nacional de todo o exercício, ficou acordado entre a representação nacional do PAM e o Governo da GB que a elaboração da *Estratégia Fome Zero* seria feita sob a liderança do Governo da GB, através da Secretaria de Estado do Plano e Integração Regional, com o apoio do PAM. O processo de elaboração da *Estratégia Fome Zero* contou com as seguintes estruturas:

Lead convener. O processo de elaboração da *Estratégia Fome Zero* foi concebido e discutido entre a Coordenação, a Equipa Técnica e um elemento de reconhecido mérito, que vai liderar a facilitação do processo de apropriação e diálogo com atores, Governo e comunidade internacional, em especial, mobilizando os decisores e a sociedade civil, através da Coordenação do Comité de Conselheiros e através do secretariado do PAM.

Comité de Conselheiros. Composto pelo Secretário de Estado do Plano e Integração Regional, esta estrutura integrou representantes das principais instituições nacionais e internacionais que trabalham na área de segurança alimentar e nutricional. O Comité de Conselheiros incluiu individualidades sem vínculos institucionais.

Equipa técnica. É composta por especialistas independentes que foram recrutados a partir de gabinetes de consultoria, e por personalidades individuais com experiência em investigação e elaboração de documentos estratégicos na área de políticas públicas e, em particular, em matéria de segurança alimentar e nutricional. A Equipa Técnica esteve encarregue da gestão das atividades diárias, incluindo o mapeamento das ações relevantes, consultas com as partes interessadas e recolha de informações. O desenvolvimento deste trabalho foi parcialmente partilhado com o *lead convener*.

Metodologia



A elaboração da *Estratégia Fome Zero* baseou-se num processo que durou aproximadamente seis meses, incluindo um amplo processo consultivo e inclusivo, envolvendo todas as partes interessadas.

A Equipa Técnica, apoiada pelo Comité de Conselheiros, procedeu a uma revisão da literatura pertinente, recolheu dados adicionais, nomeadamente através da realização de um inquérito sobre as estratégias de sobrevivência dos agregados familiares nos centros urbanos, e de auscultações públicas. Estas últimas consistiram na recolha das visões e perspetivas de combate à fome e de como alcançar a SAN, mobilizando instituições públicas,

parlamentares, sector privado, Organizações Não-Governamentais (ONG), comunicação social, mulheres, jovens e forças armadas. Durante esta fase, mais de duas centenas de participantes foram envolvidos nas discussões, tendo sido as cidades de Bissau (Sector Autónomo de Bissau [SAB]), Canchungo (Norte), Bafatá (Leste) e Buba (Sul) os principais palcos de auscultações asseguradas pela Equipa Técnica.

No total, foram realizadas 12 auscultações, com mais de 200 participantes, envolvendo quadros e técnicos ligados às instituições acima referidas, das quais se destacam Direcções-Gerais dos ministérios afins, sector privado, ONG, organizações das mulheres, jornalistas, parlamento infantil, organizações juvenis, comissões especializadas da ANP e classe castrense. Em complemento a estas auscultações, foram igualmente realizadas entrevistas a alguns responsáveis e especialistas, que se destacaram não só pelas suas posições nas referidas estruturas, mas pela sua visão e pelo domínio que demonstraram ter sobre a SAN.

A fim de recolher dados primários sobre as estratégias de sobrevivência das famílias nos centros urbanos, foi organizado um inquérito alargado aos agregados familiares residentes no SAB e nas capitais das regiões. As questões incidiram sobre as estratégias de sobrevivência (CSI e rCSI) dos agregados, os seus rendimentos, a frequência e a diversidade alimentar, os gastos dos agregados (despesas alimentares e não-alimentares), as crises, a disponibilidade dos produtos nos mercados, a acessibilidade, os preços dos produtos de primeira necessidade, etc.

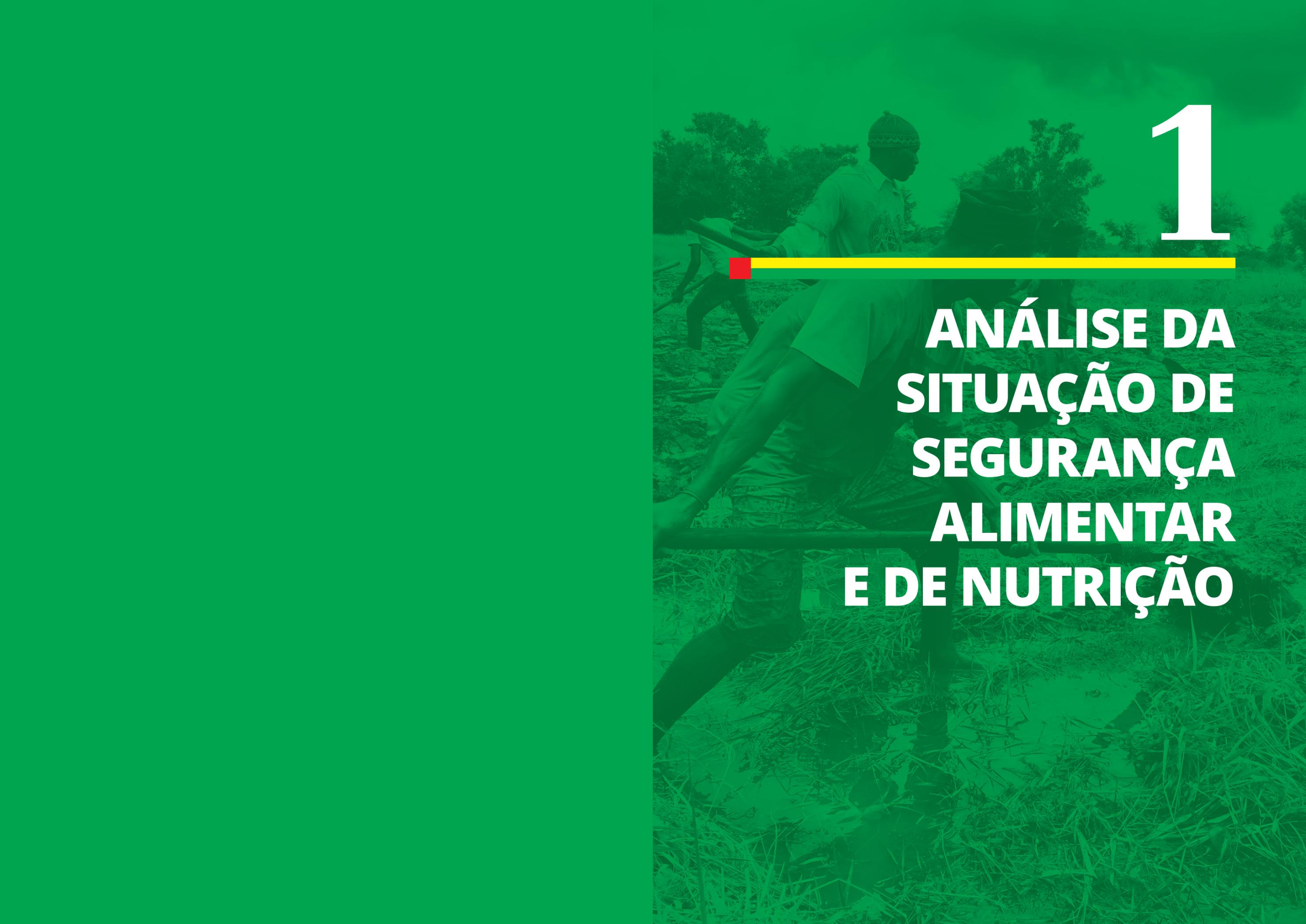
Assim, entre 27 de abril e 11 de maio de 2018, a equipa da elaboração da *Estratégia Fome Zero* na GB, apoiada pelos técnicos do Sistema de Seguimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SiSSAN), realizaram a recolha de dados sobre a segurança alimentar nos agregados (chefes de fogões) urbanos, a nível nacional, num universo total de 820 inquiridos.



A amostra foi calculada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) da GB e baseou-se numa sondagem estratificada probabilística em dois graus, tendo como unidade primária os Distritos de Recenseamento (DR) e como unidade secundária os agregados dentro dos DR, obtidos de forma aleatória, ou seja, foram selecionados 10 agregados de cada um dos 82 DR.

Todos esses dados acima referidos foram agregados e harmonizados no presente relatório, que foi submetido a todas as entidades consultadas durante o processo de auscultação para efeitos de análise crítica e contribuições. Atualizado o relatório, realizou-se uma sessão de restituição nacional, em junho de 2018, em Bissau, que reuniu cerca de cento e cinquenta participantes.

O presente documento encontra-se dividido em oito capítulos. No primeiro capítulo é analisada a situação da SAN no país. No segundo, são analisadas as políticas e os programas implementados pelos diferentes governos, em colaboração com os seus parceiros, com vista à resolução dos problemas que se colocam na área da SAN no país. No terceiro capítulo são passados em revista os sistemas culturais locais e a sua relação com o regime de (in) segurança alimentar e nutricional. O quarto capítulo dedica-se à análise da utilização do potencial natural (recursos da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos) no combate à fome e à insegurança alimentar. O quinto capítulo faz a análise das falhas nas respostas à SAN. O sexto capítulo identifica e expõe os eixos estratégicos, as medidas e os objectivos da *Estratégia Fome Zero* para a GB, enquanto que o sétimo capítulo aborda o modelo de governança e os sistemas de monitorização. No anexo I são retomadas as recomendações para melhorar a SAN na GB, saídas das auscultações e entrevistas realizadas durante o processo de elaboração da estratégia.

A photograph of a person in a field, possibly a farmer, with a large white number '1' overlaid in the top right corner. The image is semi-transparent and serves as a background for the text.

1

**ANÁLISE DA
SITUAÇÃO DE
SEGURANÇA
ALIMENTAR
E DE NUTRIÇÃO**



A situação de SAN na GB caracteriza-se por uma série de fragilidades, insuficiências e constrangimentos que se estruturam em torno de quatro eixos, os quais constituem igualmente os quatro pilares da segurança alimentar: 1) disponibilidade, 2) acesso, 3) uso e 4) estabilidade dos alimentos.

De acordo com os resultados da investigação aprofundada sobre a segurança alimentar e a vulnerabilidade das famílias rurais (PAM, 2012), em termos globais, 20% das famílias rurais não tinham uma alimentação adequada, (8% dos agregados familiares tinham uma alimentação pobre e 12% uma alimentação limite). Estas taxas correspondem a aproximadamente 179 mil pessoas com um consumo alimentar inadequado, sendo 70 mil gravemente atingidas e 109 mil moderadamente atingidas.

A situação não parece ter-se alterado significativamente desde 2012, embora apresente variações em função da época do ano. A análise da segurança alimentar através da abordagem CARI (Abordagem para o relatório consolidado de indicadores de segurança alimentar) demonstra que, na GB, 20% dos agregados das zonas rurais se encontravam em situação de insegurança alimentar no mês de outubro de 2017. Especificamente, 2% das famílias apresentavam insegurança alimentar grave, o que significa que estas famílias tinham um consumo alimentar muito pobre e que enfrentavam uma significativa perda de meios de subsistência que os conduziria a grandes défices no consumo alimentar. Os mesmos dados asseguram-nos que 16% dos agregados tinham segurança alimentar, ou seja, que eram famílias capazes de satisfazer as suas necessidades alimentares e não-alimentares sem recorrer a estratégias de sobrevivência atípicas, enquanto que 64% dos agregados tinham segurança alimentar limite, com um consumo alimentar adequado, isto é, sem o uso de estratégias de sobrevivência irreversíveis, mas que, ainda assim, não podem pagar algumas despesas não-alimentares essenciais.

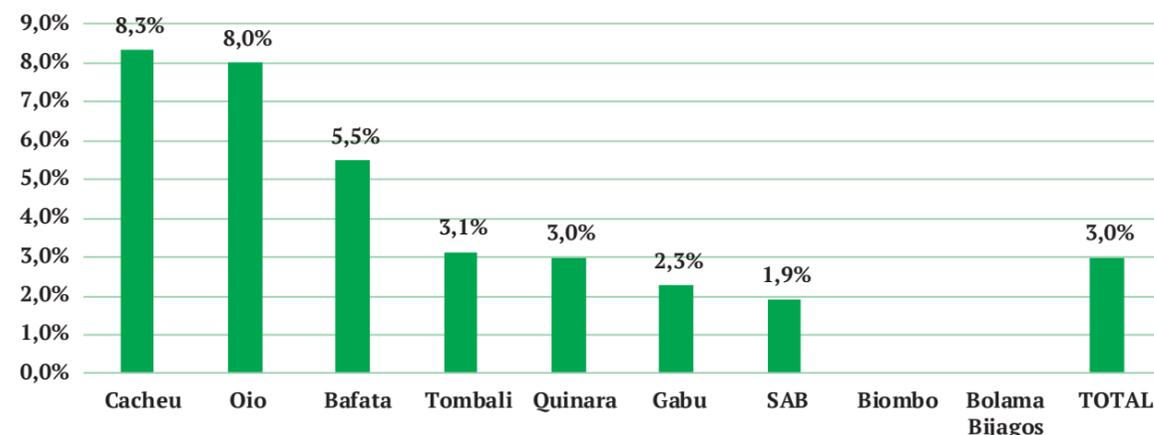
No meio rural, algumas regiões do país apresentam taxas de insegurança alimentar mais altas do que a média nacional (20%). São elas as regiões de Quínara (27%), Oio (22,5%) e Cacheu (22,2%). As regiões de Bafatá, de Biombo, de Tombali, de Gabú e de Bolama/Bijagós registam taxas de insegurança alimentar abaixo da média nacional, segundo o último inquérito do SiSSAN em 2017. Alguns sectores, como Uno, Tite, Mansoa, Komo, Boé e São Domingos, são os mais afectados, variando entre 36,7% e 31,7%. Os agregados familiares chefiados por mulheres são os mais afectados pela insegurança alimentar, quando comparados com os dirigidos por homens, da mesma forma que os agregados familiares chefiados por pessoas não-instruídas (21%) apresentam uma maior insegurança alimentar do que os chefiados por pessoas instruídas (17,8%).

Segundo o inquérito levado a cabo no quadro da elaboração desta *Estratégia Fome Zero*, que se restringiu aos centros urbanos, em termos globais, a insegurança alimentar afecta 3% dos agregados urbanos, sendo que 0,1% se encontrava em situação de insegurança alimentar grave, 2,9% em situação moderada e 50,8% em situação limite. Os que se encontravam numa situação de segurança alimentar correspondiam apenas a 46,2%.

A insegurança alimentar afeta mais os agregados urbanos chefiados por homens (3,4%) do que os chefiados por mulheres (2,2%). Dos agregados urbanos inqueridos, 34,2% praticaram agricultura na campanha agrícola de 2017, contra 65,8% dos agregados que o não fizeram.

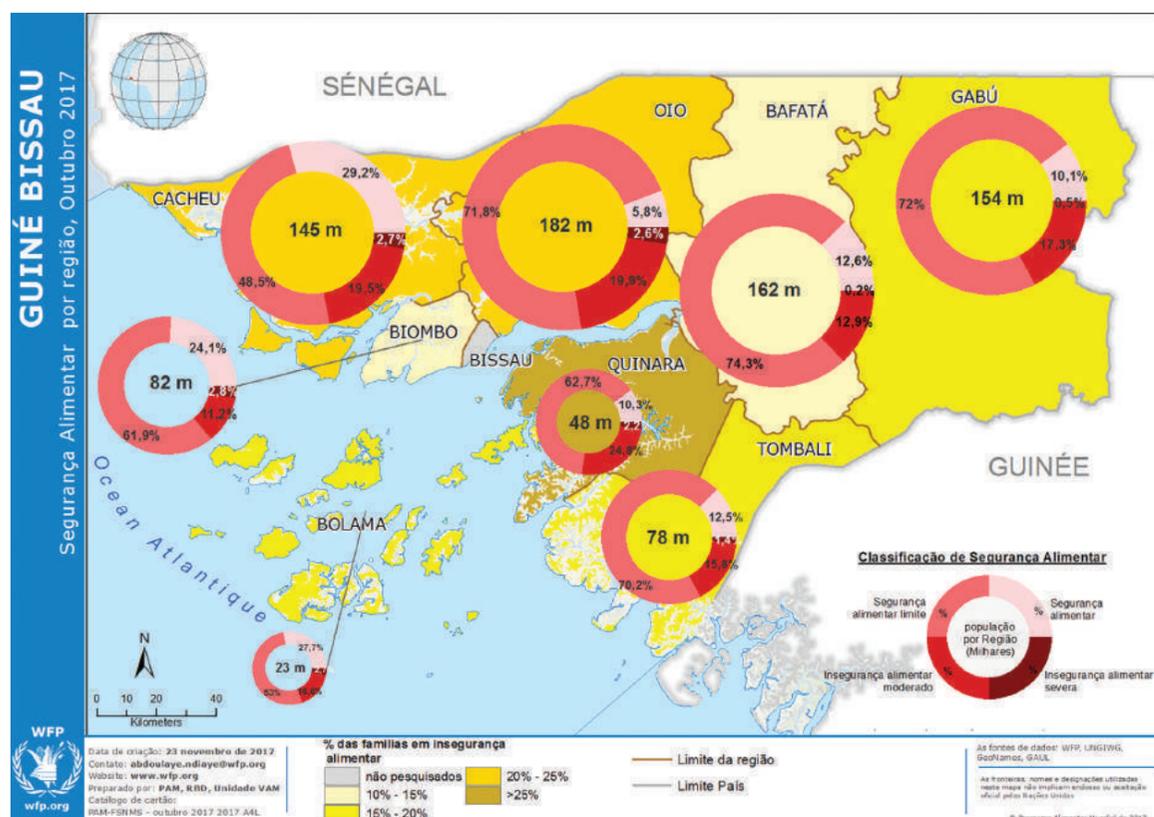
A situação varia de região para região, sendo as regiões de Cacheu, de Oio e de Bafatá as mais afectadas pela insegurança alimentar, enquanto o SAB se destaca pela sua alta taxa de segurança alimentar, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico Nº 1: Situação da segurança alimentar por região



O mapa seguinte dá-nos uma ideia da situação da segurança alimentar no país, no meio rural.

Mapa Nº 1: Situação da Segurança Alimentar por Região. Fonte: SiSSAN, Boletim n.º 5, 2017.



Para tentar fazer face à insegurança alimentar, as famílias são obrigadas a adoptar certas estratégias de sobrevivência que variam de acordo com a sua localização geográfica. Estima-se que a situação de insegurança alimentar e nutricional seja mais grave nas zonas rurais do que nos centros urbanos.

Disponibilidade

A disponibilidade de alimentos está dependente da capacidade do país em produzi-los em quantidade suficiente, mas também da sua habilidade em disponibilizá-los através da importação, da sua capacidade de armazenamento, bem como da sua capacidade de gestão das ajudas.

Para 2017, por exemplo, a necessidade em arroz para consumo no país era estimada em 224 227 toneladas, baseado no consumo *per capita* de 130 kg/ano.¹³ Mas a disponibilidade nacional foi de apenas 111 794 toneladas de arroz branco¹⁴, cobrindo apenas 49,8% das necessidades.¹⁵

Sendo a GB um país essencialmente agrícola, é principalmente deste sector que depende a capacidade de assegurar a sua SAN. As atividades agro-silvo-pastoris e de pesca empregam o grosso da população do país e constituem a principal fonte de alimentos e de renda para mais de 1,1 milhões de pessoas, ou 82% da força de trabalho, dos quais mais da metade são mulheres. Muitas famílias de agricultores, pastores e pescadores artesanais vivem numa precariedade e insegurança alimentar e nutricional crónicas devido a inúmeras fragilidades e ao fraco desempenho das plantações. Assim, as capacidades dos grupos vulneráveis para lidar com choques variam de acordo com os recursos naturais, materiais e humanos disponíveis, bem como as atividades que eles desenvolvem.

O sistema produtivo agrícola guineense é baseado numa lógica de subsistência e em pequenas unidades de produção dominadas pela agricultura camponesa de pequena escala e muito dependente da pluviometria. Estima-se que uma alta percentagem da produção e produtividade agrícola depende do nível de precipitação, tanto em termos de quantidade como de qualidade.

Os pequenos produtores encontram-se sobretudo nas aldeias (tabancas), nas quais se estima existirem cerca de 120 mil explorações, e realizam 90% da produção. Estamos a falar de uma agricultura com potencialidades para ser muito mais produtiva, mais competitiva, mais diversificada e capaz de produzir excedentes que podem ser comercializáveis.

Os produtores modernos chamados «ponteiros» gerem 2200 concessões, das quais 1200 estão realmente instaladas. De uma forma geral, as explorações agrícolas modernas dispõem de concessões fundiárias importantes¹⁶ fornecidas pelo Estado, cobrindo 27% das terras cultiváveis (ou seja, 9% da superfície total do país) e ocupam as melhores terras agrícolas.¹⁷

Os solos de vocação e potencial agrícola cobrem uma superfície superior a 1,1 milhões de hectares, ou seja, 32% da superfície total.¹⁸ A superfície dos solos aptos para orizicultura irrigada (orizicultura de mangal e de pequenos vales) é de 305 mil hectares. Em 2001, apenas 50 mil hectares foram cultivados, ou seja, um pouco mais de 16%. As terras que apresentam características favoráveis ao desenvolvimento hidroagrícola e pastoril estão situadas nas zonas irrigadas pelos rios Geba e Corubal, às quais se acrescentam numerosos pequenos vales existentes ao longo de todo o país.¹⁹

Porém, a primeira preocupação das famílias camponesas é produzir para o seu próprio consumo e só em última instância para o mercado. Este sistema tem acarretado, ao longo dos séculos, um nível de produtividade bastante baixo. Por exemplo, estima-se que, antes do conflito político-militar de 1988, a produtividade na rizicultura – a mais importante fileira produtiva do país, responsável pelo fornecimento de 62% da produção

13 População estimada de 1 724 823 habitantes através da fórmula $P_n = P_0 (1+r)^n$, sendo P_n a população atual; P_0 a população inicial em referência; r a taxa de crescimento anual da população e n o número de anos decorridos desde o último censo populacional.

14 Taxa de transformação da produção nacional de 60% do arroz em casca (186 329 toneladas) para arroz branco.

15 A média da produção nacional e disponibilidade deste cereal nos últimos cinco anos é de 112 167 toneladas, o que representa somente cerca de 50% da quantidade necessária para se atingir a autossuficiência.

16 O tamanho médio das pontas é de 136 hectares, variando de 20 hectares a 2500 hectares.

17 Dados do PNIA, novembro de 2013.

18 Idem

19 Idem

cerealífera nacional – era de 140 mil toneladas por ano, ou seja, 130 kg/pessoa/ano. Esta produção era feita sobre uma superfície de 113 368 hectares de terra. Estimava-se que a taxa de crescimento da produção era de 1,6%. O défice alimentar, no que diz respeito a este cereal, situava-se entre 45 mil e 60 mil toneladas por ano.²⁰ Após este período, verificou-se uma quebra na dinâmica de produção deste cereal, que é social e economicamente estratégico e de importância capital para a SAN, quebra essa causada pela destruição de infraestruturas hidráulicas e pela inexistência dos serviços de extensão de apoio técnico e financeiro.

As potencialidades, de acordo com os tipos de orizicultura, situam-se entre os seguintes dados: i) orizicultura irrigada: arroz de mangal com 106 mil hectares, dos quais 51 mil hectares cultivados, e ii) arroz dos pequenos vales com 150 mil hectares, dos quais 11 mil hectares cultivados²¹. Segundo dados do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR), a média anual de produção de arroz nos últimos 5 anos é de 186 945 toneladas. Os dados na tabela a seguir dão uma ideia da evolução da produção do arroz nos últimos dois anos.

Tabela Nº 1: Evolução da produção de víveres (Em toneladas)

Fonte: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Cultura	Campanha agrícola (toneladas)		Défice (%)	Média anual dos últimos 5 anos (toneladas)	Défice*(%)
	2017-2018	2016-2017			
Arroz pluvial	58 172	53 516	+8,7	48 354	+20,3
Arroz bas-fond	60 007	79 121	-24,2	84 161	-28,7
Arroz de mangal	45 924	49 692	-7,6	50 430	-8,9
Arroz SAB	1 000	4 000	-75,0	4 000	-75,0
Total	165 103	186 329	-11,4	186 945	-11,7

* Défice calculado com base no balanço entre a média anual dos últimos 5 anos e a campanha agrícola de 2017-2018.

Actualmente, a economia tende a assentar-se principalmente na monocultura do caju. Tanto assim é que a própria produção do arroz foi cedendo lugar à produção do caju, ou seja, esta última tem vindo a exercer uma influência negativa sobre a produção do arroz. Em primeiro lugar, porque desvia mão-de-obra da rizicultura para a cultura do caju e, em segundo lugar, porque esta mudança também acarreta alterações socioeconómicas profundas, consubstanciadas, por exemplo, na maior monetarização da economia e na introdução de novas relações laborais. E o mais importante ainda é que a introdução e a concentração na produção da castanha de caju podem implicar a perda de todo um manancial de conhecimentos tecnológicos e de práticas socioculturais milenares relacionadas com a cultura do arroz.

Sabe-se que, por exemplo, na zona agroecológica norte, nas regiões de Biombo, de Oio e de Cacheu, a rizicultura era primária para os grupos étnicos, tais como os Balantas, os Papeis e os Manjacos. Para estas etnias, e em especial para os Balantas, a produção de excedentes tinha um significado económico e cultural importante, em que uma considerável parte da produção servia para trocar por gado, para a organização de fanados, a aquisição de poder de influência e fama. De tudo isto faz parte a pura «subsistência». Todavia, actualmente, a produção decaiu bastante nessas regiões, ao ponto de se falar já em défices estruturais, apesar de disporem de um bom potencial para a rizicultura de mangal e de bas-fonds.

20 Cf. *Análise da Fileira do Arroz*, Ministério da Economia e Finanças, Abril de 2003.

21 Dados do PNIA, novembro de 2013.

A produção do caju começou a crescer durante a década de 1980, tendo a produção anual subido ao longo dos anos até atingir as atuais cerca de 200 mil toneladas. As exportações passaram de 67 856 toneladas, em 2002, para as 135 707 toneladas, em 2009. Em 2017, a exportação atingiu 166 900 toneladas.²²

A produção do caju também afectou outras culturas de exportação, como a de algodão e a de mancarra, que não são mais exportadas por falta de acesso aos mercados. Para além deste problema, outros constrangimentos (técnicos, financeiros, políticos e organizacionais) têm tido uma grande incidência no desenvolvimento das culturas de exportação.

A expansão da produção do caju foi facilitada por alterações nas modalidades de comercialização que permitiram aumentos dos preços no produtor e alargaram o papel do sector privado nas intermediações e nas exportações. Esta rápida expansão foi igualmente facilitada pelas condições naturais propícias, incluindo a riqueza do solo e a boa pluviosidade. Além disso, o cajueiro não precisa de grandes investimentos, manutenção e tecnologia. Considerando o aumento dos preços e a agricultura relativamente pouco onerosa do caju, os agricultores têm vindo a expandir as áreas cultivadas. A superfície média de exploração é, actualmente, de 1,8 hectares (1,6 hectares para os pequenos produtores e 14,2 hectares ao nível dos produtores).

O crescimento anual da superfície cultivada é de 10 mil hectares. Em 2004, a superfície ocupada pelas plantações de caju era de 220 mil hectares, da qual 85% se destinava aos pequenos agricultores. O crescimento da produção tem sido relativamente estável e até mesmo em anos de condições climáticas desfavoráveis a queda na produção não foi significativa.

Contudo, a monocultura do caju afecta a segurança alimentar dos agregados familiares rurais na GB, nomeadamente após a sua expansão, em detrimento de terras destinadas a outras culturas alimentares, e à vulnerabilidade de numerosas famílias dependentes dos rendimentos provenientes da castanha de caju para a aquisição de alimentos. A insegurança alimentar das famílias é acentuada pela ausência de horticultura e da criação de pequenos animais em várias famílias, a falta de política e de infraestruturas de armazenamento, a transformação de produtos agrícolas ao nível dos agregados familiares e comunitário.

Relatórios produzidos recentemente pelo Fundo Monetário Internacional em colaboração com o Governo da GB constataram que a produção do caju se transformou em um dos pilares e, quem sabe, o pilar da economia guineense e a sua principal fonte de receitas de exportação. Estima-se que pelo menos metade dos agregados familiares está implicada na produção, comercialização e exportação da castanha de caju, estimando-se o seu impacto macroeconómico em pelo menos quatro níveis: 1) injecta liquidez nos produtores; 2) afecta o nível dos preços devido à elevada propensão dos produtores para consumir; 3) é o principal fornecedor de divisas estrangeiras através das exportações; e 4) é uma importante fonte de receitas fiscais.²³

Para além de outros cereais, como o milho e o sorgo, o país dispõe de outros produtos agrícolas, tais como tubérculos e frutas, que são igualmente importantes para garantir a segurança alimentar e nutricional das populações, mas cuja produção encerra também muitas potencialidades ainda por explorar. No que se refere aos cereais secos (milho bacil, milho preto e sorgo), o seu desenvolvimento deverá fazer-se através da intensificação da produção e da divulgação das práticas de rotação das culturas e do pousio. Os serviços de apoio aos produtores, nomeadamente o Instituto Nacional de Pesquisa Agrária (INPA) e os serviços de vulgarização, deverão assumir um papel importante na identificação e na divulgação de novas variedades, bem como no apoio aos produtores. O desenvolvimento da produção destes cereais passará, sem dúvida, pelo aumento da produtividade das culturas.

22 Dados fornecidos pelo BCEAO Bissau.

23 Cf. *Guiné-Bissau. Temas seleccionados*, FMI, 21 de novembro de 2017.

Os ensaios no meio camponês e a multiplicação das sementes de variedades melhoradas por agricultores multiplicadores deverão igualmente ser reforçados.

Na gama dos produtos alimentares, propõe-se desenvolver culturas que, por facilidade de produção (menos trabalho, custos de produção mais baixos em relação ao arroz e pouco dependente das chuvas), podem ser promovidas facilmente para integrarem a dieta alimentar dos guineenses. Por conseguinte, acções-piloto para o desenvolvimento da produção de banana pão, inhame e fruta-pão deverão ser apoiadas. Culturas fruteiras são praticadas em torno dos centros urbanos e comercializados nos mercados (bananas, mangas, laranjas). No âmbito da agricultura suburbana, estas culturas poderão ser melhoradas pelo fornecimento de melhores materiais vegetais.

Existem igualmente os produtos agroflorestais alimentares. Os ecossistemas florestais da GB são muito diversificados em termos de produtos alimentares. Desde há muitos séculos que fornecem produtos alimentares nutritivos às populações rurais e urbanas. O valor da contribuição dos produtos alimentares extraídos da floresta, bem como o potencial que representam para a economia, são mal conhecidos. Entre estes produtos, os mais importantes são a fole (*Landolphia heudelotii*), o mandípili (*Spondias mombin*), a alfarroba, a calabaceira, a tamarina, o veludo e o mel. Se as condições de produção destes produtos alimentares extraídos da floresta forem melhoradas, poderiam fornecer às comunidades rurais novas oportunidades de desenvolvimento económico. Uma tal exploração implicaria mudanças dos modos de exploração e de recolha destes produtos no meio natural.

O pescado constitui uma outra fonte de aquisição de proteína e é, por isso, um elemento importante na cadeia de alimentos indispensáveis à garantia da SAN. Porém, a sua disponibilidade nem sempre está assegurada, apesar da conhecida riqueza haliêutica do mar da GB

Em relação à pecuária, o recenseamento de 2009 constatou a existência de 1 325 412 bovinos, 304 745 ovinos, 649 084 caprinos, 4355 equinos, 34 770 asininos, 343 680 suínos e 1 481 642 aves.²⁴ Embora o efectivo seja importante, em termos pecuários, o seu uso em relação a algumas espécies é ainda bastante limitado, constituindo antes de mais uma poupança, a partir da qual são satisfeitas as necessidades sociais e económicas, com a venda anual de um certo número de animais, número esse insuficiente para a constituição de uma cadeia de valores que pudesse impulsionar o desenvolvimento da pecuária.

Contudo, tendo em conta a projecção que situa a sua população em 1 724 823, a GB tem um défice de 41 mil toneladas de carne, tendo em conta que só tem a capacidade para produzir, anualmente, 19 mil toneladas. O nível de consumo *per capita* não ultrapassa os 13,5 kg (carne de todas as espécies misturadas). No entanto, prevê-se um aumento da produção para as 60 mil toneladas, elevando assim o nível de consumo para os 30 kg.²⁵

Não obstante a vasta disponibilidade de alimentos que podiam ajudar na resolução da insegurança alimentar, os problemas com os sistemas agro-silvo-pastoris e de produção pesqueira em geral, a par com os problemas nas fazendas familiares de famílias pobres, são muitos, multifacetados e estão relacionados uns com os outros, tornando complexa a sua abordagem. Note-se que, actualmente, as produções do défice se sucedem anualmente e que o número de pobres aumenta em termos absolutos. Entre os principais problemas, assistimos a:

- Choques sucessivos que empobrecem os meios de subsistência, a base produtiva e aumentam progressivamente a vulnerabilidade.
- Acesso limitado aos meios de produção, incluindo o financiamento rural para os mais vulneráveis.

²⁴ Cf. Plano Nacional do Desenvolvimento da Pecuária, 2009.

²⁵ Segundo a entrevista com o Diretor-geral da Pecuária, 28 de maio de 2018.

- Baixa mobilização de recursos hídricos (potencial de irrigação) e dificuldades de acesso para os mais vulneráveis.
- Organização e estruturação insuficiente de produtores (incluindo criadores e associações de mulheres nas zonas rurais), bem como capacidades técnicas e de gestão limitadas, entre outras, as quais são potenciadas pelo analfabetismo.
- Meios insuficientes (recursos humanos, infraestruturas, financiamento) para os serviços técnicos do sector agrícola ao nível descentralizado.
- Baixo acesso à capacidade de investimento e de crédito que limita as oportunidades de acesso a insumos e modernização de propriedades familiares.
- Dívida em usura de famílias pobres.
- A degradação dos recursos naturais induzida pelos efeitos combinados das mudanças climáticas e da pressão demográfica.
- Capacidade inadequada para a conservação, o armazenamento, o transporte e o processamento de produtos agrícolas, pecuários e pesqueiros.
- Insegurança relativamente à posse de terra, privando pequenos produtores (especialmente jovens e mulheres) do acesso a recursos e, em alguns casos, causando conflitos de acesso a recursos (agricultores-pastores, agricultores-agricultores, pastores).
- O mau estado das estradas, as áreas cortadas na estação chuvosa, as dificuldades de acesso a serviços básicos (inclusive para comunidades móveis), limitando o desempenho dos sistemas de produção e a sua conectividade aos mercados, etc.

Acesso aos produtos alimentares

Para além da limitada disponibilidade de alimentos, devido aos constrangimentos que se colocam a nível da produção, as famílias guineenses continuam a ter um acesso limitado a esses produtos. Os condicionalismos são de várias ordens. Por um lado, determinadas famílias e determinados indivíduos não têm acesso aos produtos, por falta de condições financeiras, e, por outro lado, os produtos alimentícios nem sempre chegam aos locais onde eles são mais necessitados, devido a problemas de transporte e de comercialização, o que acaba por encarecer demasiado os produtos, tornando-os assim inacessíveis.

As infraestruturas rodoviárias são, muitas das vezes, inexistentes ou encontram-se em mau estado. A rede viária da GB é composta por 770 km de estradas pavimentadas e 1985 km de pistas de terra batida. Acrescente-se que 1609 km requerem trabalhos de reabilitação. Grande parte das estradas pavimentadas está também num estado de degradação muito avançado. Na estação chuvosa, as estradas rurais são intransitáveis e muitas aldeias ficam inacessíveis e isoladas do resto do país.

Durante as diversas auscultações realizadas no quadro da recolha de informações, os participantes não deixaram de sublinhar a impossibilidade de as populações acederem aos produtos de primeira necessidade, por inexistência de mercados adequados para certos produtos. Os mercados são, a maior parte das vezes, inexistentes ou encontram-se a uma distância que desencoraja a procura de alimentos ou a sua disponibilização pelos produtores. A prática de feiras semanais, ou «lumos», para as quais as populações são, por vezes, obrigadas a percorrer longas distâncias, permite de alguma maneira colmatar a inexistência de mercados mais regulares e mais acessíveis, mas não resolve satisfatoriamente o problema do acesso.

Provavelmente devido a estas e a outras dificuldades, durante as auscultações, muitos participantes relataram o facto de muitas famílias só conhecerem uma refeição diária, conhecida como «um tiro» na linguagem popular. O inquérito levado a cabo nos centros urbanos, no quadro deste estudo, revelou que o número de refeições diárias entre os adultos oscilava entre 2,60 nas regiões de Bolama/Bijagós e de Gabú, por um lado, e 2,27 em Biombo, por outro. Entre as crianças com menos de cinco anos de idade, o número de refeições diárias oscila entre as 3,09 (Quínara) e as 2,12 (Bafatá).

Também a falta de capacidade de armazenamento, de conservação e de transformação condicionam fortemente o acesso a esses produtos. O pescado nem sempre está acessível, não porque não esteja disponível, mas porque a inexistência de condições adequadas de conservação obriga ao seu consumo num período de tempo muito curto, sob pena de se deteriorarem. Para colmatar estas dificuldades, muitos daqueles que comercializam o pescado conseguem proceder à sua fumagem ou recorrer a outros meios de conservação, que são na maior parte das vezes artesanais e, por isso, incapazes de processar todo o pescado disponível.

Uso dos alimentos e nutrição

A disponibilidade dos nutrientes presentes nos alimentos depende muito das condições em que eles são produzidos e conservados, das condições de saúde das pessoas que os consomem e da forma como eles são preparados para poderem atender as necessidades nutricionais normalmente exigidas por uma SAN adequadas, incluindo a qualidade e a diversidade da dieta.

Ora, o regime alimentar dos guineenses apresenta, desde tenra idade, um conjunto de fatores que condicionam a qualidade da sua nutrição e, conseqüentemente, da sua saúde, com repercussões por vezes graves, não só para o seu estado sanitário, como para o seu desenvolvimento enquanto pessoa.

Em 2014, conforme o Segundo Inquérito de MICS, a prevalência nacional de desnutrição aguda global era de 6%. A extrapolação da prevalência da desnutrição aguda (geral, moderada e grave) revelou que 7.515 crianças entre os 6 meses e os 59 meses sofrem de desnutrição aguda. Destas, 7410 eram casos moderados e 105 eram casos graves. A prevalência nacional de desnutrição crónica (retardo no crescimento) era de 27,6% e a da insuficiência ponderal era de 17%.

A Avaliação do estado nutricional das mulheres dos 15 anos aos 49 anos (não grávidas), pelo Índice de Massa Corporal (IMC) revelou que a proporção de mulheres com baixo

peso era maior nas regiões de Gabú (16,5%), Oio (16,3%) e Bafatá (14,3%) . Por outro lado, verifica-se que o sobrepeso está a ganhar força, com uma prevalência nacional de 14% e prevalências regionais variando de 10,4% em Gabú a 20,4% em Bissau. O Setor Autónomo de Bissau é particularmente afetado pelo excesso de peso e pela obesidade, uma vez que segundo outros estudos, já em 2012, ele apresentava a maior prevalência de obesidade com 13,4% (SMART 2012)²⁶.

A proporção de início precoce da amamentação variou entre 39,8% (em Cacheu) e 51,6% (em Quínara). O aleitamento materno exclusivo era praticado em 52,5% das crianças. A continuação da amamentação até à idade de 23 meses foi praticada em 50,9% , visto que em 71,3% das crianças praticava-se a introdução de alimentos sólidos, semi-sólidos ou macios a partir dos 6 meses de idade (MICS 2014).

A cobertura de vacinação contra o sarampo ultrapassou a meta dos 90% em todas as regiões, exceto em Bolama (72,2%) e Bissau (88,2%). A cobertura de suplementação com vitamina A e de desparasitação atingiram a meta de 95% em todas as regiões (JNVP 2018), nomeadamente, em Oio, Biombo, Bafatá e Bissau.

Segundo os dados do MICS de 2014, praticamente uma em cada seis crianças guineenses com menos de cinco anos de idade apresenta insuficiência ponderal moderada (17%) e, entre estas, 4% na forma grave. A região que apresenta a maior prevalência desta insuficiência é a de Bafatá, com 23,9%, situação considerada grave segundo a tabela da classificação da situação nutricional da OMS (2000), seguida pela região de Oio (20%) e de Gabú (19,4%).

Mais de um quarto das crianças (27,6%) apresenta um atraso no crescimento, das quais 8,2% apresenta atraso de crescimento grave. As regiões mais atingidas são a de Oio, com uma prevalência de 35,3%, Bafatá, com 34% e Gabú com 30,1%, situações que são consideradas graves e que se encontram acima da prevalência nacional. Cacheu, com 27,6%, é a quarta região mais atingida do país.

Quanto à desnutrição aguda, 6% das crianças encontram-se desnutridas, das quais 1% apresenta desnutrição grave. A região com maior prevalência é a de Gabu (7,6%), seguida pelas regiões de Bafatá (7,2%) e de Oio (6,4%), todas acima da média nacional. 2,3% das crianças com menos de 5 anos de idade apresentam excesso de peso. A região com maior prevalência é o SAB, com 3,1%, seguida da região de Biombo (2,6%) e de Oio (2,4%).

Segundo estes indicadores, as regiões que apresentam uma situação nutricional mais problemática são, portanto, Gabú, Bafatá, Oio e Cacheu.

O chamado *duplo fardo* da nutrição começa a ser uma realidade na GB. Para além do problema da desnutrição, começam a surgir pessoas com excesso de peso ou até mesmo obesas. As estimativas da análise sistemática dos dados dos inquéritos em relação ao peso e à altura da população para 188 países (Ng et al., 2014) mostraram uma prevalência muito elevada do excesso de peso e da obesidade na GB, tanto em crianças como em adultos de ambos os sexos.

O excesso de peso e a obesidade são a porta de entrada de várias doenças não-transmissíveis (diabetes mellitus tipo II, enfarte do miocárdio, hipertensão arterial, acidente vascular cerebral, doenças renais). (Ng et al., 2014). O *duplo fardo* da desnutrição deverá, portanto, ser considerado como um fenómeno mórbido que ameaça a saúde da população, exigindo assim uma atenção urgente por parte das autoridades da GB.

Ainda segundo os dados do inquérito MICS de 2014, aproximadamente 52,3% das crianças com menos de 6 meses de idade são alimentadas exclusivamente com leite

²⁶ Standardized Monitoring and Assessment for Relief and Transitions

materno. Face à elevada percentagem das que são predominantemente amamentadas (85%), torna-se evidente que os líquidos baseados em água estão a substituir o leite materno em maior grau. 95% das crianças são amamentadas até aos 15 meses e 51% são amamentadas até aos 23 meses, sendo que, para esta faixa etária, a percentagem de crianças amamentadas (aleitamento continuado até aos 2 anos de idade) é mais alta no meio rural (62%) do que no meio urbano (34%). A introdução da alimentação complementar é feita de forma inadequada, sendo apenas 40% das crianças com menos de 2 anos de idade amamentadas de forma adequada.

Segundo o MICS de 2014, apenas 34 em cada 100 crianças nascidas no país são amamentadas na primeira hora de vida. Sabe-se que o leite materno é o alimento ideal para o recém-nascido, pois não só fornece os nutrientes necessários na concentração precisa, como também confere imunidade por transportar fatores de defesa, contribuindo para a diminuição da morbidade e mortalidade perinatal e infantil. Torna-se, assim, urgente aumentar a prevalência da amamentação precoce no país.

Considerando que, de acordo com as recomendações gerais de saúde pública, as crianças amamentadas exclusivamente até aos 6 meses de idade (180 dias) atingem taxas ideais de crescimento, desenvolvimento e saúde, é preocupante verificar que apenas cerca de metade das crianças guineenses usufruam desse privilégio.

Cerca de 13% das crianças guineenses são alimentadas com recurso a biberões. Esse valor ainda é elevado, podendo estar a contribuir para o aumento da prevalência de diarreias devido à sua utilização inadequada (higiene, diluição e água imprópria para consumo).

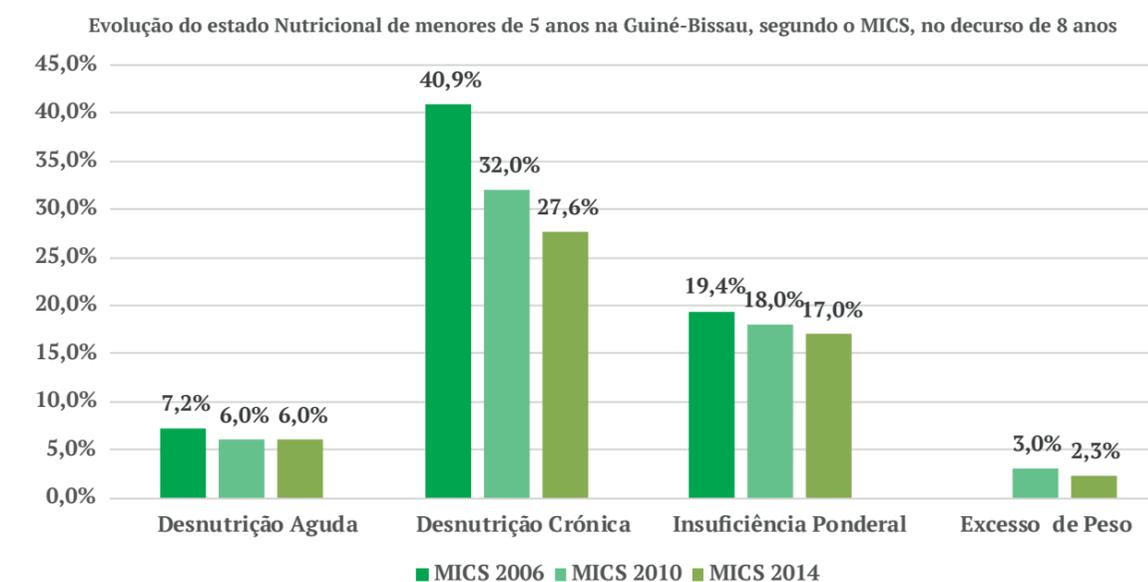
A introdução da alimentação complementar só é feita atempadamente e de forma adequada em cerca de um pouco mais do que metade (57%) das crianças entre os 6 e os 9 meses de idade. Esta prática, aliada ao conhecimento de como introduzir adequada e atempadamente os alimentos são determinantes do estado nutricional das crianças a partir dos 6 meses de idade, aos quais se associa a disponibilidade de alimentos nos agregados. Segundo o inquérito do SiSSAN, os agregados familiares em situação de insegurança alimentar têm mais dificuldade em atender às necessidades nutricionais das crianças pequenas. Tal reflete-se nos indicadores de avaliação do estado nutricional.

Tabela Nº 2: Tabela de Classificação da Situação Nutricional (OMS, 2000).

Prevalência	Desnutrição aguda	Desnutrição crónica	Insuficiência ponderal
Baixa (aceitável)	< 5 %	< 20 %	< 10 %
Moderada (precária)	5 a 9 %	20 a 29 %	10 a 19 %
Alta (grave)	10 a 14 %	30 a 39 %	20 a 29 %
Muito alta (crítica)	15% e +	40% e +	30% e +

Embora a situação nutricional no país seja considerada precária, observou-se uma ligeira evolução positiva entre 2006 e 2014, apesar de todos os constrangimentos verificados (Gráfico).

Gráfico Nº 2: Situação nutricional entre 2006 e 2014.



Os resultados do MICS de 2014 relativamente ao consumo de sal iodado mostram que, em apenas 8% dos agregados familiares tem o sal adequadamente iodado (15+ppm). A taxa de suplementação com a vitamina A aumentou muito nos últimos anos, ainda que 21% das crianças entre os 6 e os 59 meses de idade não tenham recebido tal suplemento.

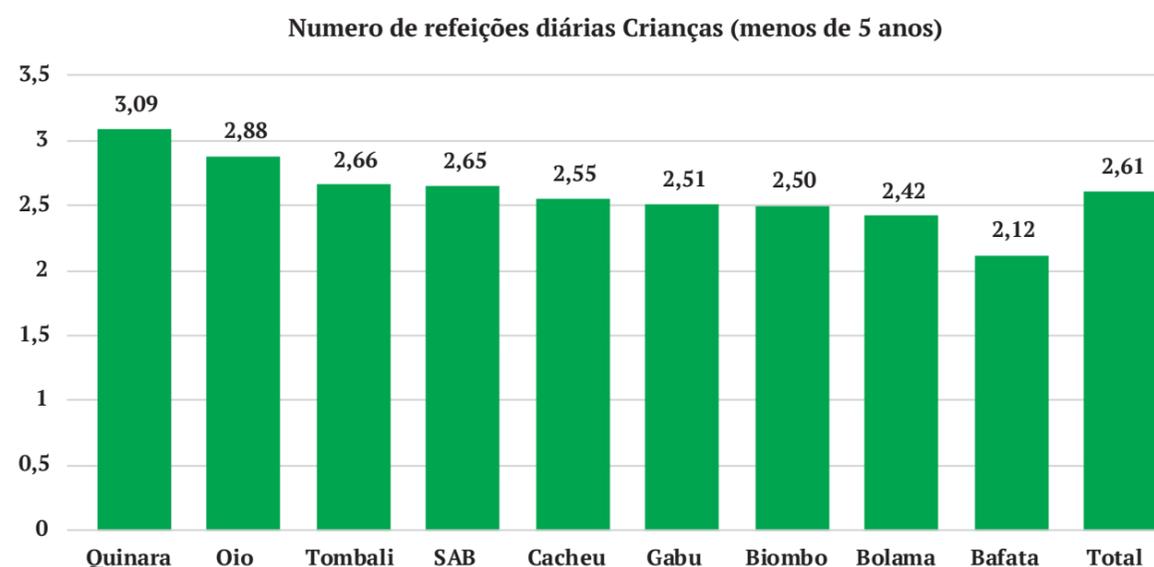
As auscultações realizadas aos jovens em idade escolar revelaram que a alimentação dos adolescentes nas escolas não é cuidada. Estes são obrigados a ingerir alimentos pouco adequados. Há relatos de alimentos deteriorados por falta de condições adequadas de conservação ou cujos prazos de validade foram ultrapassados.

Os apoios fornecidos por parceiros internacionais, como o *International Partnership for Human Development* (IPHD) e o PAM, no quadro das cantinas escolares, não chegam a todas as escolas do país. O primeiro, aliás, só atuou até 2015. Entre as mães ou responsáveis de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 23 meses, inquiridas nas oito regiões do país, 25,5% declararam que as suas crianças recebem assistência alimentar, das quais 80,2% (299 crianças) são atendidas pelo PAM, 13,4% por outros atores e 6,4 % dos inquiridos afirmaram desconhecer o doador.

A proporção de crianças com diversidade alimentar é elevada entre as crianças que recebem assistência do PAM, que é na ordem dos 33%, em comparação com a proporção de crianças em geral, que é de 16,5%. Contudo, o PAM só intervém em três regiões: Bafatá, Oio e Gabu.

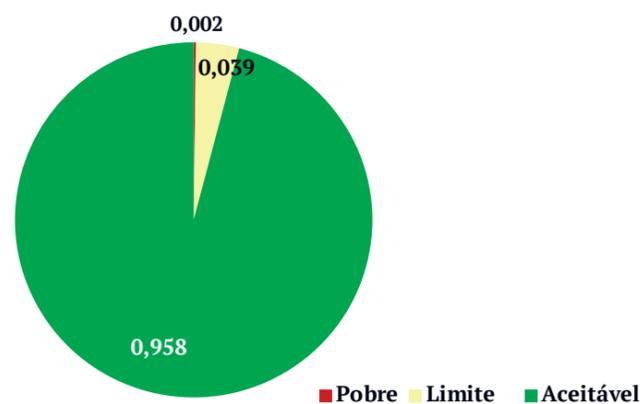
O inquérito realizado, nas zonas urbanas, no quadro da elaboração desta estratégia revelou que o número de refeições ingeridas pelas crianças até aos 5 anos de idade se encontra abaixo da média recomendada, sendo as dos adultos sensivelmente o mesmo.

Gráfico N° 3: O número médio de refeições por dia nas regiões.



Os adultos e a população em geral são igualmente confrontados com alimentos que, embora disponíveis, não se encontram em condições de serem ingeridos com segurança para a saúde pública. Embora o inquérito tenha revelado níveis aceitáveis de diversidade de alimentos consumidos entre as famílias residentes nos centros urbanos, a situação global inspira cuidados.

Gráfico N° 4: Prevalência de grupos de consumo alimentar em Maio de 2018.



A segurança dos alimentos é precária, tanto por não existir controlo da qualidade como pela carência de laboratórios de qualidade acreditados e organismos de certificação de produtos. Os Serviços de Normalização e de Promoção da Qualidade contam com um número limitado (4) de quadros instalados em um único escritório e sem as condições mínimas de trabalho. Não dispõem de equipamentos necessários para a prossecução da sua missão e as actividades que conduzem em termos de inspeção da qualidade não são rotineiras.²⁷

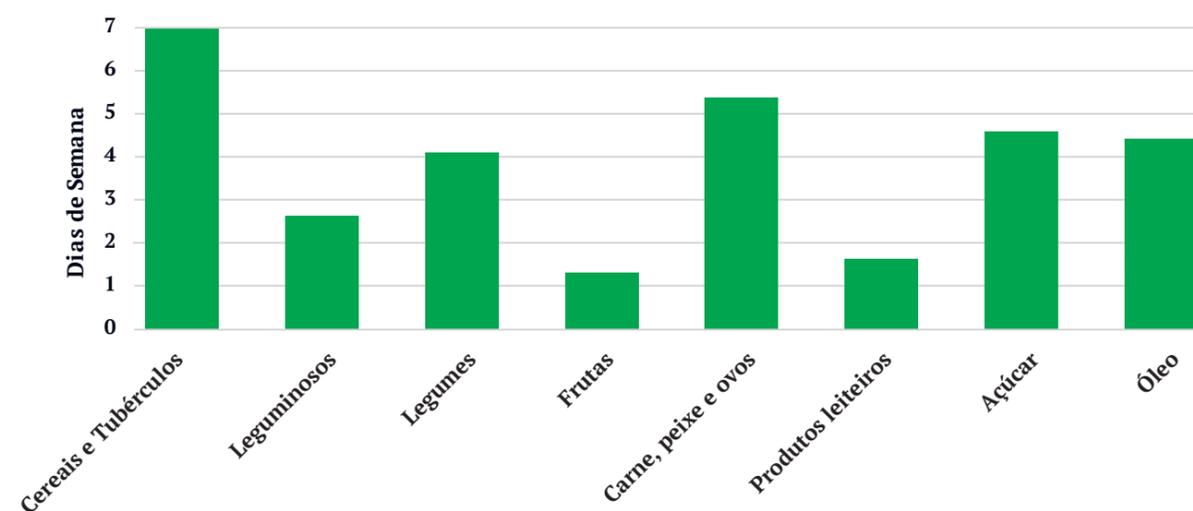
27 Ver entrevista com o Diretor de Serviços de Normalização e Promoção da Qualidade, 28 de Maio de 2018.

Em termos de acções actualmente conduzidas, destaca-se a inspeção de produtos fortificados (sal iodado, farinha e óleos alimentares) com recurso a kits, no quadro da uniformização da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Existe um projecto de Política Nacional de Qualidade e Plano de Implementação, elaborado em 2016, que aguarda agendamento para apreciação por parte do Conselho de Ministros e que, em caso de aprovação, podia contribuir para uma melhor gestão da qualidade dos alimentos e da segurança alimentar.

Os participantes nas sessões de auscultação denunciaram igualmente a substituição de hábitos de consumo locais milenares por hábitos importados recentemente de países vizinhos, sendo que estes últimos implicam por vezes a ingestão de certos produtos que são produzidos em condições duvidosas ou que simplesmente prejudicam a saúde do consumidor.

Nota-se igualmente, por razões culturais, uma subutilização de certos alimentos disponíveis. É, pois, o caso do reduzido consumo de legumes e de frutas que se verifica na dieta do guineense. A disponibilidade de certos alimentos, como a carne bovina, caprina e até mesmo avícola, nem sempre é sinónimo da sua inclusão na dieta de uma família comum, tendo assim um impacto negativo sobre a saúde e a SAN da população. O uso da proteína animal é limitado, principalmente por parte das comunidades mais afastadas do litoral. Algumas restrições alimentares, relacionadas com aspectos culturais e religiosos, impedem que as grávidas e as crianças consumam determinados alimentos, tais como ovos, banana, carne, peixe e outros. O gráfico seguinte dá-nos uma ideia dos principais tipos de produtos e da frequência com que são consumidos.

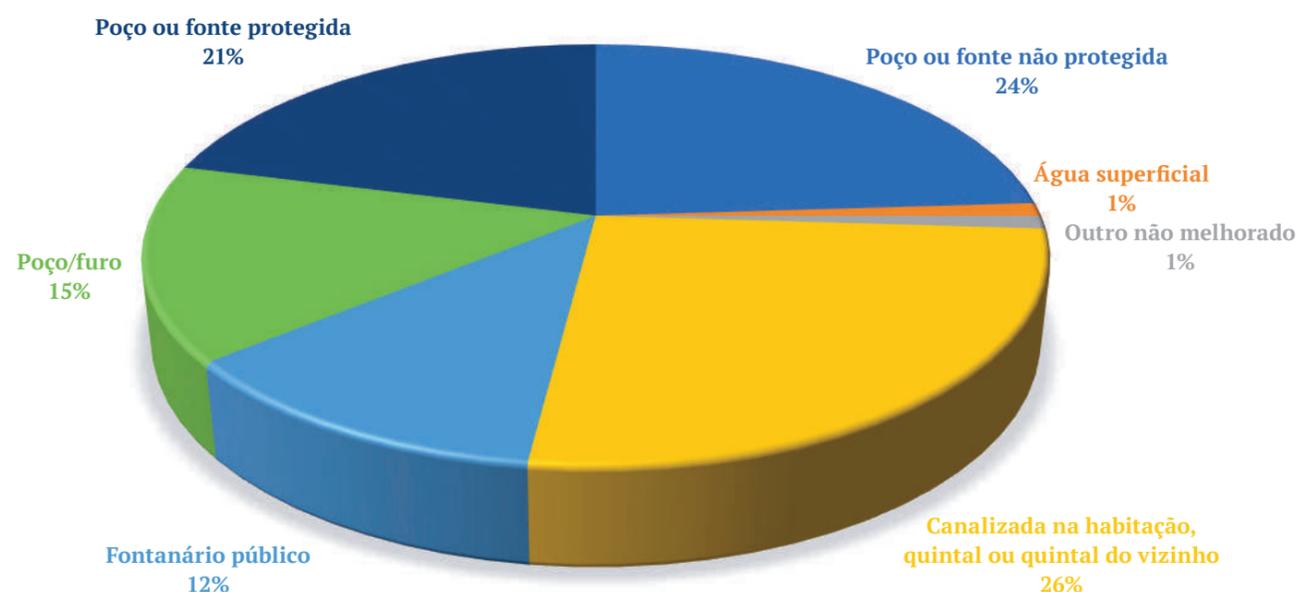
Gráfico N° 5: Consumo de os grupos de alimentos nos sete dias anteriores ao inquérito nos agregados com consumo alimentar aceitável. Fonte: SiSSAN, Boletim n.º 5, 2017.



Neste contexto, estima-se que o consumo calórico médio por habitante seja de 1874 kcal por dia, o que é inferior ao valor médio de 2160 kcal, para a África ocidental, e de 2100-2375 kcal para o conjunto dos países em desenvolvimento (EDST, 1997).

O acesso a água potável constitui uma fonte de preocupação. A água do rio/ribeiro (fonte não melhorada) continua a ser usada nas regiões de Quínara, de Tombali, de Gabú e de Bafatá, numa percentagem que ascende a 2%, 1%, 1% e 1%, respectivamente. Nas regiões de Biombo e de Oio, a segunda fonte mais importante de água é o poço não-protetido (fonte não melhorada), sendo utilizado por 61% e 59% da população, respectivamente.

Gráfico Nº 6: Distribuição percentual de membros do agregado por fonte melhorada de água. Fonte: MICS de 2014.



²⁸ Ver entrevista com Diogo Ferreira realizada a 11 de maio de 2018.

Estabilidade

A estabilidade constitui um dos problemas que se coloca à SAN na GB, uma vez que afecta a produção, a qual é insuficiente, e o consumo, que é inadequado. Do ponto de vista da segurança alimentar, o país é, aliás, duplamente instável. Internamente, ele é dependente das condições climáticas e das técnicas rudimentares utilizadas na produção agrícola. Não fosse a sua dependência da pluviometria e das condições climáticas em geral, a GB poderia ser considerada relativamente estável devido à sua biodiversidade. Mas esta riqueza de recursos e de ecossistemas esbarra com a tecnologia utilizada e o baixo nível de educação dos produtores. Por outro lado, o facto de as fileiras agrícolas (mesmo a do caju) não serem desenvolvidas, impede a valorização dos recursos locais, o aproveitamento integral dos diferentes produtos agrícolas e a obtenção de valor acrescentado para o país.

A população da GB depende dos recursos naturais para a sua SAN e as alterações previsíveis do clima terão efeitos sérios sobre os recursos disponíveis. Assim, estratégias de adaptação e reforço da resiliência da população são elementos que devem ser considerados como centrais na estratégia de promoção da SAN.²⁸

O país está, assim, sujeito aos caprichos da natureza em termos das alterações climáticas, encontrando-se praticamente ao mesmo nível que as águas do mar, podendo facilmente ser atingido pela subida do nível do mar decorrente de um aumento das temperaturas.

Sendo um país pobre e dependente do exterior, em termos de importação dos bens de primeira necessidade, é também altamente deficitário em termos de soberania alimentar, o que acaba por afectar a segurança alimentar. Os preços do cereal mais consumido – o arroz –, bem como do produto de exportação com mais peso sobre a balança comercial – a castanha de caju –, dependem das flutuações do mercado internacional. Estes factos tornam a questão da segurança alimentar em um assunto não apenas de alcance meramente nacional, mas algo que integra um sistema com uma dimensão internacional inquestionável. O aumento dos preços dos produtos usados na nossa alimentação expressa muito mais do que um mero desajuste entre a oferta e a procura mundial. Na verdade, trata-se de uma crise do modelo global de produção e consumo de alimentos que coloca em questão a soberania e a SAN dos povos, podendo comprometer o direito à alimentação e as iniciativas de inclusão social de parcelas significativas das populações carentes.

As recentes inundações que ocorreram durante os meses de Julho e de Setembro de 2017, nas regiões de Bafatá, de Gabú e de Oio, e que causaram a perda de cerca de 38 018 toneladas de arroz, afetando 39 820 pessoas, demonstram a instabilidade que, também por essa via, pode afectar a situação da segurança alimentar (Inquérito SiSSAN, outubro 2017).

O quadro seguinte resume bastante bem a situação da segurança alimentar e nutricional no país.

Tabela Nº 3: Fonte: Inquérito SiSSAN, Outubro 2017

	Domínio	Indicadores	Segurança Alimentar	Segurança Alimentar limite	Insegurança Alimentar Moderada	Insegurança Alimentar Grave
Estado Atual	Consumo Alimentar	Score de consumo alimentar	Consumo alimentar aceitável		Consumo alimentar limite	Consumo alimentar pobre
			86,5%		11,3%	2,2%
Capacidade de adaptação	Vulnerabilidade Económica	Proporção das despesas Alimentares	Menos de 50% de despesas alimentares	Entre 50% e 65% de despesas alimentares	Entre 65% e 75% de despesas alimentares	Mais de 75% de despesas alimentares
			23,3%	31,4%	24,2%	21,1%
Capacidade de adaptação	Esgotamento de ativos	Categorias de estratégias de sobrevivência	Nenhuma	Estratégias de estresse	Estratégias de crise	Estratégias de Emergência
			16,1%	36,6%	36,8%	10,5%
Classificação geral Índice de Segurança alimentar			16%	64%	18%	2%

2

SISTEMAS CULTURAIS LOCAIS E A SUA RELAÇÃO COM O REGIME DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



²⁹ Dados do DENARP 2 (2011-2015), p.1.

³⁰ Carta de Política de Desenvolvimento Agrário da Guiné-Bissau, Ministério do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, 19 de abril de 2002, p.3.

³¹ Análise da fileira de arroz – Projeto de reabilitação e desenvolvimento do sector privado, Ministério da Economia e Finanças, abril de 2005.

³² Análise da fileira de arroz, op. cit., p.10.

O regime produtivo e alimentar das comunidades guineenses está intimamente ligado a um conjunto de fatores que passam pelas formas de ocupação dos solos, os regimes e as culturas produtivas, as tradições culturais a elas associadas, os mecanismos de mobilização da mão-de-obra, geração de renda, poupança e investimento, e as prioridades de consumo.

Como já foi referido, a GB é um país em que a agricultura constitui a principal base da economia, sendo responsável por cerca de 60% do PIB e por mais de 90% das exportações.²⁹ O regime produtivo predominante é a agricultura pluvial, com apenas um ciclo anual de culturas que beneficiam de uma pluviometria abundante e de superfícies cultiváveis importantes e férteis.³⁰

O excessivo peso da produção manual em todas as fases da actividade agrícola repercute-se negativamente em termos de saúde pública, gerando situações de desgaste físico e envelhecimento precoce de homens e mulheres. A mobilização da mão-de-obra no sistema de produção tradicional tinha uma sustentabilidade baseada em corporativismo e solidariedade. Atualmente, devido ao êxodo rural dos jovens, há um encarecimento da mão-de-obra. Para fazer face aos desafios socioeconómicos que se colocam, urge mudar o paradigma.

Note-se que existem também, neste sector, problemas associados à acessibilidade de técnicas de produção. Há, pois, um desconhecimento por parte dos produtores das novas técnicas de produção agrícola, nomeadamente aquelas de base agroecológica. Os produtos químicos de síntese são ainda os mais privilegiados em detrimento dos agroecológicos. No entanto, a utilização daqueles produtos na agricultura guineense é baixa, quando comparada com outros países da sub-região.

Estima-se que cerca de 99% da produção e da produtividade agrícola depende do nível de precipitação, embora pudesse ser incentivado o uso de mecanismos de rega. Entretanto, mais de 80% da população vive de recursos agro-silvo-pastoris que dependem de fatores etnoculturais e antropológicos fortemente baseados em aspectos tradicionais.³¹

Por exemplo, o sistema de produção do arroz de planalto é caracterizado por ser uma prática cultural extensiva, essencialmente assente na conquista de terras cultiváveis com recurso à queimada, ou seja, corte-queimada-cultivo de arroz seguido depois pela plantação do caju ou pousio. O pousio tradicional é feito com o objetivo de deixar o solo cultivado regenerar a sua fertilidade de um modo natural. O período de pousio varia entre 5 e 15 anos, dependendo da densidade demográfica de cada zona e da disponibilidade de solos aráveis. A prática de rotação de cultura frequente é arroz-milho-milho bacil, culturas leguminosas-frutas-raízes³¹. O impacto ambiental deste sistema baseia-se na perda da cobertura vegetal e da diversidade biológica, bem como na perda de capacidade produtiva do solo, resultando em mudanças climáticas. O saber tradicional deve ser recuperado e deve aliar-se aos conhecimentos acuais e às tecnologias de conservação ambiental.

No que respeita, por exemplo, à exploração agrícola e florestal, a fase subsequente à aquisição e à desflorestação de terras assenta no cultivo de arroz, seguido de milho, no ano seguinte, de mancarra em dois anos consecutivos e, posteriormente, de sorgo. Passados quatro ou mais anos, as terras recebiam as ditas «folgas» para que o terreno ficasse mais «gordo», ou nutritivo. Atualmente, perante a escassez de alimentos, a emergência de novas culturas e a tendência de produzir cada vez mais caju, torna-se necessário o ordenamento do território, com vista à estruturação das terras agrícolas por sectores e o acompanhamento técnico dos agricultores. O zoneamento agrícola permite, pois, uma melhor diversificação da produção agroalimentar e, ao mesmo tempo, o aumento da produção.

Porém, na produção de arroz para subsistência, os pequenos camponeses utilizam o modelo menos produtivo de todos, que é o extensivo. A agrotécnica é tradicional e pobre, que está na origem de uma baixa capacidade produtiva, fraca fertilidade dos solos do planalto como consequência de *soil mining*, derivado de efeitos sucessivos de degradação dos mesmos ao longo de muitos anos.

A baixa produtividade alimentar está também associada a grandes perdas causadas pelos numerosos inimigos das culturas e pelas doenças existentes nos ambientes circundantes aos arrozais, estando os camponeses desprovidos de mecanismos imediatos de prevenção e de combate. Por sua vez, as instituições públicas, com competência para o efeito, encontram-se desestruturadas e enfraquecidas, gerando assim uma enorme insegurança produtiva.

A mobilização da mão-de-obra para a produção transitou de uma lógica orientada pelo sentido de solidariedade comunitária, na maioria das tradições locais, para a liberalização económica, na primeira metade dos anos 80, em que as comunidades conseguiam participar de forma voluntária e colaborativa em campanhas de produção em grande escala e que sirva de um bem partilhado, para uma combinatória de mobilização voluntária e contratual de braços mais jovens.

Aliás, a forma rudimentar e a dureza do sistema produtivo guineense, associadas à falta de oportunidades para uma mobilidade social ascendente por parte dos jovens nas zonas rurais, tem ocasionado cada vez mais fuga de mão-de-obra juvenil. Como resultado, verifica-se uma cada vez maior necessidade de mobilização contratual de agentes de prestação de serviço no sector produtivo que vai desde a limpeza dos campos, o fecho e o cultivo de bolanhas, até à colheita e transformação, fazendo com que o grande investimento de mobilização de recursos monetários e alimentícios para o efeito seja através da comercialização da castanha de caju.

Por outro lado, este processo tem gerado maior exposição ao risco de perda não apenas da capacidade produtiva, mas sobretudo de conservação de técnicas e saberes culturais locais seculares associados à produção local e ainda a uma maior dependência de um mercado de preços flutuantes. Este tipo de insegurança coloca em risco alguns patrimónios culturais, como aqueles associados à produção nas bolanhas de água salgada, em que as comunidades costeiras, como a dos Balantas, dominam certas técnicas que se podem considerar plena de sucesso, nomeadamente através da construção de diques e de barragens anti saís, com o objetivo de impedir a intrusão quantitativa de água salgada proveniente da maré viva nas zonas de interesse e, ao mesmo tempo, reter a água doce proveniente, quer das precipitações, quer da nascente, ou água torrencial.

Existem duas formas de recuperação de bolanhas: a tradicional e a moderna. A recuperação tradicional exige mão-de-obra jovem muito intensa, trabalho organizado pela comunidade da tabanca e inter-tabancas na construção dos diques de cintura com os seus respetivos sistemas de drenagem utilizando arados. A contribuição em géneros alimentares durante a construção das infraestruturas e a manutenção anual é o único preço pago pela comunidade.

É, pois, conjugando estes fatores que o regime alimentar obedece a uma racionalidade baseada no consumo de quantidades suficientes em épocas de abundância, o que permite gerar força de trabalho motivado e não por um regime de diversificação alimentar que permite aumentar a qualidade nutricional. Aliás, a dimensão nutricional, em termos de racionalidade, não é tida em conta por causa dos baixos conhecimentos das comunidades guineenses, imbuídos culturalmente pelo consumo excessivo de arroz.

Como vimos atrás, o arroz constitui 62% da produção cerealífera nacional e representa 75% do consumo atual de cereais, o que equivale a 130 mil toneladas anuais, ou seja, 130 kg por pessoa por ano. O país encontra-se numa situação de défice de cobertura, que se situa entre as 45 mil e as 60 mil toneladas por ano³³. A importância socioeconómica e cultural que o guineense atribui ao arroz chega a alimentar mitos como «*si bu odja mininu bonitu i arus*»³⁴, e esse produto encontra-se presente nas principais cerimónias e manifestações culturais, da nascença à morte, constituindo assim um dos principais produtos de rendimento e de moeda de troca.

No entanto, a caju cultura tem vindo a exercer uma forte influência no desenvolvimento da produção do arroz, devido à sua cultura comercial, que implica uma certa monetarização bem como relações de troca entre o arroz e outros produtos, obrigando muitos agregados familiares a estarem completamente dependentes da compra de arroz importado.

Para os grupos étnicos que professam religiões de matriz africana, tais como os Balantas, os Nalus, os Papéis, os Manjacos, os Felupes e os Mancanhas, a produção de excedentes tem um significado económico e cultural importante na medida em que uma parte considerável não é destinada ao consumo familiar, mas sim para troca com gados, para a organização de rituais de transição de classes – «fanados», com vista à aquisição de um reconhecimento social e de uma projeção de estatuto, prejudicando deste modo um consumo de qualidade e de longo prazo.

Por outro lado, nas zonas povoadas maioritariamente por grupos étnicos islamizados, a racionalidade da posse de bens, como a terra e o gado, são mais orientados para o regime de «finanças e seguro», baseado em poupança e crédito para investimento na migração ou na providência de serviços sociais de emergência, cuja cobertura pública é inexistente.

Em ambos os regimes, a disponibilidade de mão-de-obra implica sobretudo recorrer aos grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional, isto é, crianças e mulheres, estando estas expostas a um regime de trabalho intenso, participando ainda na confeção e no transporte de alimentos (no caso das crianças do sexo feminino, jovens raparigas e mulheres), cuja alimentação é, na maior parte das vezes, pobre e limitada a uma refeição diária («um tiro»).

Contudo, existem outras racionalidades mais favoráveis à segurança alimentar e nutricional, demonstrando como determinados usos, costumes e simbologias, através da ligação sagrada entre as pessoas e a natureza, permitem a conservação de recursos e a sua distribuição equitativa em períodos de escassez, de modo a fazer face aos riscos da fome.

Relativamente às culturas tradicionais locais, e em respeito e harmonia com a natureza, temos o caso da gestão tradicional das conchas desenvolvida pelas mulheres nos Bijagós.³⁵ Por exemplo, a sacralização de zonas de produção das conchas e os modos de exploração conseguem gerar um equilíbrio para fins alimentícios, culturais e comerciais. Esta constitui a principal actividade económica, garante os meios de subsistência e é feita com base numa racionalidade sustentável que caracteriza a relação do povo bijagó com o meio ambiente. O papel da mulher como sujeito reprodutor dessa prática destaca-se, chamando a atenção para a sua importância dentro da comunidade e na continuidade e preservação dos valores culturais inerentes a diferentes atividades económicas.

A recolha das conchas serve como principal atividade de muitas mulheres e é complementar na manutenção da subsistência das famílias. As conchas representam um valor cultural expressivo, dado que algumas cerimónias dependem exclusivamente desses produtos para serem realizados, principalmente as cerimónias realizadas pelas mulheres

33 *Análise da fileira de arroz*, op. cit., p.1.

34 Tradução livre: o arroz faz a beleza de uma criança.

35 SANÓ, Lassana, *A Valorização do conhecimento das mulheres sobre a gestão tradicional das conchas no Arquipélago dos Bijagós – Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok (Formosa, Nago e Chediã)*, Relatório da TINIGUENA, 2018.

em várias fases da sua vida. Temos nesta atividade a promoção do sustento da família e a valorização da economia local.

No contexto da produção agrícola, as mulheres guineenses desempenham um papel fundamental no sector económico primário, nomeadamente na agricultura, pecuária (produção de animais de curto ciclo), exploração florestal (produção de carvão, lenha, recolha de frutos tropicais) e pesca de rio e mangal (camarão, ostras, caranguejos, lingueirão, peixes de pequeno porte, etc.). Neste sector, as mulheres representam 49% da população ativa, no meio rural, e estima-se que elas asseguram mais de 55% do trabalho agrícola.

Ainda sobre essa relação entre o hábito alimentar e preservação da natureza, a título de exemplo, encontramos em certas culturas tradicionais locais a utilização de produtos, como o amendoim, confeccionados em pratos utilizados para cerimónias tradicionais, ou ainda o *cuntchuro*³⁶, considerado importante para mulheres gestantes e lactantes e sobre o qual se diz que ajuda na produção do leite materno³⁷. Para o povo Papel, nas cerimónias religiosas tradicionais de *baloba* é utilizado o óleo de palma na confeção de «*siti ku liti*»³⁸.

Uma outra característica importante é o uso dos legumes no sistema alimentar. As mulheres da etnia Mancanha são bem conhecidas pelas suas técnicas e pelos seus saberes associados à produção local. Dos agregados familiares urbanos, 30% praticam agricultura e 26% cultivam legumes, particularmente as mulheres que dominam a prática, tendo sido recenseadas, em Bissau, mais de 2 mil horticultoras.

A produção hortícola na cintura de Bissau representa uma cifra de negócios de cerca de 120- 150 milhões de francos CFA. Na estação seca, a horticultura peri-urbana cobre entre 70% e 80% da procura do mercado em legumes frescos. Na estação das chuvas, período de escassez de legumes, a procura é coberta apenas em 60%.

No entanto, os principais produtos colocados nos mercados urbanos pelas horticultoras de Bissau são o tomate, o quiabo e o baguitche (*Hibiscus sabdariffa*), sendo este último bastante rico em propriedades vitamínicas, como o ferro, e muito usado como sumo natural.

Os produtos florestais não-lenhosos, como a cabaceira, o fole, a alfarroba, o veludo, o mandiple, o manpataz, a tambacumba e a miséria, são elementos importantes que os saberes tradicionais locais valorizam na alimentação, bem como na farmacopeia, desempenhando assim um papel crucial no aumento do potencial nutricional das populações. Estes produtos ganham ainda significados culturais importantes em alguns rituais, sendo hoje bastante valorizados economicamente no mercado nacional e da sub-região.

A utilização dos alimentos teve sempre uma lógica racional por parte dos anciões das tabancas, que desempenham o papel de gestores das produções e das reservas com base no saber tradicional. As formas tradicionais antigas de conservação dos alimentos – métodos de fumagem ou que utilizam o sal ou a secagem – assentam na redução do desperdício e mantêm a componente de estabilidade da SAN.

No entanto, os simbolismos ligados à utilização dos recursos alimentares nos rituais sempre estiveram no cerne dos rituais tradicionais míticos e religiosos, simbolizando os valores sociais baseados no respeito, na admiração, na dignidade, na alegria, na devoção e até na adoração. Os pratos tradicionais traziam assim a componente nutricional baseada na diversificação.

Em forma de ilustração, algumas características das etnias vêm comprovar essa relação entre as manifestações culturais e os usos de alimentos. Marcadas por comportamentos

³⁶ Prato preparado na base de uma mistura de amendoim e arroz.

³⁷ *I ta intchi mama* (Ajuda a encher a mama).

³⁸ Óleo de palma e leite fermentado.

de mitificação, por exemplo, nos Brames, o leite de vaca fermentado, o óleo de palma e o arroz, conhecido como «*siti ku liti*» é usado na cerimónia para libertar uma criança doente da morte, cuja doença acredita-se estar relacionada com um dos avós falecidos. Em algumas outras cerimónias, é usado o arroz com carne de cabra para libertar a criança recém-órfã das desgraças futuras, caso contrário entende-se que a criança correrá o risco de morte se, no futuro, vier a comer carne de cabra.

Por outro lado, encontram-se comportamentos associados ao desperdício como, por exemplo, na confeção de «catassa» – comida de «*siti ku liti*», feita em quantidades exageradas (quatro ou mais sacos de arroz) pelas viúvas, em memória do marido, quando este passou por «*fanado*» (reclusão para circuncisão) em vida –, ou na prática «*toca-tchur*» – ritual de transição da alma, no qual a mobilização dos recursos alimentares e financeiros faz-se ao longo dos anos, mobilizando toda a economia familiar para a aquisição de gado que é depois sacrificado, comida e bebidas que são consumidos em quatro dias.

No quotidiano do guineense, os mitos e os tabus são elementos que estão em diálogo permanente com as atitudes e os comportamentos associados às práticas alimentares, e muitos desses conceitos são prejudiciais aos pressupostos que concorrem para uma melhor segurança alimentar e nutricional. Dito de outro modo, as orientações que privilegiam a aquisição de bens materiais em detrimento da alimentação, algo que é referido como a cultura da «mara barriga», onde tudo acaba por ser mais importante do que a alimentação, diminui as possibilidades de concretização do potencial da SAN de várias comunidades.

O incentivo ao consumo de produtos perecíveis, que estão relacionados com doenças provocadas por alimentos, sobretudo refeições não-quentes destinadas às crianças sob pretexto de que são os que dão vida ou são saudáveis³⁹, («»), ou tudo o que não mata engorda⁴⁰ («»), retiram as possibilidades de investimento numa alimentação adequada e com agentes microbiológicos.

As intoxicações alimentares por agentes infecciosos, ou suas toxinas, estão estreitamente relacionadas com as refeições consumidas muito depois da sua confeção. A morte por doenças associadas à alimentação, numa abordagem imediata, demonstra um forte desconhecimento por parte da população, das doenças crónicas associadas à má alimentação e ainda consubstanciada a uma perigosa associação que a pessoa obesa é sinónimo do ser saudável. As doenças crónicas não-transmissíveis, nomeadamente a hipertensão, a diabetes mellitus, as doenças cardiovasculares e oncológicas, têm na sua génese os modos de vida e os hábitos alimentares. A sua incidência e prevalência têm aumentado em países de baixa renda, como a Guiné-Bissau, e será causa de uma elevada morbidade e mortalidade no futuro, caso não se inverta a tendência.

O mito sobre a primeira mamada prevalece, o qual assume que o colostro (primeiro leite materno, logo após o parto) corresponde a leite sujo que não deve ser dado às crianças. O primeiro leite produzido pela mãe – líquido de cor amarela com uma consistência cremosa – contém todos os nutrientes necessários para alimentar o recém-nascido, contribuindo para a prevenção de infeções, uma vez que é rico em imunoglobulinas (anticorpos), leucócitos e citocinas (importantes na defesa do organismo contra patógenos), e facilita ainda a digestão e a expulsão do primeiro cocó. O primeiro contacto e a primeira mamada são também importantes na manutenção da temperatura corporal do recém-nascido, na promoção do aleitamento materno exclusivo, na interação afetiva mãe-filho e na prevenção da depressão pós-parto.

A introdução precoce do arroz na dieta das crianças, segundo o mote «*si mininu bonitu i arus*», favorece a prática da alimentação monótona à base de arroz e que tem sido o grande problema da dieta pouco diversificada. A beleza associada ao bem-estar e à saúde é,

pois, associada ao consumo de arroz em detrimento de outros alimentos essenciais a uma alimentação equilibrada.

As narrativas como «*mininu ka ta kume pís*» (as crianças não devem consumir peixe), «*mininu ku ta kume ovo i ta malcriadu*» (as crianças que comem ovo tornam-se malcriadas) ou «*prenhada ka ta kume ovu, si ka sin mininu ta padidu sin cabelo*» (as grávidas não devem consumir ovo, porque senão a criança nasce sem cabelo), acabam não só por demonstrar níveis de marginalização de certos grupos sociais, como as crianças e as mulheres, sobretudo as grávidas, como os colocam numa situação de vulnerabilidade alimentar, tornando-os alvos de má nutrição nas diferentes vertentes e, assim, privando-os de alimentos ricos em proteínas de alto valor biológico.

Reconhece-se, portanto, que o potencial natural existente face aos saberes associados à produção baseada nas técnicas de produção existente, com aumento de ofertas educativas e de serviços de apoio à produção e transformação dos produtos locais, tornando mais equitativa a repartição dos papéis dos grupos sociais, será possível mudar o curso das fragilidades das populações locais no que diz respeito à superação de alguns mitos e tabus que impedem a concretização da segurança alimentar e nutricional.

Influência dos hábitos alimentares da sub-região na gastronomia local tradicional

A desvalorização dos produtos alimentares nacionais e a preferência pelos produtos importados têm contribuído para a mudança dos hábitos alimentares. Esta atitude tem contribuído para aumentar a influência da gastronomia dos países vizinhos da sub-região, que apresenta os seus aspetos negativos e positivos. Relativamente a estes últimos, verifica-se que em alguns países da sub-região como o Senegal, por exemplo, consome-se mais legumes e frutas. Noutros, verifica-se um maior consumo de outros cereais (farinha de mandioca). A dieta dos guineenses sairia a ganhar se este hábito alimentar fosse adotado, com maior frequência e quantidade, na sua dieta familiar.

Mas a utilização, por vezes excessiva, de certos ingredientes na confecção de pratos de origem estrangeira ou mesmo nacionais, com alto teor de sal, por exemplo, tem-se revelado prejudicial à saúde dos guineenses, para além de fazer retroceder o uso de ingredientes nacionais outrora usados na preparação dos alimentos, muitas das vezes de mais fácil acesso.

Esta influência de hábitos alimentares estrangeiros para além de ser facilitada por um desconhecimento do valor nutricional dos produtos locais, é também facilitada pelos preços praticados no mercado nacional relativamente aos produtos locais, que muitas das vezes são mais caros do que os produtos importados.

Os novos hábitos alimentares introduzidos na sociedade guineense devem ser avaliados e aliados a uma melhoria da qualidade da dieta alimentar nacional. Essa melhoria deve passar por um incentivo ao consumo de alimentos mais nutritivos e saudáveis em associação

com uma educação alimentar. Neste particular, as autoridades tradicionais e religiosas podem e devem jogar um papel importante na transmissão de mensagens transformadoras do *status quo*.

Relação entre aspetos médicos e os regimes alimentares, segundo as regiões do país

O país dispõe de um leque abundante de alimentos, pelo que o consumo alimentar não devia ser monótono. Abundam as variedades de milho, de feijão, de arroz, de peixe de diversas qualidades e vários alimentos ricos em vitaminas. Todos estes alimentos podiam contribuir para uma dieta diversificada que se almeja. Por conseguinte, é preciso um trabalho para a mudança dos hábitos alimentares baseados na diversificação.

A preferência por determinados grupos de alimentos em certos grupos étnicos está relacionada com determinados aspetos médicos. Cada etnia tem uma alimentação específica que na sua maioria é pouco diversificada. A necessidade de inculcação e incentivo a uma maior abertura é algo que pode ser favorecido através de promoção de intercâmbios com vista a orientação dos hábitos alimentares mais favoráveis a segurança nutricional.

Na região Leste, por exemplo, verifica-se uma preferência pelo consumo de folhas e uma dieta tendencialmente vegetariana. Isso mesmo se vê na própria constituição física dos Fulas, que são mais magrinhos, sem que isso signifique que têm menos saúde ou que não se encontram tão bem nutridos. Os Balantas e os Bijagós são mais robustos e mais corpulentos na juventude, porém, ficam mais débeis ao envelhecerem. A sua dieta é baseada sobretudo em hidratos de carbono e em proteínas, mas deficiente em vitaminas, o que os faz envelhecer mais rapidamente. Os que comem mais verdura, legumes e frutas, tem maior probabilidade de ter uma saúde melhor e uma maior longevidade.

3

**A UTILIZAÇÃO
DO POTENCIAL
NATURAL NO
COMBATE À FOME
E À INSEGURANÇA
ALIMENTAR**

Disponibilidade de recursos naturais

Os recursos naturais da GB são representados pela sua cobertura vegetal e pelos diferentes ecossistemas existentes, os seus solos, a sua hidrografia, a sua plataforma continental e a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), constituindo assim fontes de fornecimento de serviços para uma população altamente dependente dos recursos naturais para a sua subsistência.

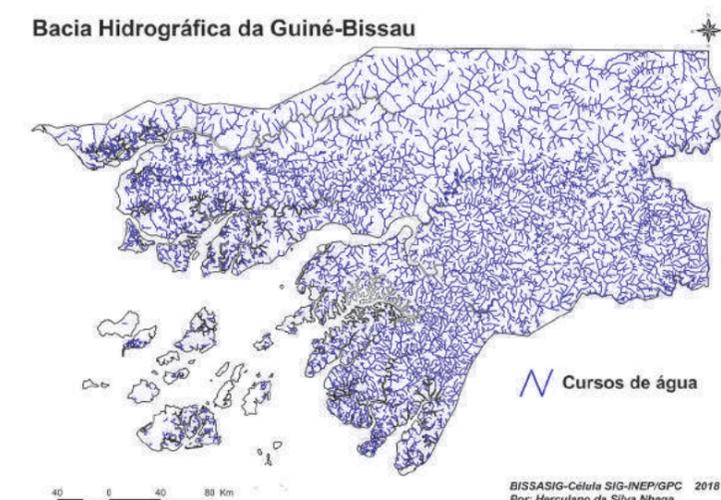
O país destaca-se dos outros países da sub-região pela sua localização na costa e pela sua posição na faixa de transição entre a zona guineo-congolesa e sudanesa, e ainda pelo facto do seu território incluir áreas pertencentes ao sector sudano-guineense, guineense propriamente dito, guineense húmido e guineense com influências marítimas.

Este ordenamento biogeográfico origina igualmente a presença de ecossistemas específicos, salientando-se as florestas abertas e as savanas arborizadas pertencentes à zona sudano-guineense, os palmares, as florestas secas e semi-secas pertencentes à zona guineense propriamente dita, as florestas secas e semi-secas e as florestas húmidas pertencentes à zona sub-guineense húmida, e os palmares e as savanas xerófitas pertencentes à zona sub-guineense com influência marítima.

Existem também outros ecossistemas de importância para a biodiversidade, como é o caso do mangal, que ocupa 10% do território nacional (287 mil hectares), as florestas galeria e os vendos, importantes depressões de água-doce com relevância para a pesca de subsistência continental, habitat para a avifauna e bebedouros para a fauna⁴¹, além de uma vasta bacia hidrográfica que cobre o território, bacia esta composta por rios (Cacheu, Geba, Mansôa, Corubal, Cumbijã e Composa), pelas rias de Cacine e de Rio Grande de Buba e pelos inúmeros afluentes de rios e braços de mar (Mapa 1).

⁴¹ Floresta Tropical e Biodiversidade: Elementos para a Definição das Ações no Sector da Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau, CEATA/INEP, janeiro de 1997.

Mapa Nº 2: Bacia Hidrográfica da Guiné-Bissau.



As formações vegetais cobrem 56% do território nacional (o que corresponde a 2 034 milhões de hectares)⁴² e estão sujeitas a pressões antrópicas relacionadas com as necessidades de subsistência, económicas e sociais (produção de culturas alimentares, instalação de propriedades agrícolas, construções, madeira-de-obra e combustível).

Essas mesmas formações vegetais contribuem para a segurança alimentar e nutricional das comunidades guineenses, nomeadamente através da exploração dos Produtos Florestais Não-Lenhosos (PFNL), tais como calabaceira, veludo, alfarroba, manpataz (*Parinari excelsa*), tambacumba (*Parinari macrophila*), miséria (*Anisophyllea laurina*), mandiple (*Spondias mombin*), banana santcho (*Uvaria chamae*), fole pequeno (*Saba senegalensis*), fole de lífante (*Landolphia heudelotii*) e, sobretudo, o palmeiral natural (*Elaeis guineensis*), com uma superfície de 112 200 hectares e um potencial de exploração equivalente a 33 600 toneladas de óleo de palma e 3 366 toneladas de óleo de coconote, usados tanto na alimentação humana como no fabrico de rações para animais, mas também na produção de sabão, produtos cosméticos e biocombustíveis, além do consumo generalizado não contabilizado do fruto, do vinho de palma, do tronco para construções e das folhas para a confeção de utensílios domésticos.⁴³

O Quadro 1 mostra a distribuição dos vários tipos de solo e as suas correspondentes superfícies total, arável e em cultivo, assim como as suas utilizações (Djata, Rui Nene 2012).⁴⁴

Tabela Nº 4: Tipos de solos, superfícies e utilização. Fonte: PASA/Banco Mundial, 2012.

Tipo de solo	Superfície total	Superfície arável	Superfície em cultivo	Utilização
Solos ferralíticos e fersialíticos (planalto)	1 870 200	1 104 000	300 964*	Cultura de cereais, raízes e tubérculos, fruticultura, horticultura, pastagens, culturas de renda, exploração florestal, caça e habitações.
Solos hidromórficos continentais (pequenos vales/bas fonds)	1 032 000	200 000	75 585	Cultura do arroz, horticultura, raízes e tubérculos, pastagens, fruticultura, exploração do palmar natural.
Solos hidromórficos marinhos (mangal)	461 500	106 600	21 000	Cultura do arroz de água do mangal, pesca artesanal de subsistência, pastagens e exploração do palmar natural.
Superfície total	3 363 700	1 410 600	397 549	

* Inclui 62 mil hectares de arroz de planalto/sequeiro.

42 Documento de Política de Desenvolvimento Florestal, Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural, maio de 2010.

43 Rendimento da produção de óleo de palma de um palmar natural: 300 kg/ha/ano. Rendimento de óleo de coconote: 30 kg/ha/ano.

44 Superfície Agrícola Utilizada e Superfície Agrícola Utilizada em Rizicultura em Guiné, PASA/Banco Mundial, 2012.

Ainda em termos de recursos naturais, estima-se a existência de 1 268 000 hectares de áreas de pastagem (35% do território nacional), compostas por zonas silvo-pastoris (savanas arbóreas e florestas claras), terras de pousio e pastos pós-cultura, com um potencial de produtividade que varia entre 3,5-6 toneladas de matéria seca por hectare, capaz de suportar uma carga de 2 000 000 de Unidades Bovina Tropical (UBT), quase o dobro da carga atual estimada em 1 108 000 UBT.⁴⁵

Enquanto potencial natural, a plataforma continental de 45 mil km² e a ZEE de 105 mil km² constituem um ambiente rico em recursos haliêuticos, relativamente preservado, e apresentam um importante potencial de exploração de 250 mil a 600 mil toneladas por ano, de acordo com as diferentes avaliações feitas sobre a biomassa. Os vários estuários e ilhas, o mangal com uma extensão de 3 400 km² (10% do território nacional) e uma alta produtividade marítima proporcionada pela subida de águas mais frias e mais ricas em nutrientes (afloreamento costeiro, ou *upwelling*) ao longo de toda a costa, favorecem uma importante produtividade e diversidade de recursos com mais de 700 espécies haliêuticas, na maioria demersais e pelágicas.⁴⁶

Segundo dados do Centro de Investigação Pesqueira Aplicada (CIPA), recolhidos durante a campanha de avaliação de 2011, existem 452 mil toneladas de biomassa para um potencial explorável de 180,8 mil toneladas anuais de cefalópodes, crustáceos e peixes demersais. Uma outra campanha, levada a cabo em 2013, com ênfase nas espécies pelágicas, revelou a existência de um potencial explorável de 136 mil toneladas por ano e a existência de 340 mil toneladas de biomassa das espécies mencionadas.⁴⁷

A extensa bacia hidrográfica do país é propícia a atividades piscatórias artesanais, de subsistência e comercial, contribuindo grandemente no fornecimento do complemento de proteína animal para as comunidades, tanto na zona costeira como na parte continental. Os produtos da pesca são, portanto, o principal componente em termos de proteína animal da dieta alimentar dos guineenses.

45 Carta de Política de Desenvolvimento do Sector Pecuário da Guiné-Bissau, setembro 2011.

46 Guiné-Bissau 2025 – Plano Estratégico e Operacional 2015-2020.

47 Estudo sobre o consumo de pescado na Guiné-Bissau, SEPEM/INEP, 2016.

4

POLÍTICA NACIONAL E PROGRAMAS: RESPOSTAS DO GOVERNO E DOS PARCEIROS

Nas duas últimas décadas, o Governo e os seus parceiros internacionais têm vindo a implementar um conjunto de medidas, programas e políticas com vista a promover a SAN e a reduzir o impacto das situações de carência e de vulnerabilidade. O que serviu de pano de fundo à formulação destas políticas e destes programas foi o facto de o país dispor de muitas potencialidades em domínios-chave da segurança alimentar e que urge serem aproveitadas. O documento de *Política Nacional de Nutrição* enumera, de um modo bastante exaustivo, essas acções levadas a cabo em diferentes sectores de actividade, tais como na saúde, na agricultura, na educação, no sector da água e saneamento e na protecção social.

Intervenções no sector da saúde e nutrição

No sector da saúde, o Governo optou por promover boas práticas de alimentação do lactente e da criança pequena, quer através da amamentação precoce e exclusiva até aos seis meses de idade, quer através da introdução de alimentação complementar a partir dos seis meses e continuação da amamentação até aos 24 meses de idade. Foi introduzida, ao nível nacional, a promoção da nutrição comunitária nas Áreas Sanitárias. Foi também concebido um programa de prevenção de carências de micronutrientes, nomeadamente através de suplemento em vitamina. De igual modo, procedeu-se à desparasitação das crianças dos 6 aos 59 meses e ao tratamento da diarreia com zinco.

Tem-se desenvolvido um programa que consiste em fornecer suplemento com ferro e ácido fólico às grávidas e às mães que amamentam. Tem-se promovido o consumo de sal iodado e tem-se prestado assistência a associações produtoras de sal situadas em Buba, Farim, Biombo, Cacheu e Urok, e que beneficiaram de apoios para a iodização do sal produzido localmente. Procedeu-se à organização de uma Aliança Nacional para a Fortificação dos Alimentos (ANFA). Um outro programa consiste na implementação da *Iniciativa Hospital Amigo das Crianças*, bem como na melhoria da gestão da desnutrição aguda, nomeadamente pela adopção de um Protocolo Nacional de *Gestão Integrada da Desnutrição Aguda* (GIDA).

Uma outra acção importante está relacionada com a entrada em funcionamento do centro modelo nacional de formação e de implementação do protocolo nacional da *Gestão Integrada da Desnutrição Aguda* (GIDA). Foi igualmente concebido e implementado um apoio nutricional às Pessoas Viventes com o Vírus da Imunodeficiência Humana (PVVIH) e às pessoas com tuberculose, através da adopção, em 2011, de um *Protocolo Nacional de Tratamento Nutricional* para os doentes com tuberculose, e a adopção, em 2013, de um guia nacional para o suporte nutricional e alimentar às PVVIH e/ou pessoas com tuberculose.

Intervenções no sector da agricultura

Em 1997, seguindo as recomendações de uma mesa-redonda previamente realizada em Genebra, o Governo definiu a sua estratégia e as suas directrizes para a política de desenvolvimento agrícola num documento aprovado pelo Conselho de Ministros intitulado Carta de Política de Desenvolvimento Agrário (CPDA). Os planos de ação da CPDA receberam financiamento da maioria dos doadores (PNUD, FAO, União Europeia, Banco Mundial, Suécia, EUA e França). Os vários governos que governaram a Guiné-Bissau desde o final do conflito, em 1999, reafirmaram a sua adesão às diretrizes da CPDA de 1997. No entanto, dada a nova situação do país, devido às consequências dos conflitos, foi necessário atualizar e rever os documentos de 1997. Após consulta com o Secretário-geral das Nações Unidas e a Representação do PNUD na Guiné-Bissau, decidiu-se formular um projecto para apoiar a preparação dos documentos necessários para a consulta do sector agrícola sobre o financiamento do PNUD e a implementação da FAO. O Governo decidiu actualizar os elementos da política agrícola formulados em 1997.

Para reduzir o paradoxo entre as potencialidades naturais importantes do país e o estado da pobreza e de insegurança alimentar crónica, o Governo da GB iniciou, em 2000, o Programa Especial para a Segurança Alimentar (PESA) com a assistência técnica e financeira da FAO. O PESA, na sua fase piloto, que durou 2 a 3 anos, apoiou-se sobre quatro componentes, nomeadamente:

- A gestão de água nos sistemas irrigados (mangal e horticultura).
- A intensificação da produtividade agrícola.
- A diversificação das fontes de rendimentos das populações rurais (apoio ao desenvolvimento de animais de ciclo curto).
- O apoio à dinamização da comercialização dos produtos alimentares.

O objetivo da fase piloto deste projeto visava testar as novas abordagens de enquadramento camponês, assim como as técnicas melhoradas nos diferentes sistemas de produção, a baixo custo, tendo em conta os costumes e as tradições etno-culturais e as condições edafoclimáticas de cada zona, com vista a aumentar, de um modo sustentável, a produção e a produtividade agropastoril e, assim, contribuir para a redução da insegurança alimentar nas regiões do projeto.

A análise dos resultados obtidos demonstra que o PESA teve impactos positivos em termos de: i) aumento da produção estimadas em 4559 toneladas anuais de arroz *paddy* e em 576,7 toneladas anuais de hortaliças, beneficiando deste modo mais de 15 mil pessoas. Através da implementação deste projeto, foi possível melhorar a situação alimentar das populações locais, tanto em quantidade como em qualidade, e diversificar os rendimentos das explorações. Em conclusão, o PESA melhorou efetivamente as condições de vida das populações beneficiárias, sobretudo das mulheres horticultoras.

Por outro lado, a abordagem participativa utilizada no quadro do PESA teve impactos positivos nas atitudes das populações que aceitaram assumir as responsabilidades de autogestão das atividades que elas desenvolvem, com o apoio do projeto, assegurando assim a sua durabilidade.

Enfim, em matéria de impacto ambiental, os dois sistemas de produção sedentários, o arroz dos pequenos vales, de produção biológica, e o arroz de mangal, contribuíram, nas zonas do projeto, para a abolição da produção extensiva e a agricultura itinerante, principais causas da degradação do ambiente físico e biológico da GB, o que, por sua vez, contribuiu para a redução da erosão hídrica e do processo de sedimentação nas zonas baixas dos vales continentais e das regiões litorais.

Mais tarde, o Governo adotou o PNIA, iniciado em 2009, e que se inscreveu na dinâmica de desenvolvimento agrícola para resolver os problemas da fome, da desnutrição e da insegurança alimentar. O PNIA preconizava favorecer as culturas alimentares, tais como os cereais (arroz, fundo, milho «bacil», «preto» e «cavalo»), os tubérculos (mandioca, batata doce, inhame e manfafa), os legumes (feijão-verde, couve, alface e cenoura), os frutos (mangas, bananas e citrinos), os produtos agrofloretais alimentares, bem como as culturas destinadas à exportação (caju, amendoim, manga, banana e sésamo). Este programa pretendia igualmente favorecer o fomento da produção de gado bovino, caprino, ovino, suíno e aves.

Os principais subprogramas do PNIA são:

- Promoção dos sectores de produção de hortaliças.
- Promoção da produção animal.
- Promoção de produções haliéuticas.
- Gestão sustentável dos recursos naturais (água, solo, florestas).
- Investigação e aconselhamento agrícola.
- Fortalecimento institucional e coordenação sectorial.
- Adaptação do sector às mudanças climáticas.

A correlação entre o PNIA e a CPDA parece não ter sido efectivamente explorada. De acordo com a CPDA, os critérios para a escolha de projetos de investimento no sector agrícola deviam ser os seguintes:

- Ter objetivos que sejam conformes com a CPDA e que sejam claramente expressos e quantificados.
- Favorecer projetos financiados por doações.
- Observar o nível de aplicação das regras e do princípio da responsabilidade compartilhada entre o Estado e outros operadores (grupos, ONG, associações, organizações privadas, etc.) do projeto e garantir a sua participação efetiva na implementação.
- Ter uma taxa interna mínima de retorno de 10%.

Aliás, na última década, o Governo implementou ainda vários programas na área da agricultura, cada um com um impacto diferente, mas o objetivo comum era resolver os problemas relacionados com a insegurança alimentar crónica. Após uma fase piloto, foi implementado o Programa Especial para Segurança Alimentar (PESA).

Tendo em conta os resultados obtidos no quadro da implementação da Fase 1 do PESA, o Governo decidiu passar à Fase 2 com um programa denominado PNSA (Programa Nacional de Segurança Alimentar), cuja duração foi de 2008 a 2013. A passagem do PESA ao PNSA devia ser marcada por uma consolidação e uma extensão das atividades de terreno em todo o território nacional, com o objetivo de resolver os constrangimentos entretanto identificados, de tomar em conta as medidas institucionais, organizacionais regulamentares e financeiras apropriadas, com vista a uma melhor realização da Fase 2 do PESA. O PNSA tinha assim por objetivo aumentar a segurança alimentar ao nível nacional e ao nível das famílias, numa perspectiva sustentável, dando assim uma atenção muito particular

aos meios de sobrevivência das mulheres e das famílias rurais mais pobres. Entre os seus objectivos específicos, o PNSA visava a diversificação alimentar através do crescimento da produtividade vegetal, animal e haliêutica, bem como a melhoria do acesso geral à alimentação.

O PNSA estruturava-se em quatro eixos estratégicos e dava orientações para a implementação das ações através de oito subprogramas específicos. Contudo, padecia de uma visão eminentemente sectorial no conteúdo das propostas de ação, limitando uma compreensão mais abrangente da SAN⁴⁹. Após a sua formulação, esse instrumento não chegou a ser aprovado pelo Conselho de Ministros, razão pela qual não entrou na sua fase de implementação.

Os resultados do inquérito de Avaliação Aprofundada da Segurança Alimentar, realizado em 2013 pelo PAM, FAO e PLAN, no meio rural em 8 Regiões, mostraram que a situação alimentar se deteriorou de forma preocupante à escala nacional e apontam como principais constrangimentos a ausência de um quadro integrado de coordenação multisectorial para implementação das políticas, a insuficiência de recursos humanos a todos os níveis e de recursos financeiros, bem como a instabilidade política.

Para além disso, o Governo adotou em 2013, o Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) que se inscreve na dinâmica de desenvolvimento agrícola para resolver os problemas da fome, da desnutrição e da insegurança alimentar, favorece nomeadamente as culturas alimentares tais como os cereais, os tubérculos, os legumes, os frutos, os produtos agroflorestais alimentares, bem como as culturas destinadas à exportação. Este programa favorece também o fomento de animais bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves. Tem ainda em conta os aspetos ligados à nutrição, resiliência, mudanças climáticas e género.

As similitudes entre o PNSA, o PNIA e a Carta de Política de Desenvolvimento Agrário são enormes e uma maior compatibilização entre os seus objetivos podia permitir sinergias positivas entre os actores da política agrícola em geral e aqueles que lutam para atingir a SAN a nível nacional. Olhando para estes documentos e projetos, bem como para as estruturas que a sua implementação exige, fica a sensação de se estar em presença de uma competição entre estruturas que em princípio deviam atuar no sentido da consecução dos mesmos objetivos.

A análise do orçamento destes projetos mostra que mais de 24 mil milhões de francos CFA foram utilizados para a sua implementação, com uma contribuição financeira do Estado muito baixa, com impactos praticamente inexistentes. É, pois, necessária uma reflexão profunda sobre as questões de eficácia e de eficiência dos fundos alocados para o desenvolvimento da agricultura no país, a fim de se desenhar um novo roteiro para o desenvolvimento sustentado e sustentável da economia agrícola da GB.

As reuniões com os diferentes actores do sector agrícola ao nível das regiões permitiram detectar os seguintes problemas:

- Perdas de produção.
- Sistemas de produção estáticos e rudimentares.
- Predominância do sistema de monocultura e baixa diversificação de sistemas de cultivo.
- Problemas nutricionais graves, especialmente entre as crianças.
- Baixo nível de mecanização das actividades de processamento e produção de arroz, as quais são geralmente realizadas por mulheres.
- Falta de conhecimento sobre o valor nutricional dos alimentos e sobre a noção de segurança alimentar.
- Consumo de alimentos importados de má qualidade.

49 Cf. *Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP*.

Sistemas rudimentares de criação de animais.

- Má gestão de produção, falta de monitoramento dos custos de produção e falta de planificação das actividades de produção.
- Falta de sementes de qualidade e de enquadramento do mundo rural (a todos níveis).
- Aumento do êxodo rural, principalmente dos mais jovens.
- Inexistência de um verdadeiro plano para o desenvolvimento rural.
- Uma alta concentração de agricultores no cultivo de caju.
- Baixa diversificação de culturas de rendimento (gergelim, algodão, amendoim, outras culturas frutíferas).
- Número insuficiente de indústrias agroalimentares (emprego jovem e redução de perdas).
- Problemas de armazenamento, conservação e comercialização de produtos agrícolas.
- Falta de um sistema de crédito funcional e sustentável.
- Falta de atenção a outras actividades extra-agrícolas (óleo de palma, mel, etc.).
- Baixa valorização de produtos florestais.
- Coordenação deficiente entre as várias partes envolvidas na luta pela SAN.
- A inexistência de planos de desenvolvimento local que possam ser valorizados.
- Baixo aproveitamento do potencial hídrico existente no país

Intervenções no sector da educação

No sector da educação, foram integradas noções sobre nutrição nos programas do ensino básico. Concomitantemente, criou-se o Programa Nacional de Cantinas Escolares, que teve início em 2010, tendo sido precedido de um conjunto de medidas, incluindo a elaboração de uma Estratégia Nacional de Alimentação Escolar e a formulação de uma Lei de Alimentação Escolar, mas que, no que concerne a esta última, não chegou a ser aprovada. Em contrapartida, foi aprovado e promulgado um Decreto-Lei sobre a alimentação escolar. Sempre com um forte apoio do PAM, estas medidas culminaram na criação de uma Direção Geral de Cantinas Escolares a nível do Ministério da Educação e do Comité Interministerial de Alimentação Escolar em 2011. Consecutivamente, adotou-se uma Estratégia de Produção Local para Alimentação Escolar, por forma a garantir a sustentabilidade das medidas preconizadas no quadro do esforço para garantir uma alimentação adequada nas escolas. Mais tarde, criaram-se os Comités Regionais e Sectoriais de Alimentação escolar e um Comité de Cantina Escolar em cada escola, de tal forma que até 2018, em cada uma das 758 escolas abrangidas pelo programa, havia um Comité de Cantina Escolar, considerada a mais sólida estrutura de base dentre as estruturas estabelecidas.

Também foram criadas e/ou dinamizadas as Hortas Escolares, que funcionaram entre 2009 e 2014. A partir de 2011 começaram a funcionar as *Escolas Amigas das Crianças*, uma iniciativa que foi depois reforçada com a introdução de noções básicas de nutrição no plano de formação das animadoras do pré-escolar comunitário nas escolas amigas da criança, em 2013, nas regiões de Bafatá, de Gabu e de Oio. Num esforço conjunto INDE e PAM, procedeu-se à atualização do curriculum sobre educação nutricional, cuja implementação deve começar no ano letivo 2018/2019. Seguiram-se depois as campanhas de desparasitação em massa das crianças em idade escolar (ensino básico). Foram introduzidas noções de nutrição no plano de formação dos animadores e nos módulos dos centros de alfabetização das regiões de Oio, de Bafatá e de Gabu, como objecto de aprendizagem para os níveis 2 e 3 de alfabetização.

Intervenções no sector de água-higiene-saneamento

O Governo da GB desenvolveu um Plano Nacional da Água e um Plano Nacional de Saneamento e Higiene (2010-2020). Estes planos têm como objectivo melhorar o acesso à água potável e às boas condições de higiene e saneamento, sobretudo a adopção de práticas, como a lavagem das mãos com sabão e a eliminação das práticas de defecação ao ar livre, que se espera vir a ter um impacto positivo na redução das doenças diarreicas, infecciosas e parasitárias, e assim contribuir para a melhoria do estado nutricional da população.

No quadro da implementação destes Planos, o Governo, em colaboração com os parceiros internacionais, tem financiado a construção, em centros semiurbanos, de pequenos

sistemas e furos com bombas manuais, latrinas, e tem levado a cabo campanhas de sensibilização em favor da lavagem das mãos e da utilização correcta das latrinas. Em paralelo, foram harmonizadas mensagens de promoção de boas práticas para a água, higiene e saneamento a serem utilizadas por todos os atores a nível nacional. Infelizmente, no quadro da elaboração desta estratégia, não foi possível aceder a informações que permitam uma avaliação e um balanço sistemático da implementação destes planos.

O Programa de Saneamento Total Liderado pela Comunidade, lançado em 2010, permitiu que mais de 250 comunidades de todo o território nacional (cobrindo 74 mil habitantes) tivessem sido declaradas, em 2012, sem práticas de defecação ao ar livre.

Intervenções no domínio da protecção social

O projecto *Intervenção Prolongada de Socorro e de Recuperação* (2013-2014), implementado pelo PAM, foi pensado para apoiar os grupos vulneráveis e as comunidades afectadas pela crise pós-eleitoral de 2012, com o objectivo de lutar contra a desnutrição, reforçar o capital humano pela educação e reconstruir os meios de subsistência. As actividades de nutrição visam dar resposta à grande prevalência da desnutrição aguda nas crianças com idades compreendidas entre os 6 meses e os 59 meses, nas grávidas, nas mulheres que amamentam, bem como nos doentes com tuberculose e em terapia retroviral. A operação permitiu melhorar o acesso aos alimentos através de actividades géneros-por-activos e aumentar a taxa de escolarização através da alimentação escolar.

Para além das respostas envolvendo as instituições nacionais, o Governo tem articulado com seus parceiros internacionais, tanto no quadro bilateral como multilateral. Uma destas parcerias é a que se verifica ao nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Tendo em conta a mais alta prioridade de erradicação da fome e da pobreza, os Estados-membros da CPLP decidiram adotar as bases de entendimento comum para a definição, no quadro da CPLP, de uma Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN). A formulação desta estratégia está a ser coordenada pelo Secretariado Executivo da CPLP e conta com o apoio da FAO. O seu foco é a construção e o reforço institucional como forma de melhorar a coordenação, coerência e alinhamento das políticas nos seus diferentes níveis (local, nacional, regional, global) com base numa perspectiva que envolva todos os intervenientes e que seja multiterritorial.

Desde 2016, surgiu um elemento novo na resposta nacional às carências existentes em matéria de segurança alimentar e nutricional, que é o envolvimento crescente das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) na produção agrícola, através da criação de campos agrícolas. Em entrevista realizada a responsáveis deste sector, e conforme se constatou durante as auscultações às Forças Armadas, a situação alimentar e nutricional foi, durante muito tempo, extremamente precária, limitando-se a dieta essencialmente ao consumo de arroz.

Partindo do princípio que, em tempo de paz, as Forças Armadas se deviam organizar para dar o seu contributo ao desenvolvimento do país, e tendo em conta a necessidade de contribuir para colmatar as lacunas existentes a nível nacional em matéria de segurança

alimentar e nutricional, a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas decidiu recuperar algumas terras para fins agrícolas, principalmente para a produção de arroz. Neste momento, a dimensão da área cultivada ronda os 200 hectares, incluindo campos agrícolas detidos pelos diferentes comandos e batalhões espalhados pelo país. Estima-se em 128 toneladas a quantidade de arroz produzida por estas unidades durante a colheita de 2016-2017.

O grosso dos trabalhos é feito manualmente, dispondo o sector de apenas dois tratores. O rendimento é, por isso, relativamente baixo, rondando as cinco toneladas por hectare. Uma produção com este perfil não é capaz de satisfazer as necessidades para lá de um mês e meio. No entanto, um aspeto positivo é que a produção reverte para as próprias Forças Armadas, cujo consumo mensal é estimado em 90 toneladas. Há uma vontade de inverter esta situação, introduzindo máquinas que podem tornar tudo mais rentável, tanto a produção como a colheita e a transformação. A transformação do arroz tem custos elevados, o que pode desencorajar qualquer produtor que não tenha outro tipo de apoios.

É preciso, portanto, diversificar a produção. Aliás, algo que as Forças Armadas começaram já a fazer com a implementação de aquacultura nos seus campos agrícolas de Fá Mandinga, Bughul, em Bambadinca e Bedinga Na Nhasse, na zona de Pitche. Se as Forças Armadas produzirem mais, podem contribuir mais para melhorar a sua própria dieta alimentar. Até 2014, a alimentação limitava-se a peixe e carne. Hoje, na base de 1000 francos CFA diários, por cabeça, consegue-se melhorar substancialmente a dieta, introduzindo outros alimentos como legumes, farináceas e proteínas de origem não animal. Por sua vez, uma aposta na promoção de uma política de diversificação da dieta, não apenas baseada no arroz, mas também tubérculos e legumes, por um lado, e de uma política de aumento da produção, por outro, podem contribuir efetivamente para uma redução dos custos que o Estado tem com as Forças Armadas.

Segundo certos responsáveis das Forças Armadas, a GB não é um país de fome. O que existe, na sua opinião, é uma má gestão dos recursos disponíveis, aliada à fraca orientação por parte do Estado. A segurança alimentar, segundo eles, está muito relacionada com a capacidade de se proporcionar às populações uma vida sem carências em termos de alimentação. Por outro lado, perante a ausência de guerra, a produção só pode aumentar. Daí que estejam mais focados na promoção da paz. Além do mais, com as limitações materiais e financeiras existentes, assume-se que não há outra solução senão a promoção da paz duradoura.

Embora de impacto limitado em termos de combate à insegurança alimentar e nutricional a nível nacional, esta nova experiência nas Forças Armadas vale sobretudo pelas potencialidades que oferece em termos do seu alargamento a outros sectores e em termos de provocar uma nova postura face aos problemas que se apresentam ao país neste sector, que consiste em atacar os problemas a partir de um compromisso nacional e de contar com as nossas próprias forças.

Intervenções no domínio legal com vista à conservação da biodiversidade

O Governo e a Assembleia Nacional Popular da GB, no âmbito do seu envolvimento na cena política mundial, sobretudo nos ODS, aprovou vários diplomas normativos com a finalidade de garantir um desenvolvimento harmonioso e sustentado, com vista à preservação dos recursos naturais, nomeadamente:

Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 1/2011, de 2 de Março): esta lei assenta na necessidade de garantir a perenidade e a sustentabilidade da política de proteção, utilização e exploração dos recursos naturais, sobre os quais assenta o desenvolvimento socioeconómico do país⁵⁰.

Lei sobre Avaliação Ambiental (Lei n.º 10/2010, de 24 de Setembro): um instrumento de política ambiental, cujo processo consiste em avaliar sistematicamente as possibilidades, as capacidades, as funções e os valores dos recursos dos sistemas naturais e humanos, com vista a facilitar a planificação do desenvolvimento durável e a tomada de decisões em geral, assim como prever e gerir os potenciais impactos identificados⁵¹.

Revisão da Lei Quadro das Áreas Protegidas (Decreto-Lei n.º 5/2011, de 1 de Março): destinado a colmatar a degradação do capital biológico causado por práticas incompatíveis com princípios de práticas de uma gestão durável dos recursos naturais, resultante da pobreza das comunidades rurais, e de modo a fazer face às diversas pressões e ameaças à conservação da diversidade biológica no meio natural, atenuando ou mesmo eliminando a degradação dos habitat e dos ecossistemas, e promovendo, por conseguinte, um desenvolvimento socioeconómico perene, fixando como um dos seus objetivos a utilização durável e participativa do património biológico e natural⁵².

Lei Florestal (Decreto-Lei n.º 5/2011, de 22 de fevereiro): instrumento de política florestal indispensável e regulador de um quadro estrutural preciso e rigorosamente sistémico, com vista a uma gestão durável dos recursos florestais⁵³.

Criação do Instituto de Biodiversidade e das Áreas Protegidas – IBAP (Decreto n.º 2/2005, de 14 de Março): o objectivo da criação do IBAP foi o de propor, coordenar e executar a política e as ações relativas à biodiversidade e às áreas protegidas em toda a extensão do território nacional, com vista a promover e salvaguardar os ecossistemas, a biodiversidade e as áreas protegidas, bem como promover a utilização social e económica durável desses recursos dentro do território nacional, incluindo os cursos de águas continentais e marinhas⁵⁴.

Criação de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP): foi criado um conjunto de áreas protegidas, entre as quais a Reserva de Biosfera de Bolama-Bijagós⁵⁵, da qual fazem parte o Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango⁵⁶, o Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão⁵⁷ e a Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Formosa, Nago e Chediã (Urok)⁵⁸. O SNAP integra ainda os Parques Nacionais de Cantanhez, de Dulombi e de Boé, os Parques Naturais das Lagoas de Cufada e de Tarrafes de Rio Cacheu, e os Corredores de Caça Tchetché, Salifo e Cuntabane, áreas que, na sua totalidade, cobrem 26% do território nacional, constituindo exemplos edificantes da convivência do homem

50 Boletim Oficial n.º 11 (2.º Suplemento), de 2 de março de 2011.

51 Boletim Oficial n.º 38 (4.º Suplemento), de 24 de setembro de 2010.

52 Boletim Oficial n.º 9 (Suplemento), de 1 de março de 2011.

53 Boletim Oficial n.º 8 (Suplemento), de 22 de fevereiro de 2011.

54 Boletim Oficial n.º 11, de 14 de março de 2005.

55 Oficializado em dezembro de 1997.

56 Decreto-Lei n.º 11/2000, de 4 de dezembro (publicado no Boletim Oficial n.º 49, de 4 de dezembro de 2000).

57 Decreto n.º 6-A/2000, de 23 de agosto de 2000 (publicado no Boletim Oficial n.º 34 [2.º Suplemento], de 23 de agosto de 2000).

58 Decreto n.º 8/2005, de 12 de julho (publicado no Boletim Oficial n.º 28).

com o seu meio, já que as áreas protegidas, na Guiné-Bissau, constituem também zonas de vivência de comunidades. O país, embora em termos de superfície não seja grande, é dos poucos países em África que atingiram os objetivos de Aichi, nomeadamente o objetivo estratégico C sobre a **diversidade genética** que preconizava que pelo menos 17% das áreas terrestres fossem conservadas por um sistema de áreas protegidas.

Revisão da Lei Geral das Pescas (Decreto-Lei n.º 10/2011, de 7 de Junho): define o quadro legal adequado à conservação, à preservação, à gestão e ao aproveitamento sustentado dos recursos pesqueiros objetos de exploração, e incorpora no ordenamento jurídico nacional os princípios universais do Código de Conduta para a Pesca Responsável consagrados na Convenção da Diversidade Biológica, e ainda as disposições regionais no âmbito das instituições de que o país é membro.

Organização da resposta nacional face às capacidades institucionais e mecanismos de coordenação

Lamenta-se o facto de estas ações terem sido implementadas de forma isolada, com uma coordenação deficiente entre os sectores. Por exemplo, do ponto de vista formal, é reconhecido que as causas da malnutrição são multifatoriais, mas descurou-se o facto de a resolução dos problemas de segurança alimentar e nutricional também exigir uma abordagem holística multisectorial, a qual pode ser resumida à existência formal de estruturas e instâncias de coordenação, exigindo igualmente meios adequados à prossecução dos objetivos anunciados. A título de exemplo, e segundo o estipulado no papel, a coordenação institucional do sector da nutrição encontra-se sob a autoridade direta do Primeiro-Ministro, assistido pelos Ministros da Saúde e da Agricultura. Desconhece-se, no entanto, se tem havido esta liderança, e com que efetividade, assim como se desconhece o modo como a coordenação é feita entre estas estruturas estatais.

No quadro da implementação da Política Nacional de Nutrição, foi instituído um Comité Nacional Multissetorial, representativo de um conjunto de pelo menos dezasseis ministérios e outras instituições relevantes como a ANFA, a Associação dos Consumidores e várias organizações da sociedade civil. Para além das múltiplas tarefas que lhe foram consignadas, este Comité tinha como missão atualizar a Política Nacional de Nutrição, tendo por base uma abordagem multisectorial, que assegurasse a elaboração, a implementação e o seguimento do Plano Estratégico Nacional para Nutrição e zelasse pela coordenação das ações de nutrição na GB. Este Comité devia reunir-se uma vez a cada seis meses, sob convocação do Primeiro-Ministro.

Em termos gerais, os recursos humanos e financeiros postos à disposição ou gerados pelas estruturas envolvidas na implementação e na coordenação das atividades acima referidas, não estão à altura de uma ação desta natureza, e o tempo que se lhe dedica também está aquém do desejado. A Direção do Serviço de Alimentação, Nutrição e Sobrevivência da

Criança, do Ministério da Saúde Pública, tem como papel definir as políticas de promoção e atenção no âmbito da Nutrição. Esta direção, que apoia o ponto focal SUN (em Inglês, *Scaling Up Nutrition*) nas suas tarefas, faculta a partilha de informação e assegura o seu seguimento, debate-se neste momento com uma falta gritante de recursos humanos, dispendo de apenas duas pessoas. Por outro lado, estas estruturas não têm merecido o devido acompanhamento e avaliação, o que, a longo prazo, acaba por afetar negativamente o seu impacto, tornando impossível a sua sustentabilidade.

Cada ministério é responsável pela elaboração, financiamento, implementação e seguimento dos planos operacionais anuais decorrentes do plano de acção intersectorial em relação com o seu mandato e as orientações e prioridades políticas definidas. No cumprimento destas missões, o Comité Nacional de Nutrição foi dotado de um Secretariado Executivo, que é assegurado pela Direção do Serviço de Alimentação, Nutrição e Sobrevivência da Criança do Ministério da Saúde (DSANSC).

Contudo, estas estruturas foram pouco implementadas ou ficaram apenas no papel. Os recursos financeiros, humanos e técnicos disponíveis hoje no Ministério da Agricultura e outros com maior intervenção neste domínio, são muito limitados.

Segundo o estudo realizado sobre a segurança alimentar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), chegou a existir, ao nível do Ministério da Economia, Plano e Desenvolvimento Regional, um Gabinete de Planificação de Segurança Alimentar (GPSA) que é considerado estrutura de coordenação e planificação. No entanto, este órgão não chegou a entrar em funcionamento, pois não tinha uma missão concreta, carecia de quadros competentes e de recursos financeiros, materiais e de transporte.

Para colmatar esse vazio institucional criou-se então o Grupo Temático de Segurança Alimentar e Nutricional (GTSAN), constituído pelos principais parceiros de desenvolvimento, ministérios e ONG. Este órgão *ad hoc* tinha por objetivo promover uma maior concertação e partilha de informação entre os principais atores e devia ser presidido, alternadamente, pela FAO e pelo PAM. Mais especificamente, o GTSAN devia:

1. Coletar, analisar e partilhar informações sobre segurança alimentar e nutrição;
2. Identificar necessidades de segurança alimentar e nutricional;
3. Propor respostas de atendimento a populações vulneráveis na área de segurança alimentar e nutricional;
4. Alertar as partes interessadas do sector da Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo o partido nacional, o Coordenador Humanitário e os doadores, caso as necessidades básicas de segurança alimentar e nutricional não sejam cobertas;
5. Defender a promoção da segurança alimentar e nutricional entre instituições nacionais e doadores;
6. Assegurar a coordenação e a complementaridade dos estudos e aproveitar todas as oportunidades para desenvolver programas conjuntos na área da Segurança Alimentar e Nutricional.

Acrescente-se que o Grupo Temático é um quadro de discussão onde os parceiros apresentam ideias, projetos, pesquisas, resultados, fornecendo recomendações ao Governo e outros parceiros. Ele funcionou entre 2009 e 2014. Em 2016, o PMA tentou reativá-lo e discutiu com o Secretário de Estado da Segurança Alimentar, mas esta diligência não surtiu os efeitos desejados. Provavelmente, vale a pena considerar a possibilidade de ressuscitá-lo ou ter um mecanismo semelhante de coordenação e diálogo. O SiSSAN não é uma substituição ou duplicação do GTSAN, mas uma ferramenta que pode ajudar a alcançar o objetivo 1 do GTSAN, que é coletar, analisar e partilhar informações sobre segurança alimentar e nutrição.

A julgar ainda pelo estudo sobre a segurança alimentar nos PALOP, a participação social é limitada e ocorre de uma forma pontual, descontínua e apenas através de consultas a atores relevantes em função de necessidades específicas, por iniciativa do Ministério da Agricultura. A sociedade civil tem feito um esforço no sentido de se articular e de trabalhar em conjunto na temática da SAN. Em 2008, foi realizada a conferência nacional da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB), com mais de 60 membros, que posteriormente lançou um processo de reestruturação interna que culminou, em 2014, com a legitimação de novos órgãos diretivos e a adoção do plano de ação, cuja prioridade se centrou na influência do processo de institucionalização do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), concretizada através de decisão do Conselho de Ministros em Novembro de 2017, e cuja implementação aguarda pela aprovação através um decreto.

Ao nível central, as ONG tinham um espaço de concertação através da Plataforma de Concertação das Organizações Não-Governamentais na Guiné-Bissau (PLACON-GB), mas esta estrutura deixou de funcionar. De acordo com os dados recolhidos, existem em todo o país cerca de 1500 ONG, das quais apenas 87 estão filiadas, a nível central, na Associação Nacional dos Agricultores Guineenses (ANAG), que tem delegações regionais em todo o país. Existem ainda cerca de 80 associações de mulheres que estão filiadas, a nível central, na Associação das Mulheres de Actividade Económica (AMAE). Outra estrutura importante neste domínio é o Quadro Nacional de Concertação das Organizações dos Camponeses e Produtores Rurais (QNCOCPR), cuja criação foi impulsionada pela Rede das Organizações dos Camponeses e Produtores Agrícolas da África Ocidental (ROPPA).

Relativamente ao sector privado, os agentes económicos desenvolvem o seu espaço de concertação, a nível central, através da Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS), a qual funciona como interlocutor privado com o Governo. Esta estrutura tem delegações regionais em todo o país e conta com cerca de 12 mil membros dos sectores formais e informais comerciais, industriais e agrícolas. Existe igualmente a Câmara de Comércio da Guiné-Bissau que, em muitos aspetos, concorre com a CCIAS, não existindo entre elas qualquer colaboração e muito menos coordenação no que diz respeito aos aspetos ligados à SAN.

Os recursos financeiros necessários à implementação dos programas e dos planos nem sempre estiveram à altura das necessidades identificadas, afetando logo à partida o nível de realização de cada um deles e do seu conjunto. Estas limitações financeiras provêm do facto de os problemas nem sempre serem equacionados globalmente, com cada projeto a ser entendido, por um lado, como uma ilha isolada dentro do vasto arquipélago de problemas e, por outro, num potencial concorrente dos projetos afins em termos de procura e captação de financiamento, sobretudo quando este provém do exterior.

Os projetos e os planos implementados carecem de visibilidade a nível nacional. Uma publicitação adequada dos mesmos podia evitar a duplicação de esforços e promover o aproveitamento das vantagens da cada projeto pelas populações, bem como a possibilidade de algum controlo por parte das populações beneficiárias.

Para além dos programas e dos planos mais direcionados para a resolução dos problemas de SAN, o Governo aprovou um conjunto de leis que visam criar um ambiente propício ao desenvolvimento do SAN, das quais se destacam a Lei da Terra, o Projeto Lei de Aleitamento Materno, a Lei Florestal, a Lei de Base do Ambiente, a Lei Quadro das Áreas Protegidas e a Lei Geral das Pescas.

Tentou-se, por duas vezes, que a Secretaria de Estado da Segurança Alimentar, entretanto criada, se tornasse operacional, mas a verdade é que tal nunca chegou a acontecer, por falta de recursos humanos qualificados.



5 BRECHAS NA RESPOSTA À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



As principais brechas encontradas na resposta à insegurança alimentar e nutricional foram:

1. Utilização indevida e/ou insuficiente do potencial natural;
2. Quadro legal deficitário, não harmonizado e pouco divulgado;
3. Falta de mecanismos de coordenação das ações implementadas e de sinergias entre os principais intervenientes;
4. Informação sobre as ações desenvolvidas não sistematizadas e não-divulgadas;
5. Recursos humanos, financeiros e/ou factores de produção insuficientes e/ou não disponibilizados atempadamente;
6. Não implementação de um programa de educação alimentar e nutricional;
7. Inexistência de laboratórios de análise e de certificação dos produtos alimentares acreditados (credenciados)

Utilização insuficientes e/ou indevida do potencial natural

A cobertura vegetal do país tem sofrido um recuo considerável em termos de superfície e, consequentemente, uma perda de habitat e de biodiversidade, devido aos seguintes fatores:

1. Inexistência de uma zonagem agroecológica que permita uma melhor utilização dos espaços para produção e conservação do capital fitográfico, evitando-se assim a substituição, em grande escala, da cobertura natural por plantações de cajueiros.

2. Exploração desenfreada dos recursos florestais lenhosos, sobretudo nos períodos de maior instabilidade político-institucional, com abates seletivos de espécies de grande valor comercial (por exemplo, *Pterocarpus erinaceus*, *Khaya senegalensis*), com danos colaterais em outras espécies da cobertura, nomeadamente através da abertura de pistas de evacuação dos troncos das plantas abatidas.

3. Queimadas resultantes da necessidade de regeneração das áreas de pastagem.

4. Ausência de definição dos domínios florestais do Estado e dos domínios das colectividades locais.

O último ponto tem a ver com as iniciativas locais de conservação de espaços considerados vitais pelas comunidades (florestas comunitárias / áreas comunitárias de conservação) localizados dentro dos limites tradicionais das tabancas, que muitas das vezes chocam com as decisões institucionais em relação à exploração autorizada desses espaços por terceiros, engendrando assim conflitos.

Embora com recursos pesqueiros abundantes e diversificados, os quais deveriam proporcionar uma disponibilidade e acesso a todos os cidadãos nacionais, tal não acontece devido às seguintes situações:

- Fracas capacidades institucionais e humanas para responder aos desafios ligados ao desenvolvimento do sector, nomeadamente em termos de planificação, vigilância e controlo da exploração dos recursos haliêuticos, e promoção dos investimentos privados.
- Fraco conhecimento dos recursos pesqueiros explorados e os ecossistemas marinhos.
- Insuficiência das infraestruturas para apoiar a conservação e a transformação dos produtos do mar.
- Fracos meios de fiscalização e de controlo das embarcações de pesca e de combate às atividades ilícitas na ZEE.

No que diz respeito aos problemas ligados aos solos e às suas aptidões agrícolas e à sua utilização, a disponibilidade atual permitiria satisfazer as necessidades da população guineense através de uma agricultura diversificada, se as políticas traçadas para o sector agrário fossem implementadas (CPDA, PNIA), se a agricultura considerada como motor prioritário para o desenvolvimento económico do país se traduzisse na sua fatia no OGE. Tal não acontece, já que há mais de 40 anos que o OGE atribui menos de 2% à agricultura, com uma taxa de execução de cerca de 1,8%, mesmo depois de o Governo se ter comprometido com a Declaração de Maputo.

A criação de áreas protegidas, medida importante na conservação e na utilização racional e sustentável dos recursos naturais, levanta um problema de duplicidade de gestão de espaços consagrados à proteção, uma vez que, no ordenamento nacional, as suas localizações geográficas se inserem dentro de limites administrativos com autoridades estatais, originando conflitos de competências.

As diferentes leis ambientais são desprovidas de uma clara definição e hierarquização dos diferentes intervenientes, fomentando uma «espécie de concorrência» entre os atores envolvidos, em vez de sinergias, conduzindo a conflitualidades institucionais.

No que diz respeito aos problemas ligados aos solos e às suas aptidões agrícolas e à sua utilização, a disponibilidade atual permitiria satisfazer as necessidades da população guineense através de uma agricultura diversificada, se as políticas traçadas para o sector agrário fossem implementadas (CPDA, PNIA), se a agricultura considerada como motor prioritário para o desenvolvimento económico do país se traduzisse na sua fatia no OGE. Tal não acontece, já que há mais de 40 anos que o OGE atribui menos de 2% à agricultura, com uma taxa de execução de cerca de 1,8%, mesmo depois de o Governo se ter comprometido com a Declaração de Maputo.

A criação de áreas protegidas, medida importante na conservação e na utilização racional e sustentável dos recursos naturais, levanta um problema de duplicidade de gestão de espaços consagrados à proteção, uma vez que, no ordenamento nacional, as suas localizações geográficas se inserem dentro de limites administrativos com autoridades estatais, originando conflitos de competências.

As diferentes leis ambientais são desprovidas de uma clara definição e hierarquização dos diferentes intervenientes, fomentando uma «espécie de concorrência» entre os atores envolvidos, em vez de sinergias, conduzindo a conflitualidades institucionais.

Falta de harmonização e divulgação do quadro legal que rege o sector de segurança alimentar e nutricional

A Constituição da Guiné-Bissau reza, no seu Artigo 29.º, alínea 2, que os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem. O país ratificou a maioria dos tratados internacionais relativos aos direitos humanos, em especial os que dizem respeito ao direito à alimentação adequada e à SAN. É, pois, obrigação do Estado garantir os direitos fundamentais, entre os quais, o direito à alimentação adequada e à SAN, em termos constitucionais e legais, pelo que a adoção de um Projeto de Emenda Constitucional e a sua inserção na Constituição nacional garantiria esse direito fundamental. Neste quadro, seriam importantes a aprovação e a promulgação da Proposta de Lei Quadro do Direito à Alimentação, que já vem de 2016.

Um dos principais constrangimentos observados é a ausência de um quadro integrado de coordenação dos diferentes sectores que atuam no âmbito da segurança alimentar e nutricional, para que a implementação das diferentes políticas sectoriais seja efetiva e se consiga garantir a SAN.

Amamentação

Como vimos atrás, a fraca adesão à amamentação exclusiva constitui um dos principais desafios no que diz respeito à alimentação e nutrição das crianças de baixa idade. Entretanto, é sabido que “o aleitamento materno é a intervenção individual mais importante e de baixo custo que pode reduzir 13% das mortes em crianças com menos de cinco anos de idade. Associada a outras intervenções, como a orientação da alimentação complementar, a reidratação oral e o uso de inseticidas, poderia prevenir mais de um terço de todas as mortes infantis no mundo”⁵⁹.

A Estratégia Global para a Alimentação de Lactentes e Crianças de Primeira Infância (EGALCPI) foi desenvolvida, em 2002, pela OMS e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com o objetivo de melhorar, através de uma alimentação ótima, o estado nutricional, crescimento e desenvolvimento, saúde e, por conseguinte, a sobrevivência de lactentes e crianças de primeira infância. Esta iniciativa representa um grande avanço, mas ela ainda tem um longo caminho a percorrer.

A Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), que está inserida na EGALCPI e visa apoiar a amamentação exclusiva, desde o nascimento até aos seis meses de vida, e a continuidade da amamentação até os dois anos ou mais, através da introdução de alimentação complementar adequada e no momento oportuno, é outra grande e louvável iniciativa, mas que continua a esbarrar com obstáculos motivados pela inércia de um comportamento não adequado, provavelmente motivado por razões culturais. Os seus critérios globais compreendem a adesão aos *Dez passos para o sucesso do aleitamento materno* e ao *Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno*.

59 Jones et al. (2003), How many child deaths can we prevent this year? Lancet 362(9377):65-71.

Para que o direito à amamentação seja apoiado e protegido, é necessário que algumas leis sejam aprovadas e implementadas, nomeadamente:

1. Proposta de Lei de Comercialização e Marketing de Substitutos do Leite Materno – redigida desde setembro de 2012, continua a aguardar a sua aprovação e regulamentação.
2. No quadro da *Iniciativa Hospital Amigo da Criança*:
 - a) Critérios de credenciamento dos hospitais;
 - b) Lei Alojamento conjunto obrigatório em todos os serviços de maternidade – Passo 7 da IHAC.
3. Leis de Proteção às Práticas de Alimentação Infantil:
 - a) Licença de maternidade – Aumentar o período de licença de maternidade de 60 para 180 dias, harmonizando-a com a recomendação de amamentação exclusiva durante 6 meses (180 dias);
 - b) Licença de paternidade;
 - c) Lei que regulamenta a propaganda abusiva dos produtos que interferem na amamentação. A Lei deve ser elaborada com base na Lei de Comercialização e Marketing de Alimentos para Lactentes e Criança de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Biberões (NBCAL-normas brasileiras de comercialização de alimentos para lactentes e primeira infância). A Lei deve prever um quadro contraordenacional para os estabelecimentos de saúde, as empresas e média que não se enquadrarem nos dispositivos da legislação.
4. Leis de Proteção no Trabalho e Direito à Amamentação – Sala de amamentação nos locais de trabalho.

Gestão Integrada da Desnutrição Aguda

O Protocolo Nacional da Gestão Integrada da Desnutrição Aguda (PGIDA) foi validado e a sua implementação teve início, mas depara-se com constrangimentos vários, entre os quais: a) A não formação de todos os técnicos de saúde em manejo da desnutrição aguda; b) A grande rotatividade dos técnicos de saúde, o que leva ao encerramento de alguns centros de recuperação nutricional por falta de técnicos formados em manejo do PGIDA; c) Fraca integração de outros serviços de saúde afins com os centros de recuperação nutricional.

A inclusão do PGIDA nos currículos dos cursos de medicina e de enfermagem podia promover a preparação destes técnicos para a aplicação do protocolo, diminuindo os custos com a formação e prevenindo a morte de menores de 5 anos.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O PNSA, elaborado em 2007, com vigência para o período 2009-2013, não aprovado pelo Conselho de Ministros, propõe a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), através de um Decreto ou Despacho governamental, e a inscrição no OGE de um fundo de funcionamento da Unidade de Gestão do PNSA e a aquisição de equipamentos. Este órgão deveria funcionar na dependência direta do Primeiro-Ministro enquanto órgão de consulta do Governo.

Somente em 2017 foi elaborado o Estatuto que cria o CONSAN e lhe atribui a missão de promover a educação nutricional e a realização do direito humano à alimentação adequada, apoiar a coordenação e o monitoramento de políticas, programas e outros instrumentos sectoriais com impacto ao nível da segurança alimentar e nutricional, assim como promover sinergias entre os sectores implicados, zelar pela convergência e coerência de políticas e programas desenvolvidos pelo Governo e pelos atores não-estatais nas áreas relacionadas ou com impacto na segurança alimentar e nutricional. Este Decreto foi aprovado em Conselho de Ministros, mas aguarda a promulgação da Presidência da República

Falta de coordenação e de sinergia nas ações dos principais *stakeholders*

A perceção dos diferentes grupos auscultados aponta para a falta de coordenação e de sinergias entre os principais intervenientes como uma das causas de insegurança alimentar no país.

As diferentes plataformas criadas em torno da SAN, as ONG, o sector privado e o sector público não conseguem desenvolver um trabalho coordenado, em sinergia, pelo que os programas implementados não conseguem beneficiar a população como um todo. São projetos sectoriais, desenvolvidos em determinadas regiões do país, para um público-alvo determinado, mas não se integram dentro de um programa a nível nacional.

Falta de informação sistematizada (disponibilidade e circulação atempadas) sobre segurança alimentar e nutricional

O objetivo da sistematização e da atualização de dados fiáveis para documentação e seguimento do estado alimentar e nutricional é permitir, não só a verificação da implementação das políticas e dos planos estratégicos adotados, mas também a avaliação da adequação das medidas implementadas e, assim, permitir ajustamentos devidamente fundamentados.

O Instituto Nacional de Saúde Pública (INASA) é a instituição nacional responsável pela implementação de um sistema de seguimento e avaliação dos programas e projetos dos serviços de saúde no país. Neste momento, por falta de meios técnicos e financeiros, as informações recolhidas mensalmente pelas estruturas de saúde não são sistematizadas nem são disponibilizadas atempadamente.

Os inquéritos que se realizam a nível nacional – MICS e SMART são da responsabilidade do INE. Estes inquéritos dependem de financiamento e apoio técnico da UNICEF e de outros parceiros. O último inquérito SMART foi realizado em 2012 e tinha como uma das recomendações que a sua periodicidade fosse de 2 anos. O MICS deveria ter uma periodicidade de 4 anos. O último MICS foi realizado em 2014 e o próximo encontra-se em preparação, devendo iniciar-se a recolha de dados no último trimestre de 2018. Como vimos atrás, O SiSSAN, iniciado em 2015, e que tem sido realizado regularmente, continua a colmatar algumas brechas em termos de informação sobre segurança alimentar e nutricional.

Insuficiência de recursos financeiros e/ou disponibilização atempada

A instabilidade política que perdura no país há décadas tem levado a uma instabilidade de programas e políticas importantes para o desenvolvimento do país. O OGE não consegue suprir as necessidades, pelo que o país se vê obrigado a recorrer ao endividamento externo e às ajudas dos parceiros de desenvolvimento.

A Direção de Serviço de Alimentação, Nutrição e Sobrevivência da Criança depara-se com uma grave dependência financeira dos parceiros internacionais de desenvolvimento. A parcela do OGE alocada à saúde é pequena (8%) e aquela que é destinada à DSANSC é totalmente consumida pelo pagamento de salários. Para além da falta de recursos financeiros a DSANSC encontra-se sem recursos humanos, tendo no seu quadro somente dois técnicos.

Deficiente funcionamento das estruturas de certificação dos produtos alimentares

O controlo de qualidade dos produtos, seja dos importados seja dos produzidos nacionalmente, é muito importante para garantir que os alimentos/produtos colocados à disposição dos consumidores guineenses não atentam contra a sua saúde.

Os laboratórios de análise e de certificação de produtos existentes no país não estão credenciados, pelo que não são reconhecidos a nível internacional.

Existe o Laboratório de Controlo de Qualidade do Pescado, mas não existe coordenação entre o Ministério das Pescas e o Ministério do Comércio.

Laboratório Nacional de Saúde Pública – Apesar de existir legislação sobre a fortificação de alimentos, este laboratório não tem a capacidade para detetar e certificar os alimentos fortificados.

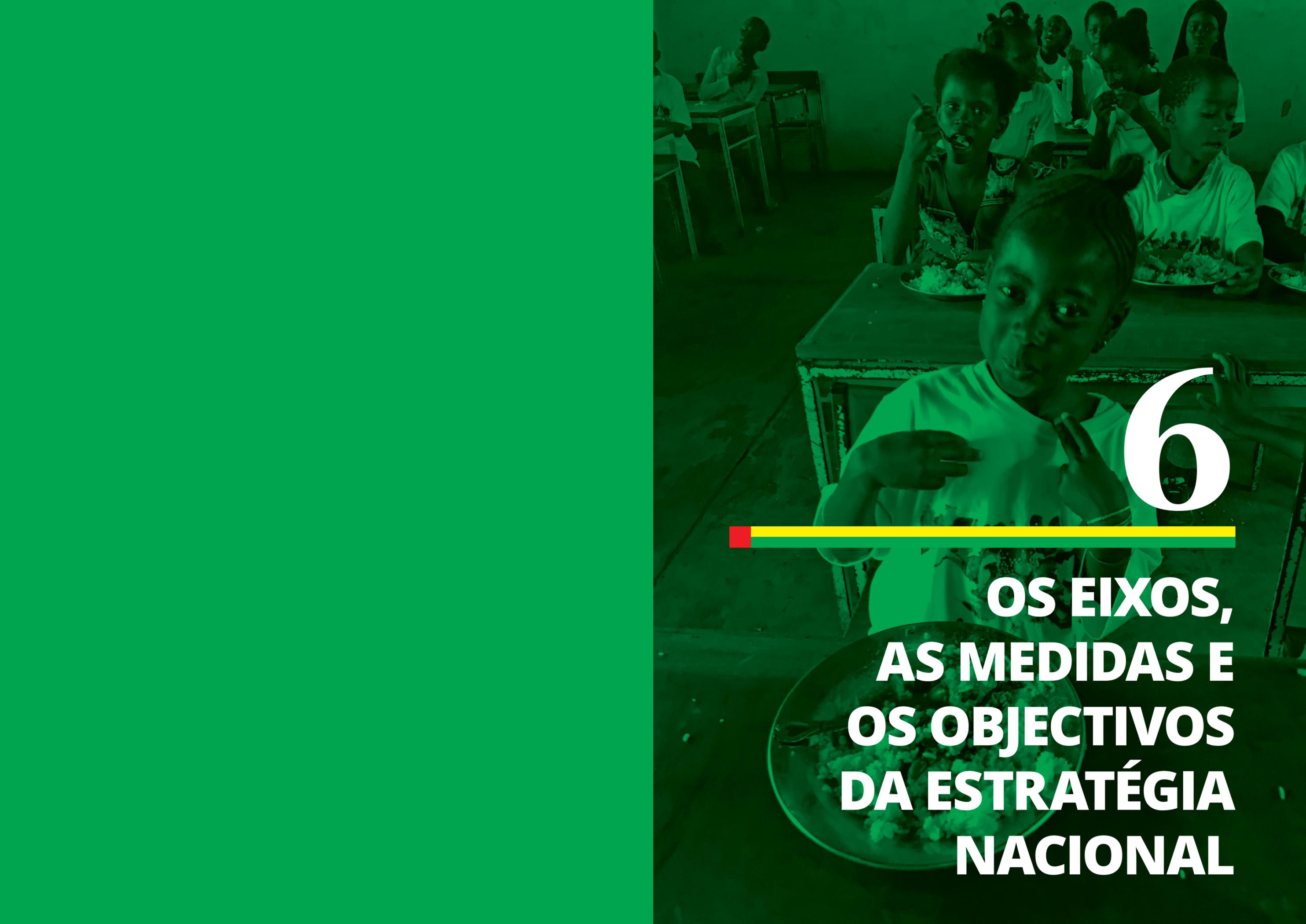
Ausência de um programa de educação alimentar e nutricional nacional e do consumidor

Os grupos auscultados foram unânimes em afirmar que a população guineense se alimenta mal, não apenas em quantidade como também em qualidade. Por vezes de qualidade duvidosa, os produtos importados são preferidos em detrimento da produção nacional local. Ademais, a população não possui informação sobre o que, como e quanto comer.

O regime alimentar é influenciado pela origem étnica, pela cultura, pelo poder económico, pelo nível de escolaridade e pelo *marketing*. Os mitos e os rituais também desempenham um papel importante nas escolhas alimentares dos guineenses.

Os programas de educação, nos diferentes níveis de escolaridade, não conseguem atingir os seus objetivos. Seja por problemas relacionados com o não cumprimento do calendário escolar, seja por o tema não estar a ser devidamente implementado. Além disso, a educação nutricional não está a ser feita por profissionais da área.

A carência de profissionais no setor da alimentação e da nutrição também contribui para o agravamento da situação. O não conhecimento da importância da alimentação para a saúde, das melhores escolhas alimentares a partir dos alimentos disponíveis, dos cuidados de higiene na preparação e na conservação dos alimentos, levam a práticas que contribuem para um estado nutricional precário, prejudicando assim a saúde dos consumidores.



6

**OS EIXOS,
AS MEDIDAS E
OS OBJECTIVOS
DA ESTRATÉGIA
NACIONAL**



Embora até à presente data não tenha sido delineada deliberadamente nenhuma estratégia de luta contra a fome e pela segurança alimentar e nutricional na GB, isto não significa que a SAN tenha sido deixada completamente de lado, o que, aliás, ficou amplamente demonstrado no capítulo 4 deste documento. O que se pretende é, pois, reveritar algumas destas orientações, reformular as que se revelarem pertinentes para o contexto atual, perspetivar o desenvolvimento do sector num horizonte temporal de médio prazo e traçar as diretivas que conduzirão as nossas ações na persecução dos nossos objetivos. O objetivo geral da *Estratégia Fome Zero* é, assim, fornecer um roteiro que possa servir de orientação estratégica ao Governo e aos seus parceiros internacionais na persecução do ODS-2, isto é, acabar com a fome na GB até 2030, permitindo assegurar a implementação, a extensão e a sinergia das intervenções diretas no sector da segurança alimentar e nutricional, com vista a melhorar o estado nutricional dos guineenses.

A necessidade de elaboração do presente documento surge da constatação de que existe ainda, em matéria de formulação de uma verdadeira estratégia de segurança alimentar, um conjunto de constrangimentos, nomeadamente a reduzida prioridade que é concedida à coordenação das ações, a par da existência de poucas ações capazes de integrar as principais dimensões da SAN e a limitada integração de políticas. De facto, este documento é, em grande medida, uma emanação do voluntarismo consubstanciado nas respostas e nas ações que o precederam.

Das políticas, programas e ações levadas a cabo pelo Estado, em parceria com os seus parceiros, emergem alguns princípios que são atuais e que vale a pena aqui recapitular, devendo servir de base à formulação da atual estratégia de luta contra a fome na GB.

O primeiro é o da responsabilidade pública. O Estado tem assumido um papel preponderante na formulação e implementação das ações desenvolvidas, com vista à garantia da segurança alimentar e nutricional. Este princípio deve ser mantido e reforçado. A vigência de uma economia de mercado, as flutuações do preço dos produtos alimentícios importados, assim como dos produtos de exportação nacionais, mas também as fragilidades que ainda continuam a caracterizar a economia guineense e a vulnerabilidade de certas franjas da população, exigem uma forte intervenção do Estado enquanto promotor, catalisador e regulador do desenvolvimento e da segurança alimentar e nutricional.

O segundo princípio é o de inclusão e participação. Os constrangimentos que se colocam à segurança alimentar e nutricional e a luta contra a fome são multifacetados e exigem uma abordagem multisectorial. Daí a necessidade de envolver todos os atores (Estado, sector privado, sociedade civil, etc.) que possam contribuir para a sua resolução. A inclusão destes atores no equacionamento, planificação e resolução dos problemas é uma condição necessária para o êxito de quaisquer políticas. É um princípio que implica a responsabilização e a partilha de responsabilidades entre estes atores, mas também das estruturas existentes ou que vierem a ser criadas para este fim. Este princípio assenta ainda na filosofia de que as próprias comunidades, incluindo os seus sectores mais vulneráveis, devem ser envolvidas na resolução dos seus problemas. Estes atos pressupõem, por sua vez, uma coordenação e uma monitorização adequadas às exigências de uma tal tarefa.

O terceiro princípio está estreitamente ligado ao segundo e é o princípio da **integração** dos problemas de SAN no equacionamento e na planificação dos problemas globais de desenvolvimento, incluindo a luta contra a fome. Os programas levados a cabo até agora, tanto no país como internacionalmente, revelaram que a resolução dos problemas da SAN depende da resolução de um conjunto de outros problemas de desenvolvimento, tais como a pobreza extrema, o saneamento básico e o fornecimento de água potável, uma melhor educação, etc.

Assim, para alcançar os objectivos preconizados para o horizonte 2030, e tendo em atenção os princípios enumerados, delinham-se os seguintes eixos estratégicos para alcançar a fome zero na GB.

Os eixos estratégicos

I. Político, legal e institucional

A GB é um país onde abundam leis sobre os mais diversos sectores da vida nacional. O sector da SAN não é exceção. Uma boa parte destas leis não é, porém, aplicada e não existem mecanismos que obriguem a tal. A estratégia de luta contra a fome deve, por isso, proceder a um levantamento das leis existentes, avaliar a sua aplicabilidade ou não ao actual contexto socioeconómico e político, e só depois equacionar a possibilidade de se fazerem novas leis. Uma vez formuladas, estas devem prever mecanismos para a sua implementação e, ao mesmo tempo, deve-se capacitar as instituições para esse fim.

Objetivo: Criar um ambiente político, legal e institucional favoráveis à eliminação da fome e que garantam o direito de acesso a uma alimentação adequada e saudável.

Medidas:

1. Consagração constitucional, no capítulo dos direitos fundamentais, do direito a uma alimentação.
2. Adoção de um regulamento da Lei da Terra com vista à sua implementação.
3. Regulamentação e operacionalização do CONSAN e criação de CONSAN a nível regional.
4. Criação de um Instituto Nacional de Nutrição responsável pela implementação de políticas públicas.
5. Criação de uma Comissão Nacional de Publicidade de Alimentos como órgão de apoio ao Ministério de Saúde e Ministério do Comércio, sob a tutela destes dois ministérios.
6. Definição/adoção de uma cesta básica.
7. Institucionalização de um sistema de controlo, avaliação e seguimento dos diferentes programas em curso.
8. Criação de estruturas autónomas responsáveis pela implementação das políticas de SAN ao nível dos diferentes ministérios.
9. Melhoria das leis para efeito de fiscalização e controlo dos alimentos.
10. Adoção pelo Estado de um regime fiscal apropriado à cesta básica nacional.
11. Melhoria do quadro institucional de aplicação das leis.
12. Adoção de políticas de governação participativa relativamente à SAN.
13. Criação de um quadro legal que assegure o direito à alimentação das crianças em idade escolar.
14. Descentralização das estruturas públicas de implementação e seguimento dos programas e planos da SAN a nível regional.
15. Criação de um mecanismo de financiamento de incentivos ao investimento privado no sector agroalimentar.
16. Criação de um quadro legal que regule a comercialização e marketing de produtos alimentares.
17. Criação do Instituto Nacional de Nutrição

Responsável: Ministério da Presidência do Conselho de Ministros

II. Produção e transformação

A GB é ainda dependente da importação de muitos produtos para alimentar satisfatoriamente as suas populações, a começar pelo arroz, que constitui a sua base de alimentação. A produção de alimentos em quantidade suficiente é pouco diversificada, observando-se uma quase monocultura de caju. A transformação dos produtos agrícolas encontra-se numa fase muito incipiente, verificando-se muito desperdício ao nível da produção e das colheitas. As condições de conservação e de comercialização são precárias. Para alterar este estado de coisas, o país tem de produzir e diversificar muito mais a sua produção.

Objetivo: Potenciar a produção diversificada de alimentos, a capacidade de provisão do sistema e a dinamização da transformação local.

Medidas:

1. Operacionalizar e implementar a CPDA.
2. Respeitar os compromissos do país em relação à Declaração de Maputo e ainda os compromissos regionais e internacionais.
3. Repensar e redinamizar um sistema de extensão rural funcional para um seguimento de proximidade das atividades produtivas das comunidades rurais, sobretudo a agricultura familiar.
4. Valorizar os resultados oriundos dos centros de pesquisa e divulgar.
5. Estruturar a produção agrícola em fileiras e cadeias de valores.
6. Criar mecanismos eficazes para a distribuição atempada de fatores de produção (insumos e materiais agrícolas).
7. Criar estruturas de crédito agrícola adequadas à conjuntura nacional, com a finalidade de suprir as necessidades de financiamento de ações de produção e de infraestrutura rural.
8. Dinamizar o surgimento de unidades de conservação e de processamento de produtos alimentares.
9. Materializar a criação de uma Agência de Mecanização, em regime de concessão, que poderá contribuir para a diversificação da produção e para o aumento da produtividade e da produção.
10. Promover e incentivar a produção pecuária de animais de ciclo curto.
11. Promover a produção de produtos transformados, qualificados e certificados destinados a alimentação animal.
12. Promover e incentivar instituições de formação e capacitação do mundo rural, com ênfase na profissionalização de jovens.

Responsável: Ministério da Agricultura

III. Acesso, distribuição e consumo

Para além da sua produção deficitária e das fraquezas do seu sistema produtivo, o país dispõe ainda de uma vasta e variada gama de produtos que não chegam ao consumidor, por estrangimentos no sistema de distribuição e de comercialização. As vias de acesso, nomeadamente o sistema rodoviário ou as distâncias que muitos têm de percorrer para ter acesso aos bens de consumo, constituem impedimentos que fazem da segurança alimentar e nutricional um problema, principalmente para as franjas da população mais carenciadas.

Objetivo: Assegurar o acesso aos alimentos através do desenvolvimento de sistemas de distribuição eficazes, que favoreçam um consumo adequado, e desenvolver sistemas solidários de distribuição de alimentos.

Medidas:

1. Adoção de políticas públicas que incentivem uma maior distribuição e acesso aos produtos locais.
2. Melhoria do sistema de acesso à informação do mercado aos produtores.
3. Abolição das barreiras na circulação dos produtos alimentares.
4. Institucionalização de comités de gestão de água.
5. Melhoria das condições de escoamento dos produtos para o mercado.
6. Abolição das cobranças ilícitas na circulação de produtos locais.
7. Promoção de uma política nacional de aquisição de excedentes para pessoas mais vulneráveis (mulheres, deficientes, crianças em idade escolar).
8. Criação de condições para o abastecimento regular do mercado nacional em produtos de pesca.

Responsável: Ministério do Comércio

IV. Educação, informação e consciencialização

Num país com uma taxa tão alta de analfabetismo, como a Guiné-Bissau, esta componente revela-se de extrema importância para melhorar a situação da segurança alimentar e nutricional. É através deste meio que os conselhos para uma alimentação saudável e outras boas práticas ligadas à segurança alimentar podem chegar efetivamente às populações em geral e, em particular, aos grupos mais vulneráveis (crianças, grávidas e pessoas portadoras do VIH).

Objectivo: Elevar os níveis de educação, melhorar o acesso à informação e aumentar a consciência da população sobre a segurança alimentar e nutricional.

Medidas:

1. Criação de programas educativos para a mudança de comportamento em matéria alimentar (órgãos de comunicação social para difusão de informação, currículos escolares, comunidade local). Formação dos média em questões de segurança alimentar e nutricional.
2. Elaboração e publicação de documentos e material de informação (manuais, calendários etc.) sobre a segurança alimentar e nutricional.
3. Adopção de um programa de educação alimentar para a mudança de comportamento que utilize as expressões culturais e os suportes didáticos adequados.
4. Introdução nos programas do ensino, desde o pré-escolar ao superior, de conceitos básicos de alimentação e nutrição.
5. Redefinição das estratégias de comunicação social e de sensibilização com vista à criação de programas de maior impacto.
6. Implicação dos órgãos de comunicação social nos programas de educação nutricional.
7. Implementação da técnica culinária ao nível CS, CRN, Cantinas escolares e associação das mulheres sobre a valorização dos produtos locais.
8. Criação do curso Técnico de Nutrição

Responsável: Ministério da Comunicação Social

V. Financiamento

Sendo um país pobre e com fraca capacidade de arrecadação de receitas, a GB carece estruturalmente de recursos financeiros para financiar uma boa parte das políticas e programas que consegue formular. A SAN não escapa a esta regra. Para fazer face às exigências

da implementação do seu programa de SAN, o país precisa de recorrer a financiamento externo, nomeadamente dos seus parceiros internacionais e de instituições de crédito.

Objectivo: Assegurar a mobilização de recursos a nível nacional e da cooperação internacional para o financiamento da implementação da *Estratégia Fome Zero*.

Medidas:

1. Sensibilização e incentivo do sector privado para que invista na produção diversificada e em todos os outros sectores da SAN.
2. Melhorar o quadro de coordenação da cooperação internacional.
3. Dotar a SAN de financiamento operacional através do OGE e da ajuda pública ao desenvolvimento;
4. Promoção de parcerias entre o Estado, o setor privado e as OSC.
5. Alocação de 3% do OGE para a nutrição.
6. Promoção de parcerias Sul-Sul e triangular.

Responsável: Ministério da Economia e Finanças

VI. Cooperação Sul-Sul e triangular

A cooperação Sul-Sul, baseada em princípios de solidariedade e de não-condicionalidade, favorece intervenções estruturantes e de longo prazo, tais como as requeridas pela implementação de uma estratégia de SAN.

Sendo a GB um dos principais produtores de castanha de caju, constituindo uma fonte de divisas com forte impacto no PIB, tem na abordagem da cooperação triangular, através das relações com o Brasil e da sua experiência com a Índia, ambos países do Sul, tendo suporte das agências do sistema das Nações Unidas. Deste modo, o estabelecimento de diálogos sobre o mercado, possibilita assistência ao país nas questões da certificação, como a incorporação dos parâmetros necessários para circulação, bem como na mobilização de tecnologias para a transformação do potencial produtivo existente ao nível local.

A concretização da estratégia de cooperação triangular pode ainda gerar mais impacto ao nível do alcance dos ODS, permitindo o desenvolvimento de redes de solidariedade e de colaboração, quer a nível regional (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental [CEDEAO]), quer a nível inter-regional, viabilizando os ganhos para cada Estado implicado no processo. O princípio de não-imposição de modelos de solução aos problemas favorece a possibilidade de concretização e de apropriação e autonomia locais, baseadas nas necessidades identificadas, gerando boas práticas que podem ser disseminadas entre os camponeses e seus pares, comunidade académica e instituições públicas e não-estatais dos Estados envolvidos.

Objectivo: Explorar as potencialidades e as experiências de cooperação existentes em e com países do Sul, com vista a enfrentar os desafios da SAN.

Medidas:*De curto prazo*

1. Incentivo à produção local através de transferência de experiências/tecnologias
2. Identificação dos potenciais parceiros e prioridades de cooperação
3. Definição de uma estratégia específica para a cooperação Sul-Sul que tenha em consideração os programas e os planos delineados no âmbito da SAN.
4. Criação de meios/ mecanismo adequados para implementação da estratégia acima referida

5. Concertação periódica/permanente entre os parceiros de desenvolvimento (Governo, ONG, associações profissionais, parceiros de cooperação e das Nações Unidas, etc.)

De médio prazo

1. Formação e capacitação interna e externa das estruturas locais e regionais para o enquadramento e domesticação baseada na experiência Sul-Sul
2. Criação de programas para transformação, conservação e aproveitamento dos produtos locais a partir das experiências dos países emergentes
3. Incentivo à exportação de produtos locais a partir das experiências e aplicação da norma do comércio justo
4. Dinamização de acordos de cooperação e aplicação das leis internacionais e nacionais relativas a produto agrícolas, haliêuticos e conservação de meio ambiente

De longo prazo

1. Criação da bolsa família e bolsa escola baseadas na experiência do Brasil
2. Avaliação rigorosa e baseada numa metodologia participativa dos programas e projetos
3. Criação ou reestruturação e importação das tecnologias dos laboratórios de certificação de qualidade de produtos agrícolas e haliêuticos
4. Importação das experiências externas para a utilização e consumo dos produtos localmente produzidos
5. Aproveitamento das vantagens comparativas de cooperação Sul/Sul em termos da disponibilidade, acesso, qualidade e uso
6. Criação de mecanismos de intercâmbio de experiência entre atores, cidades e países do Sul que permitam conhecer e explorar as potencialidades existentes em matéria de segurança alimentar e nutricional.
7. Estabelecimento de plataformas de cooperação com países do Sul que permitam explorar experiências de países como o Brasil na estruturação da cadeia produtiva através do empoderamento da agricultura familiar camponesa com vista ao combate à fome.
8. Promoção de iniciativas de inclusão produtiva que levem ao combate à pobreza e à promoção de emprego sustentável ao nível do sector primário.
9. Incentivo à conceção e implementação de programas educativos emancipatórios baseados em princípios de equidade.

Responsáveis: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
Secretaria de Estado do Plano e da Integração Regional (MEF)
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Ministério das Pescas e Economia Marítima

VII. Sistema de vigilância e fiscalização

A segurança alimentar na GB também é ameaçada pela incapacidade das estruturas competentes em implementarem mecanismos que permitam vigiar e fiscalizar os atos e os atores que operam na área. As auscultações realizadas junto de diferentes atores apontaram este facto como uma das fraquezas a combater no sector.

Objetivo: Dar capacidade e reforçar o sistema de vigilância alimentar e nutricional, controlo de qualidade dos alimentos e de fiscalização do sector.

Medidas:

1. Operacionalização de estruturas de vigilância e recuperação nutricional a nível nacional.

2. Apoio à normatização, acreditação e capacitação dos laboratórios de modo a serem credíveis e eficientes no diagnóstico de doenças e no controlo de qualidade dos produtos alimentares, devendo trabalhar em sinergia.
3. Criação de estruturas de coordenação do controlo de qualidade.
4. Criação de uma Agência de Segurança Alimentar e Económica (autoridade).
5. Melhoria da capacidade institucional, técnica e operacional de instituições de inspeção e controlo alimentar.
6. Reforço das capacidades técnicas das infraestruturas nacionais de qualidade, nomeadamente laboratórios, com vista a uma eventual creditação (nacional e internacional).
7. Adoção de uma política nacional de qualidade por parte do Governo.
8. Criação de uma Agência Nacional de Avaliação dos Produtos Alimentares.
9. Promoção e capacitação de inspetores especializados com qualidade;
10. Melhoria e implementação de um sistema de vigilância nutricional a nível nacional.
11. Melhoria da segurança dos alimentos e vigilância fitossanitária.
12. Melhoria da coordenação dos serviços que fazem a análise laboratorial e a inspeção.
13. Criação de um Instituto da Qualidade.
14. Criação de um laboratório nacional de certificação de referência.
15. Criação de um Centro Nacional de Documentos Técnicos e Normativos.
16. Adoção de uma política nacional de qualidade

Responsável: Ministério da Indústria

VIII. Coordenação, seguimento e avaliação

A coordenação e a avaliação têm sido uma das maiores fraquezas dos programas e dos planos de segurança alimentar implementados até ao momento. Promover a concertação e a complementaridade entre os vários intervenientes na área da SAN permitiria a otimização dos recursos existentes. Os futuros programas devem, por isso, assegurar que as instituições envolvidas na sua implementação, não só não dupliquem as tarefas, como consigam potenciar as suas intervenções no sector.

Objetivo: Desenvolver mecanismos de coordenação que garantam a implementação da estratégia, a sua monitorização e avaliação.

Medidas:

1. Redinamização das estruturas de coordenação já existentes, designadamente o Comité Multissetorial de Nutrição, com representação dos principais atores (sector público, sector privado, sociedade civil, parceiros técnicos e financeiros).
2. Redinamização do Comité Regional de Nutrição, composto pelos representantes da Administração Pública dos diferentes sectores e dos organismos implicados na nutrição, sob a autoridade do Governador da Região.
3. Ao nível comunitário, redinamização dos representantes do sector público, nomeadamente os Agentes de Saúde Comunitário.
4. Dotar estas estruturas de recursos humanos e financeiros adequados às suas tarefas e responsabilidades.
5. Criação de um observatório de SAN encarregue da publicação do estado de referência da SAN.
6. Promover a concertação e as sinergias entre os atores do mundo rural.

Responsável: Ministério da Saúde

I. ROTEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO ESTRATÉGICO	LÓGICA DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS			ARTICULAÇÃO COM ODS	RESPONSÁVEL
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO		
	OBJECTIVOS	(2018-21)	(2022-25)	(2026-30)		
I. POLÍTICO, LEGAL E INSTITUCIONAL	Criar um ambiente político, legal e institucional favoráveis à eliminação da fome e que garantam o direito de acesso a uma alimentação adequada e saudável	1.1.1 Promulgação, regulamentação e operacionalização do CONSAN-GB	1.2.1 Criação de um quadro legal que institua uma alimentação adequada como um direito fundamental	1.3.1 Descentralização das estruturas públicas de implementação e seguimento dos programas e planos da SAN a nível regional	2.C Adotar medidas para assegurar o funcionamento adequado dos mercados de produtos alimentícios e seus derivados e facilitar o acesso oportuno a informações de mercado, inclusive sobre reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos	Presidência da República
		1.1.2 Melhoria das leis para efeito de fiscalização e controlo dos alimentos	1.2.2 Consagração constitucional, no capítulo dos direitos fundamentais, do direito à uma alimentação			Ministério da Justiça
		1.1.3 Adopção/definição de uma cesta básica.	1.2.3 Adopção pelo Estado de um regime fiscal apropriado à cesta básica nacional.			Ministério da Agricultura
		1.1.4 Institucionalização de um sistema de controlo, avaliação e seguimento dos diferentes programas em curso	1.2.4 Criação de um quadro legal que assegure o direito à alimentação das crianças em idade escolar			Ministério da Saúde
		1.1.5 Melhoria do quadro institucional de aplicação das leis	1.2.5 Criação de um mecanismo de financiamento de incentivos ao investimento privado no sector agroalimentar			CONSAN-GB
		1.1.6 Criação do Instituto Nacional de Nutrição	1.2.6 Criação de um quadro legal que regulamente a comercialização e marketing de produtos alimentares			Ministério do Comercio
		1.1.7 Adopção de políticas de governação participativa relativamente à SAN	1.2.7 Adopção de políticas públicas que incentivem uma maior distribuição e acesso aos produtos locais			ANP
		1.1.8 Adoção de um regulamento da Lei da Terra com vista à sua implementação	1.2.8 Criação de uma política nacional de aquisição de excedentes para pessoas mais vulneráveis			
		1.1.9 Criação de estruturas autónomas responsáveis pela implementação das políticas de SAN ao nível dos diferentes ministérios				

II. ROTEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO ESTRATÉGICO	LÓGICA DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS			ARTICULAÇÃO COM ODS	RESPONSÁVEL
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO		
	OBJECTIVOS	(2018-21)	(2022-25)	(2026-30)		
II. PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	Potenciar a produção diversificada de alimentos, a capacidade de provisão do sistema e a dinamização da transformação local	2.1.1 Operacionalização e implementação da CPDA 2.1.2 Respeito dos compromissos do país (Declaração de Maputo e outros regionais e internacionais) 2.1.3 Repensar e redinamizar um sistema de extensão rural funcional 2.1.4 Estruturação da produção agrícola em fileiras e cadeias de valores 2.1.5 Criação de mecanismos eficazes para a distribuição atempada de fatores de produção 2.1.6 Promoção e incentivo à produção pecuária de animais de ciclo curto	2.2.1 Valorização e divulgação dos resultados oriundos dos centros de pesquisa 2.2.2 Criação de estruturas de crédito agrícola adequadas 2.2.3 Criação de uma Agência de Mecanização, em regime de concessão 2.2.4 Promover a produção de produtos transformados, qualificados e certificados destinados a alimentação animal	2.3.1 Dinamização de unidades de conservação e de processamento de produtos alimentares 2.3.2 Promoção e incentivo a instituições de formação e capacitação profissional do mundo rural,	2,5 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e os rendimentos dos pequenos produtores de alimentos, em particular mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pescadores e pescadoras, inclusive através do acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e emprego não-agrícola 2,4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção, ajudem a manter os ecossistemas, fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, clima extremo, seca, inundações e outros desastres e melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo 2,5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas e animais cultivados e domesticados e suas espécies silvestres relacionadas, inclusive através de bancos de sementes e plantas bem administrados e diversificados nos níveis nacional, regional e internacional, e promover o acesso a e justo e equitativo partilha de benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, tal como acordado internacionalmente;	Ministério da Agricultura Ministério das Pescas Ministério da Indústria CCIAS RESSAN-GB Ministério da Educação

III. ROTEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO ESTRATÉGICO	LÓGICA DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS			ARTICULAÇÃO COM ODS	RESPONSÁVEL
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO		
	OBJECTIVOS	(2018-21)	(2022-25)	(2026-30)		
III. ACESSO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO	Assegurar o acesso aos alimentos através do desenvolvimento de sistemas de distribuição eficazes, que favoreçam um consumo adequado, e desenvolver sistemas solidários de distribuição de alimentos	<p>3.1.1 Criação de condições para o abastecimento regular do mercado nacional em produtos de pesca</p> <p>3.1.2 Melhoria do sistema de acesso à informação do mercado aos produtores</p> <p>3.1.3 Abolição das barreiras e cobranças ilícitas na circulação dos produtos alimentares locais</p> <p>3.1.4 Melhoria das condições de escoamento dos produtos para o mercado.</p> <p>3.1.5 Criação de uma Comissão Nacional de Publicidade de Alimentos como órgão de apoio ao Ministério de Saúde e Ministério do Comércio</p>	<p>3.2.1 Institucionalização de comités de gestão de água</p> <p>3.2.2 Implementação da política nacional de aquisição de excedentes para pessoas mais vulneráveis</p>	<p>3.3.1 Dinamização de unidades de conservação e de processamento de produtos alimentares</p> <p>3.3.2 Promoção e incentivo a instituições de formação e capacitação profissional do mundo rural,</p>	<p>2,1 Até 2030, acabar com a fome e assegurar o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situação vulnerável, incluindo bebés, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.</p> <p>2,2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre o défice de crescimento e o desperdício em crianças menores de 5 anos e atender às necessidades nutricionais das adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e idosos.</p>	<p>Ministério do Comércio</p> <p>Ministério da Economia e das Finanças</p> <p>Ministério dos Transportes e Telecomunicações</p> <p>ACOBES</p>
IV. EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO	Elevar os níveis de educação, melhorar o acesso à informação e aumentar a consciência da população sobre a segurança alimentar e nutricional	<p>3.1.1 Implementação de um programa de educação alimentar para a mudança de comportamento Implicação dos órgãos de comunicação social nos programas de educação nutricional.</p>	<p>3.2.1 Introdução nos programas do ensino, desde o pré-escolar ao superior, de conceitos básicos de alimentação e nutrição</p> <p>3.2.2 Criação do curso Técnico de Nutrição</p> <p>3.2.3 Implicação dos órgãos de comunicação social nos programas de educação nutricional</p>	<p>3.3.1 Implementação da técnica culinária ao nível CS, CRN, Cantinas escolares e associação das mulheres sobre a valorização dos produtos locais.</p>		<p>Ministério da Comunicação Social</p> <p>Ministério da Educação</p> <p>Ministério da Saúde</p> <p>GLE - Grupo Local da Educação</p>

IV. ROTEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO ESTRATÉGICO	LÓGICA DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS				ARTICULAÇÃO COM ODS	RESPONSÁVEL
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO			
		(2018-21)	(2022-25)	(2026-30)			
OBJECTIVOS							
V. FINANCIAMENTO	Assegurar a mobilização de recursos a nível nacional e da cooperação internacional para o financiamento da implementação da Estratégia Fome Zero	4.1.1 Sensibilização e incentivo do sector privado para que invista na produção diversificada e em todos os outros sectores da SAN 4.1.2 Financiamento da implementação da Estratégia Fome Zero através do OGE e da ajuda pública ao desenvolvimento	4.2.1 Alocação de 3% do OGE para as actividades relacionadas com a nutrição 4.2.2 Promoção de parcerias entre o Estado, o sector privado e as OSC	4.3.1 Promoção de parcerias Sul-Sul e triangular	2.a Aumentar o investimento, inclusive por meio de cooperação internacional aprimorada, em infra-estrutura rural, pesquisa agrícola e serviços de extensão, desenvolvimento de tecnologia e bancos genéticos de plantas e gado para aumentar a capacidade produtiva agrícola nos países em desenvolvimento, em especial os países menos desenvolvidos.	Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	
VI. COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR	Explorar as potencialidades e as experiências de cooperação existentes em e com países do Sul, com vista a enfrentar os desafios da SAN	4.1.1 Definição de uma estratégia específica para a cooperação Sul-Sul para SAN 4.1.2 Incentivo à produção local através de transferência de experiências/tecnologias 4.1.3 Criação de meios/mecanismo adequados para implementação da estratégia acima referida	4.2.1 Criação de programas de intercâmbio Sul-Sul/SAN 4.2.2 Promoção de iniciativas de inclusão produtiva de combate à pobreza e promoção de emprego sustentável 4.2.3 Implementação de programas educativos emancipatórios baseados em princípios de equidade 4.2.4 Concertação periódica/permanente entre os parceiros de desenvolvimento (Governo, ONG, associações profissionais, parceiros de cooperação etc.) 4.2.5 Formação e capacitação interna e externa das estruturas locais e regionais para o enquadramento e domesticação baseada na experiência Sul-Sul 4.2.6 Criação de programas para transformação, conservação e aproveitamento dos produtos locais a partir das experiências dos países emergentes 4.2.7 Incentivo à exportação de produtos locais aplicando as normas do comércio justo 4.2.8 Dinamização de acordos de cooperação internacionais e nacionais sobre produtos agrícolas, haliêuticos e conservação de meio ambiente	4.3.1 Criação da bolsa família baseada na experiência do Brasil 4.3.2 Avaliação rigorosa e baseada numa metodologia participativa dos programas e projetos 4.3.3 Criação ou reestruturação e importação das tecnologias dos laboratórios de certificação de qualidade de produtos agrícolas e haliêuticos 4.3.4 Estabelecimento de plataformas de cooperação com países do Sul que permitam explorar experiências de países como o Brasil na estruturação da cadeia produtiva e empodere a agricultura familiar camponesa	2.a Aumentar o investimento, inclusive por meio de cooperação internacional aprimorada, em infraestrutura rural, pesquisa agrícola e serviços de extensão, desenvolvimento de tecnologia e bancos genéticos de plantas e gado para aumentar a capacidade produtiva agrícola nos países em desenvolvimento, em especial os países menos desenvolvidos.	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Secretaria de Estado do Plano e da Integração Regional	

V. ROTEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO ESTRATÉGICO	LÓGICA DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS			ARTICULAÇÃO COM ODS	RESPONSÁVEL
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO		
		(2018-21)	(2022-25)	(2026-30)		
OBJECTIVOS						
VII. SISTEMA DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO	Dar capacidade e reforçar o sistema de vigilância alimentar e nutricional, o controlo de qualidade alimentar e a fiscalização do sector	5.1.1 Operacionalização de estruturas de vigilância e recuperação nutricional a nível nacional 5.1.2 Adopção de uma política nacional de qualidade 5.1.3 Criação de um Instituto da Qualidade 5.1.4 Promoção e capacitação de inspetores especializados 5.1.5 Melhoria da coordenação entre serviços que fazem a análise laboratorial e a inspeção 5.1.6 Criação de estruturas de coordenação do controlo de qualidade 5.1.7 Melhoria da segurança dos alimentos e vigilância fitossanitária	5.2.1 Criação de um laboratório nacional de certificação de referência. 5.2.2 Melhoria da capacidade institucional, técnica e operacional de instituições de inspeção e controlo alimentar 5.2.3 Criação de uma Agência de Segurança Alimentar e Económica (autoridade) 5.2.4 Apoio à normatização, acreditação e capacitação dos laboratórios para serem eficientes no diagnóstico de doenças e no controle de qualidade dos produtos alimentares 5.2.4 Adoção de uma política nacional de qualidade por parte do Governo	5.3.1 Apoio à normatização dos laboratórios de diagnóstico de doenças e de controlo de qualidade dos produtos alimentares. 5.3.2 Criação de um Centro Nacional de Documentos Técnicos e Normativos 5.3.3 Criação de uma Agência Nacional de Avaliação dos Produtos Alimentares	2.B Corrigir e prevenir restrições comerciais e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive através da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação agrícola e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha	Ministério da Indústria Ministério da Agricultura Ministério das Pescas CONSAN-GB
VIII. COORDENAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	Desenvolver mecanismos de coordenação que garantam a implementação da estratégia, a sua monitorização e avaliação	5.1.1 Redinamização do Comité Regional de Nutrição 5.1.2 Redinamização das estruturas de coordenação já existentes, designadamente o Conselho Multisectorial de Nutrição, com representação dos principais atores	5.2.1 Melhoria dos mecanismos de enquadramento e coordenação dos ASC 5.2.2 Dotação destas estruturas (ASC) de recursos humanos e financeiros adequados às suas tarefas e responsabilidades 5.2.3 Elaboração e publicação de documentos e material de informação (manuais, calendários etc.) sobre a segurança alimentar e nutricional	5.3.1 Criação de um observatório responsável pela publicação do estado de referência da SAN		Ministério da Saúde Secretaria de Estado do Plano e Integração Regional



7

**MODELO DE
GOVERNANÇA
E SISTEMA DE
MONITORIZAÇÃO**

Estudos recentes mostram que a eficácia da segurança alimentar e nutricional de um país depende muito do domínio de vários fatores, entre os quais a governança, que é definida como todos os mecanismos – inclusivos, participativos e democráticos – que permitem a tomada de decisões, gestão e coordenação de questões de segurança alimentar e nutricional de forma transparente, eficaz e eficiente.

A SAN é um tema transversal e exige que seja dada especial atenção ao fortalecimento da sua governança. O Governo da GB adoptou uma política nacional de nutrição e um quadro multissetorial de coordenação para a implementação sinérgica em vários sectores da vida nacional de intervenções eficientes com vista à melhoria do estado nutricional da população. Porém, em termos globais, as ações tendentes a fazer o seguimento da situação são iniciativas dispersas, ocasionais e, na maior parte dos casos, sectoriais, e de iniciativa externa, isto é, promovidas e/ou implementadas por organizações internacionais.

A nível institucional convém acusar a existência de uma Direção dos Serviços de Nutrição e Sobrevivência das Crianças do Ministério da Saúde que faz o seguimento da situação nutricional, em particular de certas franjas da população, nomeadamente, crianças com menos de cinco anos de idade, mulheres grávidas, mulheres que amamentam e populações mais desfavorecidas. Existe uma Política Nacional Multisectorial de Nutrição que faz referência aos agricultores, pescadores e criadores de gado, mas ela concentra a sua ação sobretudo nos grupos mais vulneráveis referidos anteriormente.

Nas regiões, existem os pontos focais de nutrição, que fazem parte da estrutura regional do Ministério da Saúde, mas que carecem de enquadramento a nível nacional, não sendo suficientes ao ponto de cobrir toda a procura a nível nacional.

Desde 2015 que o PAM tem vindo a implementar de novo o inquérito do SiSSAN, cujo objetivo consiste em reforçar o sistema de seguimento da segurança alimentar no país e contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das pessoas vulneráveis na GB. O SiSSAN determina o *score* de consumo alimentar, avalia a parte das despesas alimentares, avalia as estratégias de sobrevivência baseadas no consumo e os meios de subsistência, determina o índice de segurança alimentar, faz a cartografia das zonas de insegurança alimentar para orientar os programas de assistência do PAM, do Governo e parceiros, e produz dados e documentos necessários para a realização de ações de advocacia. O SiSSAN é inteiramente financiado pelo PAM, que também garante a sua sustentabilidade técnica.

Porém, para uma melhor aferição do estado de segurança alimentar e nutricional, e no sentido de respeitar a abordagem multissetorial, o SiSSAN devia ponderar a possibilidade de incluir outras dimensões no seu leque de informações, tais como o fluxo das importações e exportações dos produtos alimentícios e da sua disponibilidade interna, o mercado agrícola no seu todo (sobretudo dados da produção).

É realizado cada quatro anos o MICS, que engloba aspetos ligados à nutrição, mas que faz sobretudo a monitorização da situação da criança e da mulher, envolvendo principalmente o Governo da GB, através do Ministério da Economia e Finanças, o UNICEF, o PNUD, o FNUAP, o PAM e o PLAN. O quinto inquérito MICS foi realizado em 2014, pelo Ministério da Economia e Finanças, através da Direção Geral do Plano/INE, no âmbito do Programa Global MICS. O PAM e o UNICEF deram apoio técnico e financeiro para a realização do inquérito. Contribuições financeiras e logísticas adicionais foram prestadas pelo PNUD, FNUAP, PAM, PLAN e IPHD. Atualmente, o MICS é, portanto, um inquérito financiado integralmente pelos doadores. Sendo uma peça fundamental do edifício de governação das atividades relacionadas como a SAN, o governo devia estudar formas de aumentar a sua participação financeira, e concomitantemente aumentar o grau da sua coresponsabilização,

sobretudo num contexto em que, para 2018, já iniciaram as atividades de captação de fundos.

A governação envolve um conjunto de atividades e funções que têm como objetivo melhorar a prestação de serviços às populações. A melhoria dos indicadores de SAN exige, por sua vez, a melhoria de todas as outras áreas sensíveis da esfera social e de forma holística. Economia, educação, estado de direito, igualdade social, transparência, são todos eles alicerces importantes sobre os quais se ergue a soberania alimentar.

Apesar das suas limitações, o Estado da GB tem assumido a SAN como uma prioridade. Pese embora as dificuldades de implementação, tem havido um conjunto de políticas nacionais que demonstram o esforço do Estado na conceção e na implementação de políticas, nas quais têm estado envolvidos os seguintes órgãos ministeriais: Ministério da Agricultura, Pesca e Pecuária, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério dos Recursos Naturais (que tutela o sector da água).

Contudo, continua a verificar-se algumas fragilidades, ainda não resolvidas, sobretudo no que diz respeito ao funcionamento e à coordenação institucionais. De facto, as instituições carecem de recursos humanos, financeiros e técnicos para a operacionalização das políticas existentes. É preciso, pois, a mobilização de fundos externos em conjunto com a otimização dos recursos já existentes para obtenção das respostas desejáveis. A mobilização de fundos externos passa pela credibilização do próprio Estado aos olhos dos doadores. A estabilidade política e as políticas baseadas em critérios de transparência e apresentação de resultados são, neste contexto, fulcrais.

É necessário um sistema de seguimento e avaliação permanente para assegurar a eficácia na implementação dos projetos e dos programas. Os indicadores utilizados para o seguimento e avaliação dos resultados e dos impactos relativos aos objetivos dos projetos e programas devem ser simples, estáveis, auditados, mensuráveis, comparáveis e representativos. Daí a necessidade de priorizar a produção estatística. Este mecanismo deve igualmente priorizar um sistema rigoroso de instrumentos que permitam medir os esforços realizados, os seus efeitos e o seu impacto.

O Estado pode promover a articulação entre a sociedade civil e o sector privado, criando incentivos fiscais associados a práticas de mecenato. A criação de um Banco Alimentar Contra a Fome pela sociedade civil pode ser suportada pelo sector privado (empresas ou particulares) caso haja incentivos fiscais associados (por exemplo, majoração dos encargos associados às liberalidades desta natureza). As doações poderiam servir para colmatar as deficiências existentes para o bom funcionamento das cantinas ou hortas escolares e cantinas hospitalares.

Com a criação do CONSAN da GB, perspectiva-se um passo importante na aquisição de um modelo de governança com fortes potencialidades de sustentabilidade. Uma das lacunas que o CONSAN irá preencher é o apoio à coordenação e monitoramento de políticas, programas e outros instrumentos sectoriais com impacto ao nível da SAN e promover a inter-setorialidade, a convergência e a coerência de políticas e programas desenvolvidos pelo Governo e pelos atores não-estatais nas áreas relacionadas ou com impacto na SAN. É dotado de autonomia administrativa e financeira, dispendo para o efeito de um orçamento próprio. Estão representados no CONSAN todos os sectores da sociedade.

Um estudo realizado em 2015, intitulado *Prioridades de Resiliência País / AGIR da Guiné-Bissau*, tinha procedido à revisão de políticas, estratégias e programas existentes e/ou resultados da sua implementação, tendo avaliado a qualidade da governança e da SAN. O documento chegou a algumas conclusões que foram igualmente partilhadas aquando

das auscultações realizadas no quadro da elaboração da *Estratégia Fome Zero*. Assim, alguns dos principais problemas identificados foram:

1. Base de documentos/termos de referência sectoriais (PSO, PNMN, PNSA, NAIP Atv, pastoral, código familiar, etc.) não são adotadas ou não têm texto de aplicação.
2. A falta de clareza e de enquadramento de aplicação dos textos que regem a terra rural e o acesso à terra.
3. A falta de meios e as dificuldades de funcionamento de estruturas e serviços de autoridades públicas a nível central e descentralizado.
4. A multiplicidade de estruturas de pilotagem para intervenções no campo da resiliência com diferentes níveis de operacionalidade.
5. Falta de marcos de intercâmbio, planeamento e monitoramento conjuntos e integrados entre agentes humanitários e de desenvolvimento.
6. A multiplicidade e a não-exclusividade de determinadas estruturas de consulta que não favorecem complementaridades/sinergias entre os agentes.
7. A necessidade de afirmar ainda mais a liderança do Estado na implementação de iniciativas de resiliência.

Baseando-se em experiências passadas, tendo em atenção as insuficiências acabadas de descrever, e com vista a facilitar a sua implementação, a *Estratégia Fome Zero* terá os seguintes modelos de governança:

Governança nacional – O Comité Nacional de Implementação da *Estratégia Fome Zero* (CNIEFZ) será a estrutura responsável pela coordenação dos diferentes sectores estatais e não-estatais que intervirão na implementação da *Estratégia Fome Zero*. Ele substituirá o até aqui existente Conselho Nacional Multisectorial de Segurança Alimentar e Nutricional. Ele será um fórum de concertação que definirá e fará o seguimento, a nível central, da implementação da política de SAN e deverá contar com o financiamento do governo e dos parceiros internacionais

Em função da orgânica do Governo, o CNIEFZ deve ficar sob a tutela do Ministro da Economia e Finanças, ou de outra estrutura governamental responsável pela coordenação das políticas sectoriais do Governo, como o Ministério do Plano. É a este nível que se deve dar a articulação com os atores da sociedade civil e do sector privado, bem como com os parceiros internacionais e nacionais, como a ANFA, a Associação de Consumidores e outros que vierem a ser identificados.

Uma estrutura destas pode revelar-se de extrema importância para evitar a duplicação /multiplicação de canais de comunicação com o exterior e também a concorrência entre estruturas nacionais no acesso a recursos. Tratar-se-á de reafirmar a pertinência de um tal fórum, das suas competências e atribuições, bem como da sua forma de funcionar, uma vez que ele já existe enquanto Comité Nacional Multisectorial de Nutrição.

Coordenação técnica – A coordenação técnica da implementação da *Estratégia Fome Zero* deve ser assegurada por um Secretariado Executivo, que deve ser uma estrutura administrativamente independente da Direção dos Serviços de Nutrição e Sobrevivência das Crianças do Ministério da Saúde. Ele deve apoiar o ponto focal no desempenho das suas funções, facilitar a troca de informações entre os membros do CNIEFZ, preparar as reuniões e assegurar o secretariado das mesmas; preparar os relatórios técnicos e financeiros, facilitar o funcionamento das comissões temáticas.

Comité Regional de Implementação da Fome Zero – Sendo uma estrutura regional e aproveitando uma estrutura já existente, ele deve ficar sob a alçada do Governador da Região. O Comité é composto por representantes da administração pública dos diferentes

sectores e ainda por organizações envolvidas na área da SAN. Reúne uma vez por trimestre. O seu secretariado é assegurado pelo Ponto Focal Regional para Nutrição.

A nível da comunidade – Em cada Área de Saúde, haverá um Comité Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional composto por representantes do sector público, organizações da sociedade civil e parceiros envolvidos na área da SAN. Coordena e monitora atividades de nutrição na comunidade. Reúne-se uma vez por mês. O secretariado é assegurado pelo Responsável da Área Sanitária e/ou Nutricional.

Seguimento e avaliação da SAN – O SiSSAN deve ser o órgão por excelência de seguimento da situação de SAN no país. A avaliação, que deve ser um especto integrante da estratégia, deve comportar metodologias variadas de avaliação (coleta e tratamento de dados, inquéritos de satisfação, avaliação de conhecimentos etc.). É uma estrutura que, progressivamente deve passar para a responsabilidade do governo, incluindo os seus aspectos financeiros. Enquanto isso não acontecer, o governo deve negociar com o PAM, que até aqui tem assegurado todas as dimensões do trabalho (financiamento e técnico), no sentido de continuar o seu trabalho, garantindo deste modo a execução da *Estratégia Fome Zero*.

Bibliografia

- Alliance globale pour la résilience – AGIR SAHEL ET AFRIQUE DE L'OUEST*, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.
- Análise da Fileira do Arroz*, Ministério da Economia e Finanças, abril de 2003.
- Banco Mundial, *Estudo do desenvolvimento do sector do Caju da Guiné-Bissau*, Bissau, 2004.
- Boletim Oficial* n.º 8 (suplemento), de 22 de fevereiro de 2011.
- Boletim Oficial* n.º 9 (suplemento), de 1 de março de 2011.
- Boletim Oficial* n.º 11 (2.º suplemento), de 2 de março de 2011.
- Boletim Oficial* n.º 38 (4.º suplemento), de 24 de setembro de 2010; 4º Suplemento.
- Carta de Política de Desenvolvimento do Sector Pecuário da Guiné-Bissau, setembro 2011.
- CILLS, *Sahel 21. Mise en place du cadre stratégique de sécurité alimentaire durable dans la perspective de lutte contre la pauvreté au Sahel : Stratégie opérationnelle 2015 et le programme quinquennal 2003-2007 de Guinée-Bissau*.
- Comunicação Nacional Inicial da Guiné-Bissau sobre as Mudanças Climáticas, Direção-geral do Ambiente/GEF/PNUD, 2004.
- CONSEA, Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar. A experiência brasileira.
- Documento de Política de Desenvolvimento Florestal, Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural, maio de 2010.
- Estudo sobre o consumo de pescado na Guiné-Bissau, SEP/INEP, 2016.
- Evolução recente da situação económica e financeira e perspectivas – Reunião do Conselho Nacional de Crédito (CNC) relativo ao terceiro trimestre de 2017, BCEAO, setembro de 2017.
- Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Luanda, março de 2009.
- Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP – Diagnóstico de Base*, FAO, junho de 2011.
- Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Atualização horizonte 2020 do Cabo Verde (resolução n.º 69/2015- 27 de julho).
- Estratégia e Plano de Ação de Segurança Alimentar e Nutricional, 2008-2015 (Segurança Alimentar e Nutricional, um Direito para um Moçambique Sem Fome e Saudável)
- FAO, *Cadre de Programmation Pays (CPP 2014-2017)*
- FAO, *Le programme spécial de sécurité alimentaire*
- FAO, *Lettre de politique de développement agricole et son plan d'action en Guinée-Bissau*, 2002.
- FAO, TCP/GBS/2907, *Programme national d'investissement à moyen terme (PNIMT) pour la mise en œuvre du PDDA (Programme national d'investissement à moyen terme (version provisoire)*, juillet 2004.
- FAO, *Analyse du secteur rizicole bissau-guinéen*, 2002, FAO, *Stratégie Nationale d'autosuffisance en riz*, février 2016
- FAO, Sommet Mondial de l'Alimentation de 2001
- FAO, Rapport de Suivi du Sommet Mondial sur l'Alimentation, 1999
- FAO, *Monographie nationale de l'horticulture*, 2002
- FAO, *Étude de marché des produits agricole dans le cadre du projet « d'appui à la dynamisation de la commercialisation des produits agro-pastoraux »*, 2004.
- Food Security and Nutrition Challenges in Mozambique, Observatório do Meio Rural. Guiné-Bissau. Temas seleccionados, 21 de novembro de 2017, Fundo Monetário Internacional.
- Floresta Tropical e Biodiversidade: Elementos para a Definição das Ações no Sector da Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau, CEATA/INEP, Janeiro de 1997: Alfredo Simão da Silva, Abílio Rachid Said, Bucar Injai e António J, R. Pires.
- Fundo Monetário Internacional, *Segundo Documento de Estratégia Nacional de*
- Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau, *Contas Nacionais Definitivas 2015 e provisórias 2016*, Bissau 25 de agosto 2017.
- Inquérito SiSSAN, outubro de 2017, Boletim n.º 5, janeiro de 2018, PAM.
- Guinée-Bissau 2025, SOL NA IARDI, Plan Stratégique et Opérationnel 2015-2020*.
- Catarino L, Havick P.J. & Romeiras M.M. (2016), Medicinal plants of Guinea-Bissau: Therapeutic applications, ethnic diversity and knowledge transfer. *Journal of Ethnopharmacology* 183:71-94. doi: 10.1016/j.jep.2016.02.032.
- Lei N.º. 5/98 de 23 de abril – Lei da Terra
- Ministère de l'agriculture et du développement rural, *Programme National d'Investissement Agricole*, nov. 2013.
- Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. *Extracto do Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA)*, (2009-2013), janeiro de 2010.
- Ministério das Finanças, *Nota de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental*, março de 2018.
- Ministério da Saúde Pública, *Política Nacional de Nutrição*, Bissau, fevereiro de 2014.
- Ministério da Saúde Pública, Plano Estratégico de Nutrição 2016-2020, Bissau, fevereiro 2014.
- Mourão, I., Plantas Aromáticas e Medicinais com Interesse para Secagem, Produzidas no Modo de Produção Biológico, Parte 1: Limonete, Erva príncipe, Hiperício-do-gerês e Equinácea. Revista AGROTEC, Publindústria Lda., Vol.3, pp. 58-62, 2012.
- Mourão, I. Plantas Aromáticas e Medicinais com Interesse para Secagem, Produzidas no Modo de Produção Biológico, Parte II: Erva-cidreira, Hortelã-pimenta, Manjerição grande, Tomilho limão e Tomilho bela luz. Revista AGROTEC, Pub indústria Lda., Vol.4, pp. 50-54, 2012.
- Ng et al. (2014), Global, regional, and national prevalence of overweight and obesity in children and adults during 1980–2013: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2013. *The Lancet* 384 :766-781. doi: 10.1016/S0140-6736(14)60460-
- PNUD, *Réformer les politiques pour réaliser les objectifs du millénaire pour le développement en Guinée-Bissau*, Nov. 2005.
- Rapport Provisoire de la mission conjointe d'évaluation conjointe des récoltes 2017/20118, Gouvernement/ CILSS/FAO/PAM.
- Redução da Pobreza (DENARP)*, Relatório do FMI N.º 11/353, dez. 2011.
- Revisão Estratégica Fome Zero. Horizonte 2030. Relatório Final*, S. Tomé e Príncipe, abril de 2018.
- Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique, *Estratégia e Plano de Ação de Segurança Alimentar e Nutricional (2008-2015)*, setembro de 2007.
- Superfície Agrícola Utilizada e Superfície Agrícola Utilizada em Rizicultura em Guiné*, PASA/Banco Mundial, 2012.
- Synthesis Report of The Nigerian Zero Hunger, Strategic Review, January 2017
- UNCTAD/WTO, *Étude de l'offre et de la demande sur les produits alimentaires de Guinée-Bissau : Expansion du commerce intra et inter régional entre les pays de la CEMAC et de l'UEMOA*. International Trade Centre, février 2005.
- Veyssié, J. & Camará, *La filière anacardier en Guinée-Bissau*, novembre 1996.
- World Bank Group, *Sacalling Up Nutrition in Guinea-Bissau: What will it cost?* Discussion paper, Janeiro 2017.

ANEXOS

Anexo 1: Recomendações para melhorar a segurança alimentar e nutricional

As recomendações feitas durante as auscultações e as entrevistas realizadas durante o processo de elaboração da estratégia, com vista à melhoria da SAN na GB, podem ser resumidas do seguinte modo:

Produção e transformação de produtos

- Implementar o Plano de Ação da CPDA.
- Regulamentar e criar mecanismos e meios para a aplicação consequente da Lei da Terra.
- Implementar o Plano Nacional de Sementes (PNS) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Cultura de Arroz (ENDCA).
- Proceder à zonagem agroecológica e ao recenseamento agrícola que permitam a utilização racional de espaços, o uso sustentável e o aproveitamento dos solos conforme as suas aptidões agrícolas e o conhecimento do estado actual das potencialidades agrícolas do país.
- Redinamizar os centros especializados de investigação agrária.
- Redinamizar a extensão rural e a ligação investigação-desenvolvimento.
- Promover o acesso dos produtores a formação profissional e profissionalizante.
- Criar e estruturar fileiras de produção.
- Melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos do país através da implementação de sistemas de regadio preformantes e de baixo custo, utilizando as potências eólicas e fotovoltaicas do país para bombagem, contribuindo assim, portanto, para a intensificação da produção, permitindo a existência de disponibilidades importantes e acesso a cereais, legumes, raízes e tubérculos, culturas de renda e uma horticultura comercial.
- Criar incentivos para a participação do sector privado na produção e comercialização dos produtos agrícolas e da pesca.
- Promover a concentração primária de produtos agrícolas, com a finalidade de comercialização de excedentes de produção, favorecendo a domiciliação da comercialização desses produtos e de outros, contribuindo para o surgimento de um empreendedorismo local, sobretudo das mulheres e dos jovens.
- Investir na infraestruturização do meio rural (vias de acesso e infraestruturas sociais e de produção).
- Desenvolver infraestruturas de apoio à pesca (portos de desembarque, instalações de transformação e conservação, estaleiros de manutenção e reparação de unidades de pesca) para permitir uma maior disponibilidade e acesso aos produtos da pesca.
- Incentivar a formação dos pescadores nacionais no uso de artes de pesca, tecnologias de navegação, carpintaria naval e mecânica de motores fora-bordo.
- Criar bancos de sementes com vista à preservação do património nacional e local.
- Investir e promover a transformação de produtos agro-silvo-pastoris e da pesca.
- Capacitar os produtores nas novas tecnologias de irrigação.
- Melhorar o conhecimento dos produtores locais sobre as necessidades do mercado.
- Melhorar o acesso das mulheres às terras produtivas.
- Reforçar as infraestruturas que facilitem a estruturação das fileiras.
- Capacitar os técnicos e os produtores no domínio de gestão dos equipamentos agrícolas.
- Promover a criação de escolas técnicas profissionais nas regiões.
- Criar unidades de prestação de serviços fitossanitários, com a formação de agentes comunitários de proteção vegetal subsidiados inicialmente com equipamentos e insumos.
- Melhorar o sistema de investigação/informação meteorológica e a sua disponibilidade aos produtores.
- Investir na melhoria, difusão e vulgarização de variedade de espécies vegetal e animal.
- Promover e valorizar as técnicas e os saberes tradicionais locais associados ao sistema produtivo.
- Melhorar o nível de mecanização da produção alimentar, nomeadamente para diminuir o esforço físico da mulher e jovens raparigas.
- Promover a contribuição das forças de defesa e segurança nos esforços da produção alimentar, através da recuperação de espaços produtivos alocados às diversas unidades.
- Promover a criação de cooperativas produtivas por ramos de actividade.

- Promover a profissionalização do patronato na agricultura familiar sustentável.
- Elaborar e adotar uma política de desenvolvimento da pesca.
- Rever o quadro de regulamentação e melhorar o sistema de informação para a gestão dos recursos haliêuticos e sua exploração.
- Capacitar os recursos humanos nas áreas de planeamento e gestão, incluindo a implementação das reformas institucionais necessárias.
- Melhorar os conhecimentos sobre o estado dos recursos haliêuticos e dos ecossistemas.
- Adquirir meios que permitam a cobertura da ZEE para o combate à pesca ilegal, não-declarada e não-regulamentada.

Distribuição e acesso a produtos alimentares

- Promoção de uma política comercial favorável à produção nacional.
- Adoção de políticas de incentivos fiscais para a comercialização dos produtos locais.
- Incentivo ao desenvolvimento do empreendedorismo local.
- Incentivo para o desencravar de zonas de produção excedentária.
- Incentivo aos atores do mesmo sector para a criação de cooperativas de serviços.
- Melhoramento das infraestruturas de escoamento de produtos agroalimentares.
- Organização e dinamização dos mercados locais para a comercialização de produtos agroalimentares.
- Promoção da comercialização de produtos locais no mercado interno e externo e sua certificação de origem.
- Criação de locais apropriados para a comercialização dos produtos locais, sobretudo na cadeia de distribuição.

Uso e utilização dos produtos

- Promover programas de educação alimentar e nutricional a nível nacional.
- Apoiar a normatização dos laboratórios de diagnóstico de doenças e de controlo da qualidade dos produtos alimentares.
- Criação de suportes jurídicos e técnicos para o funcionamento da Associação dos Consumidores.
- Privilegiar as compras locais de produtos agroalimentares através de um programa que priorize as instituições de carácter social.
- Adequar a atuação e o trabalho dos média sobre os produtos alimentares de acordo com os dispositivos ético-deontológicos.
- Qualificar os profissionais da saúde, de educação e de comunicação social para mudanças de comportamentos, atitudes e práticas.
- Formação os recursos humanos para controlo de qualidade.
- Melhorar a proteção sanitária dos alimentos através de vacinação e de inspeção.
- Melhorar a informação nos rótulos dos produtos alimentares destinados ao mercado.
- Criar refeitórios/cantinas e cozinhas modelo.
- Introduzir impostos sobre todos os alimentos e bebidas prejudiciais à saúde (por exemplo, aqueles com alto teor de gorduras saturadas, açúcar e sal).
- Fiscalização efectiva da implementação de leis de fortificação de alimentos importados como o ácido fólico, o ferro e a vitamina A.
- Legislar os níveis de sal nos produtos de pasteleria, nomeadamente no pão e outros.

Criação de um ambiente propício à promoção da SAN e capitalização das experiências

- Investimento na qualificação dos recursos humanos nacionais nas áreas associadas à SAN.
- Melhorar o acesso à água, através de furos protegidos e de um sistema adequado de canalização.
- Elaborar um plano nacional de consumo adequado e saudável.
- Melhorar a informação meteorológica no sistema produtivo.

- Utilizar famílias exemplares nas tabancas como modelos para a promoção de boas práticas de organização, alimentação, saúde, higiene e saneamento.

Empoderamento e empreendedorismo das mulheres

- Facilitar o acesso à terra por parte das mulheres produtoras.
- Promover políticas que favoreçam as atividades desenvolvidas por mulheres no sector agroalimentar.
- Promover a educação e a alfabetização funcional das mulheres e das raparigas.
- Adequar a lei que prevê o alargamento da licença de maternidade.
- Promover a inclusão produtiva através da transferência de renda para as famílias numerosas e de baixa renda lideradas pelas mulheres.
- Favorecer o acesso ao microcrédito agrícola das cooperativas femininas, em particular para as mulheres rurais.
- Assegurar o aumento da aquisição de alimentos locais da agricultura camponesa resultante da produção das mulheres para o abastecimento das cantinas escolares e como apoio para que as raparigas permaneçam no sistema educativo.
- Incrementar programas de capacitação das mulheres produtoras em agricultura ecológica e uso de tecnologias adaptadas ao sistema produtivo.
- Melhorar e alargar os mecanismos de proteção social das mulheres produtoras.
- Reforçar a capacidades das mulheres produtoras em liderança e influência de políticas públicas, à sua escala, com vista à implementação de uma agenda de influência.
- Melhorar o nível de conhecimento sobre a participação das mulheres produtoras (rurais e periurbanas) como forma de atender melhor as suas condições de trabalho.
- Dar visibilidade às experiências bem-sucedidas de trajetórias de mulheres produtoras/organização de mulheres produtoras.





REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU



SUSTAINABLE
DEVELOPMENT
GOALS



Programa Alimentar Mundial

FOME ZERO



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU



SUSTAINABLE
DEVELOPMENT
GOALS



Programa Alimentar Mundial